

*Lucia Maria Silva Kremer*

**A TRADUÇÃO E O INTRADUZÍVEL NA ÁREA DA INFORMÁTICA:**

**DO EMPRÉSTIMO AO TRANSBORDAMENTO DE LÍNGUAS.**

**Dissertação de Mestrado**

**IEL – UNICAMP**

**1999**



102.755

Lucia Maria Silva Kremer

A tradução e o intraduzível na área da informática:  
do empréstimo ao transbordamento de línguas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada na Área de Tradução.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ottoni  
Universidade Estadual de Campinas

Unicamp  
Instituto de Estudos da Linguagem  
1999

DATA	BC
CHAMADA:	UNICAMP
	K881t
Ex	
WBO BC/	39769
OC	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
ECO	R\$ 11,00
DATA	17-12-99
CPD	

CM-00134417-8

## FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA IEL - UNICAMP

K881t Kremer, Lucia Maria Silva  
A tradução e o intraduzível na área da informática: do empréstimo ao transbordamento de línguas / Lucia Maria Silva Kremer. - - Campinas, SP: [s.n.], 1999.

Orientador: Paulo Roberto Ottoni  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Tradução e interpretação. 2. Língua materna. 3. Língua estrangeira. 4. Estrangeirismos. 5. Informática I. Ottoni, Paulo Roberto. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Lucia Maria Silva  
Kramer

e aprovada pela Comissão Julgadora em  
20, 08, 1999.

Dr. Paulo Roberto Ottoni



---

Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni – Orientador

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elza Taeko Doi

---

Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

*Ao Prof. Dr. Hugo F. Kremer  
(in memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Paulo Roberto Ottoni, pelo privilégio de sua orientação e por ter acreditado em mim, desde o começo.

Aos Professores Doutores Francis Henrik Aubert e Kanavillil Rajagopalan, pelas valiosas sugestões por ocasião do Exame de Qualificação.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa para a pesquisa.

Ao Roberto, companheiro de todas as minhas viagens.

Aos meus filhos, Flávia, Daniel, Kako e Stela, pelas muitas horas de convivência que este trabalho nos roubou.

À minha mãe, pelo apoio incondicional.

Às amigas Luciana, Maria, Rosane e Tereza, pela ajuda e o apoio de sempre.

Aos colegas do IEL, pela colaboração em todos os momentos, em especial às amigas Neuza, Olívia, Maria Helena e Norma, pelo carinho, incentivo e troca constante.

À amiga Maria José, pela cuidadosa revisão do texto deste trabalho.

## SUMÁRIO

### AGRADECIMENTOS

SUMÁRIO	5
RESUMO	6
INTRODUÇÃO	7

### CAPÍTULO 1 – OS EMPRÉSTIMOS SEGUNDO GRAMÁTICOS E LINGÜISTAS

1.1 Neologismos, empréstimos e tradução na área da informática	21
1.2. O empréstimo segundo a ótica de alguns gramáticos	28
1.3 A lingüística e os empréstimos	42

### CAPÍTULO 2 – TRADUÇÃO E EMPRÉSTIMOS

2.1 Duas correntes teóricas da tradução	59
2.2 A vertente lingüística da tradução	62
2.3 Os estudos da tradução sob uma perspectiva pós-estruturalista	72

### CAPÍTULO 3 – O TRANSBORDAMENTO DE LÍNGUAS NA TRADUÇÃO

3.1 A dicotomia língua materna/língua estrangeira	90
3.2 Enxertos e transbordamentos: a língua de um na língua do outro	98
3.3 As várias línguas da tradução	105

CONCLUSÃO	110
SUMMARY	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de investigação a entrada de termos ingleses no português brasileiro, em particular no campo da informática. O objetivo é refletir sobre a opção da tradução ou não desses termos e suas implicações para os estudos da tradução.

Parto de uma breve introdução da formação neológica tradicionalmente conhecida por empréstimo para, em seguida, revisar as contribuições de alguns gramáticos e lingüistas. A questão da tradução será abordada a partir de alguns trabalhos de orientação lingüística e de outros que seguem a vertente pós-estruturalista dos estudos da tradução, em especial, os pós-colonialistas. Finalmente, tomo por base o pensamento desenvolvido por Jacques Derrida para redimensionar a relação língua materna e língua estrangeira a partir do transbordamento e do jogo de significação entre as línguas da tradução.

Procuo argumentar que a forte tendência na área da informática de resistir à tradução de determinados termos provoca a desestabilização de algumas noções fundamentadas pela lingüística estrutural, especialmente a de língua materna e de língua estrangeira, ao mesmo tempo em que deflagra o transbordamento das línguas envolvidas na tradução. Parto do princípio de que o significado e sua origem não se encontram no significante para mostrar como a opção do tradutor pelo empréstimo, assim como qualquer outra, não pode recuperar seu significado original, uma vez que manter o termo estrangeiro não garante o resgate de um significado estável e livre de interpretações.

A multiplicidade de línguas comum à tradução de textos de informática impõe ao tradutor o *double bind*, a necessidade e a impossibilidade da tradução. Quer traduza ou não a palavra estrangeira, estará produzindo significados e realizando um ato tradutório em que há intervenção e transformação e não meramente reprodução do significado pelo fato de manter o significante da língua de partida.

Palavras-chave: Tradução e interpretação. Língua materna. Língua estrangeira. Estrangeirismos. Informática.

## INTRODUÇÃO

O acontecimento lingüístico que se opera no âmbito da informática – quando vários termos dispensam tradução e passam a ser empregados e assimilados com naturalidade por seus usuários – permite que a discussão sobre os empréstimos lingüísticos ainda seja abordada. Entretanto, de forma distinta de como o fazem a gramática e a lingüística estrutural, pois não podemos deixar de levar em conta a incidência e a abrangência desse acontecimento e o fato de que muitos dos termos emprestados mantêm suas características aparentemente estrangeiras, sem necessariamente criarem um estranhamento ou demarcarem uma fronteira lingüística. Assim, os termos empréstimo, estrangeiro e seus derivados serão usados neste trabalho por motivos de economia. Não há em seu uso nenhum compromisso conceitual, visto que são empregados apenas com fins argumentativos. Não há, portanto, nessas opções lexicais nenhum acordo com as correntes lingüísticas e gramaticais que usam tais termos com base em uma visão estruturalista da linguagem.

A construção neológica por empréstimo neste trabalho será abordada sob uma perspectiva pós-estruturalista dos estudos da linguagem, na qual as relações claras, objetivas e estáveis entre as oposições dicotômicas e hierarquizadas que constituem parte do pensamento ocidental são colocadas em questão, mesmo quando estamos diante dessas dicotomias e hierarquias consagradas e tidas como certas, em especial o par língua materna e língua estrangeira. O objetivo desse enfoque é averiguar como os termos tradicionalmente conhecidos por empréstimos são percebidos, definidos e tratados quando tais conceitos estão envolvidos em um sistema de oposições binárias, no qual um

termo é privilegiado em detrimento do outro.

A impossibilidade de instaurar uma distinção puramente objetiva e protetora entre os termos de uma dicotomia não significa negar a mesma, “mas, sim, problematizar a relação entre os dois termos que a constituem” (Arrojo, 1992: 11). Com base no pensamento de Derrida (cf., principalmente, 1979, 1981, 1985, 1988), vou procurar redimensionar o par língua materna/ língua estrangeira de forma a ressaltar o movimento do jogo da diferença entre os elementos dessa oposição e, também, colocar em questão, “a exigência de um começo de direito, de um ponto de partida absoluto, de uma responsabilidade principal” (Derrida, 1991: 37). Portanto, encontro no acontecimento da linguagem tradicionalmente denominado empréstimo, em especial na área da informática, no português do Brasil, um contexto propício tanto para redimensionar a oposição língua materna/língua estrangeira nas teorias de tradução, quanto para falar da impossibilidade de estabelecer fórmulas e modelos absolutos e estáticos em qualquer processo tradutório. Não há como evitar o caráter transformador e circunstancial da tradução e o inevitável papel interventor do tradutor. Opte ele pela tradução ou não dos termos estrangeiros, estará intervindo e produzindo sentido no texto que traduz.

Procuro demonstrar, nesta dissertação, que a crença no significado transcendental e na possibilidade de encontrar a origem do significado, já arraigada entre nós, quer sejamos conscientes ou não, pode explicar tanto o fato de muitos tradutores<sup>1</sup> manterem alguns termos do texto de partida – por acreditarem que com isso estarão garantindo a inteligibilidade do texto – quanto o uso abundante e indiscriminado dos mesmos na área da informática. A própria prescrição da gramática e das normas para publicações em manter o termo *estrangeiro* em itálico remete à crença no significado transcendental e

---

<sup>1</sup> Informação obtida a partir de entrevistas com professores de informática da PUC-PR, sendo um deles tradutor para um escritório especializado em traduções técnicas na área da informática e das telecomunicações.

deixa implícita a possibilidade de resgatá-lo, independentemente da interferência de uma interpretação ou de uma circunstância, ao mesmo tempo em que aponta para a impossibilidade de reconhecer no significante a sua origem *materna* ou *estrangeira*. Vale lembrar que os textos traduzidos ou produzidos na área da informática não têm essa preocupação com a grafia dos termos ingleses. Estes aparecem totalmente integrados ao texto, desestabilizando e questionando, portanto, a distinção clara, objetiva e absoluta entre o par língua materna e língua estrangeira defendida por boa parte dos tradutores de orientação lingüística, lingüistas e gramáticos de tradição estruturalista. Assim, podemos dizer que, do mesmo modo que o significado não está depositado no significante, o caráter de estrangeiro ou materno de uma língua não se encontra necessariamente depositado nos seus signos.

Manter a palavra estrangeira não impede que ela, tal como qualquer outra palavra da língua materna, caia no movimento do jogo de significação entre as línguas. O acontecimento da linguagem operado a partir da língua de especialidade da informática deflagra, portanto, o movimento do jogo da diferença e a impossibilidade de centralizar seu uso, priorizando ora a palavra estrangeira, ora a sua tradução, seja sob a forma de decalque, aclimatação, explicação ou adaptação. Em ambos os casos há tradução — o empréstimo já é uma tradução, a presença em si do empréstimo não pode contribuir mais ou menos para a inteligibilidade do texto do que sua tradução, ainda que se acredite que o significado do empréstimo esteja garantido pela sua presença no texto. O significante estrangeiro do empréstimo não escapa à rede de diferenças, ao labirinto em que todo signo, materno ou estrangeiro, está envolvido. O significado de um significante não pode revelar senão outro significante. Contrariamente ao que propõe o estruturalismo, a presença de um significante não tem como garantir a estabilidade do significado.

Acreditar que sim seria o mesmo que dizer que o empréstimo transcende ao processo de significação.

É necessário, contudo, para a argumentação deste trabalho fazer um redimensionamento do conceito tradicional de empréstimo que, por sua vez, parte do redimensionamento de outros conceitos lingüísticos, em especial o de língua. Tradicionalmente, as línguas têm sido definidas como sistemas praticamente fechados que, em contato com outros sistemas, podem sofrer interferências de elementos lingüísticos que estão fora dos limites de sua estrutura. Os empréstimos seriam, segundo essa tradição lingüística, um fenômeno resultante de tal contato e determinado pela passagem de termos de um sistema para o outro de forma a suprir lingüisticamente um conceito ou referencial ausente no sistema receptor. O termo empréstimo, usado pelos lingüistas, deixa implícito um modelo de língua pura, perfeita, acabada e estável, ainda que atenua o teor purista subjacente aos termos barbarismo, estrangeirismo, anomalia ou vício de linguagem usados pela maioria dos gramáticos.

Entretanto, a identidade do empréstimo e sua definição não é algo que possa ser realizado de forma clara e objetiva, mesmo porque depende da definição e do conceito de língua. Para alguns lingüistas, a própria tentativa de definir língua já é bastante ousada, visto que “seus contornos conceituais são extremamente nebulosos e imprecisos” (Rajagopalan, 1998: 22), mesmo porque, prossegue o autor, “o conceito de ‘uma língua’ apenas faz sentido quando entendido como sendo geopolítico” (Id., *ibid.*, p. 25). Segundo Rajagopalan, “a lingüística, desde a sua estréia como ciência moderna, tomou a questão da identidade como uma questão pacífica, tanto no caso da identidade de uma língua quanto no caso da identidade do falante de uma língua” (Id., *ibid.*, p. 26). O mesmo gostaria de propor com relação à identidade e ao conceito desses termos provenientes de

línguas diferentes e que são tradicionalmente definidos como empréstimos. Na língua de especialidade da informática, por exemplo, são muitos os termos cuja identidade (no caso, seriam eles maternos ou estrangeiros?) deixa de ser pacífica na medida em que seu uso, seja por especialistas ou por leigos, é de tal forma indiscriminado que desestabiliza as fronteiras tradicionalmente estabelecidas por boa parte dos gramáticos e lingüistas, em especial os que definem as línguas como sistemas fechados e autônomos e acreditam ser possível falar de identidade da língua de forma pacífica e desprovida de interesses. Para Rajagopalan, aceitar sem críticas a idéia de “línguas individuais como conjuntos plenamente integrados e auto-suficientes tem contribuído apenas para deformar nosso entendimento” (Id., *ibid.*, p.42) de fenômenos como o multilingüismo, pidgins e crioulos, entre os quais vejo a possibilidade de incluir o acontecimento da linguagem tradicionalmente definido por empréstimo, em especial da forma como se opera no âmbito da informática no português brasileiro. É preciso, como diz o autor, “uma reconsideração do conceito tradicional de identidade estável e total” (Id., *ibid.*, p.39), em especial ao considerar “o *status* de línguas realmente mundiais como o inglês e o espanhol, sobretudo no contexto de sua importância sempre crescente como línguas francas para a comunicação internacional e de sua conseqüente perda de identidades restritivas e locais” (Id., *ibid.*, p. 39). Até porque, acrescenta o autor, “é importante notar que a língua inglesa que hoje funciona como língua franca mundial número um *é lingua materna de ninguém*” (Id., *ibid.*, p. 39, grifo do autor). Desse modo, o inglês e o espanhol acabam manifestando “o que todas as línguas já revelam em sua própria constituição – uma tendência para a dispersão ilimitada e para a hibridização” (Id., *ibid.*, p. 39). Constatações dessa natureza deixam os mais puristas alarmados diante da dificuldade de salvaguardar a “suposta pureza de sua língua materna [...] contra a possível

contaminação por línguas estrangeiras” (Id., *ibid.*, p. 39). Embora seja “precisamente a perspectiva monolíngüe que a lingüística moderna toma como seu ponto de partida na discussão de problemas analíticos básicos tais como a construção de gramáticas e a natureza da competência” (Id., *ibid.*, p. 40), fica cada vez mais difícil definir os contornos capazes de delimitar o que é estrangeiro e materno em uma língua. Como lembra Rajagopalan, “as línguas vivem em constante contato uma com a outra e se ‘contaminam’ mutuamente, constantemente criando possibilidades novas e nunca sonhadas” (Id., *ibid.*, p.39).

Tal fato, por sua vez, gera uma problemática para o tradutor de textos de informática que, às vezes, tem de refazer sua tradução porque seu texto apresenta termos traduzidos que os usuários da área, tanto os leigos quanto os especialistas, já consagraram em sua forma *estrangeira*. O tradutor se encontra, assim, diante do *double bind* (duplo vínculo) comum a qualquer ato tradutório: terá de decidir, nesse caso específico, entre o apagamento dos termos estrangeiros e a conservação deles no texto traduzido e, em ambas as opções – traduzindo ou não traduzindo, estará realizando um ato tradutório em que há intervenção. Convivendo e suportando o *double bind*, tentando reconciliar o intraduzível e a tradução, a necessidade e a impossibilidade da tradução, o tradutor estará inevitavelmente produzindo sentidos no ato que realiza.

A primeira opção – a tradução dos termos estrangeiros – privilegia o texto da língua de chegada, visto que haveria uma domesticação do texto de partida, de modo a torná-lo o mais próximo possível da língua e da cultura-alvo. Essa opção, marcada pelo apagamento de tudo o que o texto da língua de partida tem de estranho e de estrangeiro para o leitor da língua de chegada coaduna-se com teorias que tradicionalmente centram sua abordagem na cultura alvo, de forma a atingir tanto equivalência textual quanto transparência da

parte do tradutor, apagando assim o complexo envolvimento do tradutor e das circunstâncias no ato tradutório realizado. As teorias de tradução de orientação lingüística, em especial pragmática, partem do pressuposto de “que a linguagem é um instrumento de comunicação empregado por um indivíduo de acordo com um sistema de regras” (Venuti, 1995: 16)<sup>2</sup> e de que o tradutor deveria funcionar como um facilitador da comunicação e comunicar “o texto estrangeiro cooperando com o leitor doméstico” ( Id., ibid., p. 16). Essa postura teórica tanto contribui para que o tradutor produza um texto homogêneo e transparente, evitando qualquer remanescente estrangeiro, quanto cria a ilusão de que, se o tradutor se mantiver invisível, não provocará ruídos e interferências no seu projeto de tradução/comunicação e, conseqüentemente, terá sido fiel ao texto/mensagem original. De acordo com Francis Aubert, a opção pela tradução centrada na cultura alvo “pode na realidade representar uma dissimulação da diferença, a fim de traduzi-la adequadamente e como parte integrante da língua da cultura alvo, ou, ainda, produzir uma ilusão de universalidade, cujos resultados, embora sejam menos perceptíveis, tendem a atenuar a diversidade” (1996c: 195). Essa prática tradutória, também criticada por Lawrence Venuti (1986), “apaga a intervenção crucial do tradutor no texto” (p.179) e fomenta a ilusão de que “quanto mais invisível for o tradutor, mais bem-sucedida será a tradução, e mais visíveis o autor ou o significado do texto original” (Id., ibid., p.179). A opção pela tradução fluente representaria, então, um ato comunicativo cooperativo e não problemático. Outros teóricos, entre eles Antoine Berman (1992), também consideram esse tipo de tradução de má qualidade, visto que “sob o pretexto da transmissibilidade, põe em prática uma negação sistemática da estranheza da obra estrangeira” (p. 5).

---

<sup>2</sup> Esta e as demais traduções de citações em inglês são minhas.

A outra opção do tradutor, a conservação dos termos estrangeiros, resultaria em um texto heterogêneo, no qual o estrangeiro, o estranho, seria, segundo os estudos da tradução, em especial os de perspectiva pós-estruturalista, a marca inevitável tanto do papel interventor do tradutor quanto do caráter transformador da tradução. De acordo com Venuti (1995), a tradição anglo-norte-americana, entretanto, enfatiza o discurso homogêneo para, assim, poder representar o estrangeiro conforme seus valores culturais e manter a hegemonia global da língua inglesa. Uma maneira, então, de compensar essa hegemonia seria despertar a consciência do leitor para a procedência estrangeira do texto por meio de um tradutor que “não deve ser nem cooperativo e nem comunicativo, mas contestador e provocador” (p. 19). A solução, para Venuti está no que chama de “teoria do remanescente”, em que o texto heterogêneo e toda e qualquer marca que remeta ao estrangeiro devem ser enfatizados. Para o autor, as abordagens de orientação lingüística

purificam as práticas da tradução e as situações de suas variáveis sociais e históricas, deixando os tradutores, literários e técnicos, igualmente desprovidos para refletir sobre os significados culturais, os efeitos e os valores produzidos por essas práticas (Id., *ibid.*, p. 21).

Contudo, no caso do tradutor na área da informática, instaura-se um paradoxo entre essas duas tendências teóricas dos estudos da tradução. Nada mais natural, em se tratando de questões da linguagem e da tradução, visto que “o exercício da linguagem e do pensamento nos envolve em paradoxos intransitáveis, que não podemos evitar, apenas reprimir” (Derrida, *apud* Culler, 1979: 156). Assim, o texto transparente e homogêneo — evocativo da tradução comunicativa — acaba representando exatamente o oposto do que se pretende em uma tradução na área da informática, ou seja, provoca um estranhamento para o público-alvo. O texto heterogêneo, repleto de termos estrangeiros é que será

percebido como fluente e comunicativo. Para a tradução ou não do “empréstimo” lingüístico da informática, no português do Brasil, o remanescente estrangeiro a que Venuti se refere pode implicar exatamente o oposto, ou seja, a hegemonia da língua inglesa e não a disseminação dos valores culturais e lingüísticos dos países que estão fora do eixo euroamericano. Por outro lado, domesticá-los seria o mesmo que tornar invisíveis as relações assimétricas entre o texto original e o texto da tradução. O projeto das teorias de orientação lingüística de produzir traduções fluentes, por meio de um texto homogêneo, entra em contradição no contexto tanto das traduções quanto das produções de texto na área da informática. Tais textos são marcados pela heterogeneidade e pela multiplicidade de línguas e é essa heterogeneidade que torna o texto comunicativo e fluente aos usuários da área. Nesse contexto, a língua materna representada por determinados termos é que se torna estranha, alienígena, ou seja, sem sentido. Parte dos significantes maternos da tradução acabam gerando o mesmo estranhamento que os significantes estrangeiros costumam gerar; o que é materno torna-se estrangeiro e o que é estrangeiro torna-se materno, ou seja, não é possível estabelecer relações claras, objetivas e absolutas entre as línguas envolvidas na tradução. Do mesmo modo que o significado não está depositado no significante, o caráter materno ou estrangeiro da língua também não pode ser identificado pelo significante. O que vai marcar a fluência ou a resistência de uma tradução nem sempre é o fato de apresentar um texto homogêneo ou heterogêneo. Não há no texto e na prática tradutória um modelo que possa ser seguido independentemente das circunstâncias e das relações de poder subjacentes ao uso da linguagem. Não traduzir os termos, mantê-los em sua língua de origem, não garante que escaparão do jogo da *différance* entre o significante e o significado. “O tradutor deve tomar cuidado para não achar que uma palavra emprestada tem o mesmo significado da

mesma palavra da língua da qual foi emprestada” (Beekman & Callow, 1974: 198, *apud* Larson, 1984: 183).

As teorias de tradução em geral definem o ato tradutório como “a passagem de uma língua para outra e não dão atenção suficiente para a possibilidade de em um texto estarem envolvidas *mais de duas* línguas” (Derrida, 1985a: 171, grifo do autor). A tradução seria uma ponte entre dois pólos considerados estanques, sem possibilidades de fissuras que permitissem um transbordamento entre eles. Tal definição acarreta outras noções, entre elas a da integridade e da pureza dos sistemas lingüísticos. O acontecimento do empréstimo no âmbito da informática, onde ocorre de maneira bastante intensa, marca exatamente a impossibilidade de as línguas manterem-se fechadas aos elementos que não fazem parte do seu sistema. Uma língua é capaz de comportar várias línguas sem que com isso seu sistema se decomponha ou deteriore. As línguas transbordam e se absorvem, não há unidade e identidade pura e simples, não dá para saber o que é de uma língua ou de outra depois que os termos emprestados estão integrados pelo uso. Os termos ingleses freqüentes nas traduções e na produção de textos na área da informática são exemplos do transbordamento entre as línguas. O empréstimo é como um enxerto: no início, se destaca do tronco da língua que o recebe, mas, com o passar do tempo e com o uso, é absorvido e faz brotar novos significantes. No campo da informática, temos vários exemplos nesse sentido: *deletar, escanear, zapear, formatar, zipar, deszipar, debugar, restartar, descompactar, atachar, plugar, printar, resetar*<sup>3</sup>. Além desses enxertos que vão tomando a forma da língua que os recebe, há outros que se mantêm tal qual na língua de origem, mas que para o usuário são tão naturais quanto qualquer outro significante materno. É o caso de termos como *bug, backup, boot, clock, laptop, notebook, default, desktop,*

---

<sup>3</sup> Com exceção dos quatro últimos termos, todos os demais foram retirados de: Borman, J. L. *Dicionário de Informática for Kids: para crianças – e seus pais*, tradução de Helena Gomes Klimes. São Paulo: Callis, 1997

*download*, *driver*, *e-mail* e por aí afora. Todos esses termos foram retirados do dicionário citado na nota nº 3. Vale registrar um comentário sobre a definição do termo “jargão” desse dicionário:

O *jargão de computador* (ou de informática) usa muitas palavras em inglês e siglas de expressões inglesas. Normalmente, ao escrevermos uma palavra de outra língua, devemos indicar que ela segue regras diferentes de grafia e pronúncia. Essa indicação pode ser feita escrevendo-se a palavra entre aspas, em itálico ou sublinhada. No caso do jargão do computador, essa convenção não é aplicada – provavelmente porque o texto ficaria tão cheio de marcas que dificultaria a leitura (1997).

Essa afirmação aponta para a quantidade de termos estrangeiros que convivem naturalmente com os termos maternos na linguagem de especialidade da informática, uma linguagem usada independentemente do grau de especialização e escolarização de seus usuários. No caso desse dicionário, o público-alvo são as crianças, que desde cedo estão absorvendo a heterogeneidade do seu sistema lingüístico materno. Outros exemplos da impossibilidade de uma língua materna manter sua unidade e uma identidade genuína podem ser encontrados na mídia, especializada ou não. Muitas vezes, encontramos os termos estrangeiros e suas traduções sendo usados alternadamente: “Roger dá dicas de *sites* [...] ‘Na época [...] surgiu a idéia de fazer nossa *página* na *rede*. Um fã disse que sabia montar *home pages* na *Internet* [...] eu mesmo montei a *página*, que está no *endereço* [...]” (17/02/1999, 5-4, grifos meus). Nesse pequeno trecho retirado do jornal *Folha de S. Paulo*, assim como em vários outros, os termos *site* e *endereço*, *rede* e *Internet*, *home page* e *página* marcam o movimento entre os pólos língua materna e língua estrangeira e, conseqüentemente, as várias línguas de uma língua e a possibilidade ou não da tradução. Não há unidade na língua, mas há afinidades entre as línguas — elas

convivem, combinam, trocam, misturam e nem por isso deixam de fazer sentido. Nesse exemplo, fica registrada a informalidade com que as línguas se misturam; os termos estrangeiros e suas traduções aparecem como se fossem pares de um mesmo código lingüístico. É possível falar em heterogeneidade sem conflitos e em afinidade na diversidade. Ainda que, como lembra Derrida, a instituição pedagógica tradicional não suporte

que toquem na língua, tanto na língua nacional quanto, paradoxalmente, em um ideal de traduzibilidade que neutralize esta língua nacional. Nacionalismo e universalismo. O que essa instituição não suporta é uma transformação que não deixe intactos nenhum desses pólos complementares (1979: 94).

Para que os pólos se mantenham intactos, a barra entre eles teria de ser rígida e impermeável. Entretanto, o transbordamento de línguas operado no acontecimento do empréstimo lingüístico terminológico da informática sinaliza exatamente o contrário, ou seja, a flexibilidade e o movimento entre os pólos materno e estrangeiro. Não há sistemas intactos, sem restos de outros sistemas, sem contaminação, sem enxertos, assim como não há jogo de significação sem disseminação, dispersão de significantes e significados, sejam eles maternos ou estrangeiros, sejam eles maternos e simultaneamente estrangeiros. Pensar a tradução e os empréstimos com base em uma lógica que privilegia um elemento dos pares dicotômicos e, conseqüentemente, marginaliza o outro, pode agravar ainda mais o *double bind* imposto por esses dois acontecimentos da linguagem ao tradutor que sofre e tem de suportar o impasse entre a necessidade e a impossibilidade da tradução. No caso da tradução do empréstimo, fica difícil definir e decidir qual termo é o marginal: se é aquele comumente tido como estrangeiro e estranho, ou aquele que sempre se julgou materno e familiar. A indecidibilidade marca ambos os acontecimentos, o empréstimo e a

tradução, daí a tradução ou não dos empréstimos ser duplamente indecível. Para Derrida, o texto “totalmente traduzível, desaparece como texto, como escritura, como corpo de uma língua. Totalmente intraduzível, mesmo dentro do que se acredita ser uma única língua, ele morre imediatamente” (1979: 102). O mesmo acontece com o empréstimo: se domesticado pela tradução desaparece como marca, como escritura das relações assimétricas entre as línguas da tradução.

No primeiro capítulo desta dissertação, farei uma introdução dos estudos dos processos neológicos por empréstimo, mais especificamente, na linguagem de especialidade da informática. Em seguida, faço uma análise de como a gramática e a lingüística pós-saussuriana tratam a construção neológica por empréstimo. O objetivo é averiguar as diferentes metáforas usadas por gramáticos e lingüistas de forma a ver o que mudou e o que permaneceu igual na concepção dos empréstimos em virtude das mudanças operadas no âmbito da gramática e da lingüística.

O objetivo do segundo capítulo será analisar a postura de alguns teóricos da tradução diante da tradução ou não da construção neológica por empréstimo. Primeiro serão analisados trabalhos que seguem as teorias tradicionais da tradução, em especial as de orientação lingüística, de forma a fazer um levantamento dos procedimentos e das soluções encontradas para os empréstimos no contexto da tradução. Também serão analisados alguns trabalhos que seguem a perspectiva pós-estruturalista dos estudos da tradução, em particular os de cunho pós-colonialista, que estudam a maneira como a hegemonia de uma língua sobre outra revela-se em alguns projetos tradutórios.

No terceiro capítulo, discutirei a relação entre língua materna e língua estrangeira, tomando por base alguns aspectos da reflexão desenvolvida por Derrida, em especial a multiplicidade e o transbordamento de línguas na tradução, dos quais o acontecimento

lingüístico tradicionalmente conhecido por empréstimo ou estrangeirismo e operado no âmbito da informática no português brasileiro é exemplo.

Meu propósito, ao apresentar uma trajetória das metáforas que alguns gramáticos, lingüistas e teóricos da tradução utilizam para falar desses termos que transbordam de uma língua para outra, é o de refletir sobre suas implicações para os estudos da tradução. Falar em termos de estrangeirismo deixa implícitas as noções de integridade e de pureza dos sistemas lingüísticos. O termo empréstimo pressupõe fronteiras rígidas e absolutas entre as línguas. Subjacente a ambas as metáforas fica a noção de tradução como um transporte de significantes e significados independente do contexto e isento de interpretações. Vou procurar argumentar que, mesmo no caso dos termos que saem de um sistema e entram em outro aparentemente intactos, ocorre transformação e produção de sentido na tradução. Nesta dissertação, não pretendo instituir outra nomenclatura para o acontecimento do empréstimo, apenas refletir sobre as metáforas já instituídas. Entretanto, é preciso concebê-lo fora dos limites de uma visão essencialista da linguagem, tirar a idéia de estrangeirismo implícita nas metáforas tanto de gramáticos quanto de lingüistas e refletir sobre as implicações que o uso desses enxertos lingüísticos, comumente conhecidos por empréstimo, pode trazer para os estudos da tradução, dada a importância da questão tanto em termos políticos quanto em termos lingüísticos.

# CAPÍTULO 1 – OS EMPRÉSTIMOS SEGUNDO GRAMÁTICOS E LINGÜISTAS

## 1.1 Neologismos, empréstimos e tradução na área da informática

Entre as áreas de conhecimento que apresentam linguagens técnicas com um dos índices mais significativos de termos provenientes do inglês destacam-se a economia e a informática. Ieda Maria Alves (1990) assinala que, “contemporaneamente, é sobretudo da língua inglesa que o português tem recebido empréstimos, particularmente abundantes no domínio técnico e científico” (p.6). Segundo Alves, mesmo nas “linguagens técnicas banalizadas, ou seja, nos vocabulários técnicos dirigidos a não-especialistas” (p.9), presentes em jornais e revistas, há uma grande incidência de “elementos neológicos”.

Para Nelly Carvalho (1989), “no domínio das ciências, a importação de novas idéias e conceitos dá-se sempre pela forma escrita” (p.42). Nesses casos, “a grafia original se mantém, dando prioridade à forma gráfica sobre a forma fônica” (id., *ibid.*, p.42), ou seja, a pronúncia deixa de ser importante. No campo da informática, essa é uma tendência bastante comum (muitos dos termos provenientes do inglês são pronunciados por seus usuários dentro dos padrões fonéticos da língua portuguesa). O processo dos empréstimos lexicais, explica Carvalho,

tem sua origem no momento em que objetos, conceitos e situações nomeados em língua estrangeira transferem-se para outra cultura. [...] o empréstimo não se constitui uma criação lingüística no sentido real do termo, pois a novidade do mundo extralingüístico não acionou a criatividade do falante. Ele apenas

acomodou ou adaptou a seu sistema um elemento de um sistema diverso (id., ibid., p.42).

Segundo a autora, o processo de introdução de um termo estrangeiro passa por quatro fases: primeiro temos a palavra estrangeira, ou seja, o termo existente na língua-fonte; quando esse termo é usado na língua-alvo, passa a ser chamado de estrangeirismo, que pode acontecer tanto sob a forma de empréstimo, que é a fase de instalação e de adaptação do termo na língua-alvo, quanto sob a forma de xenismo, quando há ausência de adaptação e o termo é introduzido na língua alvo com todas as características de palavra estrangeira. Os termos ingleses presentes na área da informática se apresentam por meio tanto de empréstimo quanto de xenismo. Visto que a informática é uma tecnologia de ponta que se tornou não só útil como também indispensável, o raio de difusão desses termos atinge vários outros setores da sociedade, alcançando dimensões e frequências jamais igualadas pelos empréstimos realizados nas demais tecnologias.

Devido ao advento da Internet e da criação da World Wide WEB (WWW), a transmissão de informações on-line, ou seja, em tempo de acesso e resposta praticamente simultâneos, parece corroborar a não-tradução de muitos dos termos introduzidos com as últimas descobertas na área. Não são apenas novos conceitos, há toda uma nova realidade sendo introduzida também, a chamada realidade virtual, cada vez mais próxima do cidadão comum. Nesse novo universo criado pelo homem, a não-tradução desses termos passa a ser um fator tanto de economia quanto de interação entre os beneficiários da informática. Associe esse fato ao que John C. Dvorak, articulista de uma publicação importante na mídia especializada na área, comenta sobre o fenômeno de crescimento que vem ocorrendo com a implantação da Internet e, posteriormente, da WWW. Segundo o articulista, “quando um mercado está evoluindo a essa taxa fenomenal da WWW, é difícil

apontar a razão exata de seu crescimento. As pessoas estão fazendo muito dinheiro para se preocupar com detalhes” (1996: 13). Assim, a tradução de termos referentes a conceitos da informática recém-criados parece ser, nesse contexto, um detalhe que dispensa preocupações. Não há, nesse primeiro estágio de contato entre os usuários de códigos lingüísticos distintos, uma necessidade de tradução total para que muitos dos novos conceitos e realidades introduzidos pela informática passem a fazer sentido e a ser usados por seus falantes. Nesse contexto, é possível redimensionar a oposição entre língua materna e língua estrangeira e ressaltar que estes

pólos antagônicos [...] são complementares e que a tradução é um acontecimento que está dentro do jogo de significados que se produz entre as línguas. Não há assim fronteiras entre as línguas, elas se complementam, provocando e proporcionando um *transbordamento e evidenciando a multiplicidade de línguas envolvidas na tradução* (Ottoni, 1998a: 3, grifo meu).

Para Paulo Ottoni (1998a), a tradução “não é uma relação entre dois sistemas lingüísticos autônomos, nem uma relação que envolve duas línguas distintas, mas um acontecimento que evidencia que há sistemas lingüísticos que comportam em si várias línguas” (p.2). Os termos ingleses enxertados e implantados no campo da informática também evidenciam “que há sistemas lingüísticos que comportam em si várias línguas”. Nas linguagens de programação, para tomar um exemplo típico dessa área, nota-se uma incidência grande de termos não traduzidos. Os livros e as apostilas<sup>4</sup> usados tanto por aqueles que já sabem programar quanto por quem ainda está aprendendo apresentam uma porcentagem considerável de termos ingleses. O fato de que não seja preciso saber inglês

---

<sup>4</sup> Conforme levantamento realizado a partir de material usado tanto em cursos oferecidos pela PUC-PR quanto em cursos particulares.

para que um texto contaminado por um exército de termos ingleses faça sentido para seus usuários também é um exemplo da permeabilidade da línguas.

Por outro lado, alguns teóricos abordam esse acontecimento da linguagem como sendo típico dos países neocolonizados, vítimas da chamada colonização cultural, entre os quais estaria o Brasil. Para Carvalho, “como os saberes e as técnicas são desenvolvidos em outra cultura, eles também lá são nomeados. A língua é aliada do poder” (1989: 59). Nas áreas da informática e das telecomunicações, os Estados Unidos são os líderes. Os termos criados são elaborados “por uma classe privilegiada que detém não apenas o poder econômico, mas também o saber e o direito de nomear o objeto” (Id., *ibid.*, p.60).

Entretanto, embora o aspecto neocolonialista desempenhe influência no processo de empréstimos de termos ingleses, vemos surgir no campo da informática uma tendência lingüística que se manifesta mesmo em culturas dominantes, haja visto o intercâmbio de tecnologia entre países não falantes de inglês:

Com a transformação dos Estados Unidos em superpotência, tutora do mundo ocidental, a maioria das tecnologias ou são importadas ou vêm por um viés norte-americano. Recebe versão inglesa a tecnologia japonesa e nesse idioma as instruções, que acompanham os produtos, orientam o usuário (Id., *ibid.*, p.58).

Ao examinar alguns projetos<sup>5</sup> de informática originalmente escritos e elaborados em alemão e, posteriormente traduzidos para o português, foi possível notar que o texto original já vinha mesclado de termos ingleses, os quais foram mantidos na tradução para o português. Para muitos teóricos, seria mais uma instância em que o acontecimento do empréstimo estaria ocorrendo. Para a argumentação deste trabalho, é um momento que

coloca em evidência os enxertos e o transbordamento de um código lingüístico para outro, de tal maneira que parece provocar o surgimento de uma zona lingüística atípica, em que não é possível centralizar a reflexão sobre o que é língua materna e língua estrangeira. O transbordamento entre as línguas demonstra, também, a impossibilidade de concebê-las como sistemas fechados e estanques, que podem ser delimitados por fronteiras rígidas e fixas.

Segundo Carvalho, a importação de novas tecnologias vem acompanhada de sua terminologia – “literalmente ‘a máquina é acompanhada de sua linguagem’. Não há interesse em traduções ou adaptação. As traduções dos manuais de uso têm sido feitas atualmente por técnicos e não tradutores, para que se conserve a terminologia, facilitando a leitura” (1989:63). Ao procurar razões para os empréstimos que vêm ocorrendo no âmbito da informática a autora resume a questão da seguinte maneira:

- a evolução rápida das técnicas: as novidades se sucedem em uma fração tão pequena de tempo que não se pode pensar em substituição;
- a falta de tradução exata: os termos em português não se ajustam ao significado do termo inglês: *input*, *output*, *realtime*, *mainframes* – não encontram tradução exata;
- a facilidade da comunicação: o intercâmbio com técnicos de outras línguas é facilitado pelo uso do inglês (1989:63).

As razões apontadas por Carvalho confirmam o que foi dito anteriormente: as novidades na área da informática surgem com muita rapidez, ou seja, não há tempo para pensar em traduções; além disso, existe todo um intercâmbio com técnicos de outras línguas. Confirmam-se também as palavras do especialista de informática citado

---

<sup>5</sup> Esses projetos fazem parte de uma parceria da PUC-PR com uma empresa multinacional alemã; por questões de sigilo profissional, não fui autorizada a citar os exemplos.

anteriormente, John C. Dvorak, e justifica-se a utilização de termos em inglês tanto no projeto elaborado em alemão quanto na tradução para o português. Entretanto, no que concerne à falta de tradução exata, a abordagem de Carvalho parece ingênua e embasada numa noção de equivalência lingüística que este trabalho vai procurar redimensionar.

Tradicionalmente, a relação homem/mundo/linguagem é interpretada com base em um sistema de oposições como língua/fala, social/individual, significante/significado, dominante/dominado, língua materna/língua estrangeira, em que um dos elementos é priorizado como o centro em detrimento do outro, que é então marginalizado. Carvalho, por sua vez, analisa o processo de introdução de um termo estrangeiro no código materno utilizando a dicotomia *langue/parole*:

[...] enquanto o estrangeirismo faz parte da *parole* – uso individual –, o empréstimo passa a ser um elemento da *langue*, já socializado. Dentro desse aspecto, alguns empréstimos continuariam como fatos da *parole* (não são retomados em novos enunciados) e outros tornar-se-iam fatos da *langue*, pela frequência de uso (1989:43).

A distinção língua (*langue*) / fala (*parole*) pressupõe a distinção individual/social, uma vez que, para Saussure, a fala “fica de fora, pois sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor” (p.21). Ambas as distinções só são possíveis mediante outra oposição, a que separa o sujeito do objeto, também fundamental para o pensamento saussureano: “A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente” (p. 22). Assim, as distinções vão sendo articuladas, e o próprio conceito de signo não escapa dessa sistematização.

A polarização *langue/parole* retomada por Carvalho para explicar o processo de introdução dos empréstimos coloca esse acontecimento da linguagem na clausura de um

centro e fora do movimento do signo, ao mesmo tempo em que corrobora a noção de um significado primeiro, visto que, segundo Derrida (1973) “é preciso um significado transcendental, para que a diferença entre significado e significante seja, em algum lugar, absoluta e irreduzível” (p.24). Assim, vejo no acontecimento do empréstimo na linguagem de especialidade da informática um contexto para “tratar do transbordamento e do jogo da multiplicidade de línguas envolvidas na tradução” (Ottoni, 1998a: 5) e, também, para repensar a oposição língua materna e língua estrangeira. “À medida que as línguas são encaradas como pólos complementares, não há distinção entre elas, as questões, então, são outras” (Id., *ibid.*, p. 5). É possível, portanto, lançar um outro olhar sobre o acontecimento do empréstimo e sobre sua tradução ou não, a partir da incidência de termos ingleses no português brasileiro, em especial no campo da informática. Um olhar que se abra sob uma perspectiva em que as oposições binárias são descentralizadas; em que o jogo constante entre os pares dicotômicos é enfatizado e em que a diferença deixa de ser hierarquizada e passa a ser reconhecida como parte do jogo da linguagem. “Afim, a prática da diferença só se efetiva na tradução se pensarmos não só na multiplicidade das línguas, mas também no que essa multiplicidade encena: a tradução recíproca na produção e transformação infinita de significados” (Ottoni, 1998b: 18). A incidência de termos de uma língua em outra pode ser entendida como a própria manifestação da resistência da linguagem a ser enquadrada dentro de um sistema de oposições hierárquicas. Os termos emprestados da língua inglesa na área da informática deixam de ser vistos apenas como exemplos de empréstimos e passam a ser vistos, também, como exemplos do transbordamento entre as línguas decorrente do infinito jogo da linguagem.

## 1.2 O empréstimo segundo a ótica de alguns gramáticos

Nesta parte, apresento um levantamento do lugar do empréstimo lingüístico em algumas gramáticas. Entre os trabalhos estão um estudo de filologia realizado no início do século XVII, gramáticas do final do século passado, sendo duas portuguesas e uma brasileira, algumas do início desse século e outras contemporâneas. No material analisado, representado aqui por um *corpus* que está longe de ser exaustivo, é possível notar um teor bastante descritivo e normativo. O objetivo é reunir as metáforas usadas para falar do empréstimo, reconstruir a representação tradicional desse acontecimento da linguagem e ver como a distinção língua materna e língua estrangeira está sedimentada nos compêndios examinados.

Foi com a “Gramática” que os primeiros estudos da linguagem tiveram início. De acordo com Saussure, um estudo baseado na lógica, que “visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa, muito afastada da pura observação e cujo ponto de vista é forçosamente estreito” (1971: 7). No que concerne aos termos provenientes de outras línguas, por exemplo, as gramáticas analisadas confirmam a crítica de Saussure. Com algumas exceções, tais termos aparecem sob a categoria dos vícios da linguagem, sendo em alguns casos classificados como barbarismos lexicais ou estrangeirismos. Segundo o *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*, bárbaro era aquele que, entre os gregos e romanos, era o estrangeiro – inculto, rude, invasor. Entre as definições para “vício” destaco as seguintes: defeito grave que torna uma coisa inadequada para certos fins ou funções; costume censurável ou condenável; qualquer deformação funcional; costume prejudicial. Se seguirmos à risca essas definições, para os gramáticos o empréstimo é um hábito lingüístico prejudicial.

Em *Origem da Língua Portuguesa* (1606), cuja 4ª edição, de 1945, vem acompanhada de um estudo preliminar e de anotações de José Pedro Machado, Duarte Nunes de Leão discorre, em especial no capítulo V, sobre a impossibilidade de conceber as línguas como sistemas puros. José Pedro Machado, no comentário que tece sobre o referido capítulo, diz que “a importação lexical é, afinal, facto natural e comum a todas as línguas. Se se pretender fechar qualquer língua à importação vocabular, isso será isolá-la, torná-la árida, atrasada e pobre” (p.101). Nunes de Leão aponta vários exemplos de importação lexical e de como a língua portuguesa não é exceção, porque “*isto mesmo, nos aconteceu a nós, que por as cousas que de nuo se inuentaraõ, & por as conquistas & cõmercio que tiuemos com outras gente, nos vieraõ muitos vocabulos*” (p.239). Foram termos importados juntamente com o conhecimento dos gregos, que, por sua vez, os tomaram emprestados dos persas e dos egípcios pelas conquistas e pelo comércio que tiveram com esses povos e assim sucessivamente.

*Todos estos exemplos trouxemos, pera mostrar claramente que no ha lingua alguma pura, nem a houue sem ter mistura de outras lingoas. E a variedade de vocabulos de q cada dia se vaõ hus introduzindo, & outros perdendo, & como pelo discurso do tempo se vaõ desmelhando huas lingoas de outras com que tinhaõ alguma semelhança, & consigo mesmas, tanto que ficaõ parecendo outras* (p.240).

Entretanto, no estudo preliminar e nas anotações que José Pedro Machado fez à publicação de 1945 da *Origem da Língua Portuguesa* vê-se surgir alguns temores sobre essa característica natural das línguas de importarem termos estrangeiros. Machado toma o cuidado de esclarecer a diferença entre “adaptar” e “macaquear” termos estrangeiros:

Mas observe-se que falamos na adaptação, porque o acto objecto de macaquear

não pode ter adeptos, mas sim reprovadores; o mesmo dizemos para a importação desnecessária; só se admite, quando vem beneficiar e enriquecer o português com novos elementos que servem para designar novas idéias, novas coisas. Os neologismos nestas condições não desnacionalizam a língua. (pp. 102-103)

Essa preocupação de Machado vai ser a tônica dos trabalhos analisados a seguir. Os termos emprestados são considerados vícios de linguagem. Assim, o empréstimo aparece como um acontecimento inadequado da linguagem, um defeito que pode por em risco o sistema da língua e que, embora tenha a função de enriquecer o léxico desde os primeiros contatos entre os povos – segundo Machado, foi no século XVI, por exemplo, “que se operou uma das maiores renovações lexicais. Muito se importou! Pois não nos esqueçamos que essa é a língua de Camões” (p.103) –, não deve ocorrer desnecessariamente, daí ser classificado como um vício da linguagem.

Início minha análise das gramáticas com Bento José de Oliveira (1887) e sua *Nova Grammatica Portugueza* (a 1ª edição é de fevereiro de 1862). Oliveira trata dos estrangeirismos na “Syntaxe”, que é a segunda parte de sua gramática, no capítulo quarto, o “Das figuras”, em que fala “Dos vícios da oração”. Segundo o gramático,

para a oração ficar se não adornada, ao menos *clara*, requer-se antes de tudo que seja *correcta* ou limpa de erros. Para a clareza, porem, não basta a mera correção das palavras e da syntaxe, é também necessário que haja *pureza* na linguagem, *propriedade* nos termos, *concisão* e conveniente *disposição* nas palavras e phrases, de modo que o pensamento se perceba facilmente. Á virtude da clareza oppõe-se o barbarismo, o archaismo, o solecismo e a amphibologia. (p. 117, grifos do autor).

Oliveira apresenta o termo “estrangeirismo” como sinônimo de barbarismo, que cometemos “usando de palavras e phrases estranhas á língua, como: *affazeres* por – ocupações, trabalhos, etc. [...] Tais expressões são *gallicismos* ou *francezismos*.” (p.117, grifos do autor). Para o gramático, o estrangeirismo põe em risco a pureza da linguagem e a clareza do pensamento, por isso é considerado sinônimo de barbarismo e classificado como um vício de linguagem.

Outra publicação portuguesa é a *Gramática Nacional* de Domingos de Azevedo (1881). Essa data é da segunda edição (não há referência nesta edição sobre a data da primeira). Na “Lição 22 - Dos vícios da oração”, incluída na “Syntaxe” da sua gramática, Domingos de Azevedo divide os barbarismos em quatro tipos. O primeiro consiste “no emprego de palavras e phrases estranhas á língua, como: *chefe* d’obra em vez de *primor d’arte*. – *Diz-se coisas* por *dizem-se coisas*, que são *gallicismos* ou *francezismos*” (id.ibid., grifos do autor). Os demais referem-se ao fato de dar-se “às palavras significação que não têm”; à “má pronuncia ou nos erros orthograficos”; ao “uso de palavras obsoletas ou inteiramente *antiquadas*”, ou seja, “*archaismos*” (id.ibid., grifos do autor). Em seguida, é apresentada uma lista de galicismos introduzidos na língua portuguesa com a seguinte advertência: “cujo emprego se deve cuidadosamente evitar” (p.170).

Mais uma vez o cuidado com os empréstimos é enfatizado e a classificação de vício e barbarismo é mantida. Os termos estrangeiros são vistos como nocivos ao sistema lingüístico materno, o que ressalta ainda mais a distinção entre a oposição língua materna e língua estrangeira, que aqui aparece como protetora, como um antídoto para o possível mal provocado pelo uso de termos alheios ao código materno.

A última publicação do século passado aqui analisada é brasileira e de autoria de Ernesto Carneiro Ribeiro Filho. Sua obra, *Serões Gramaticaes*, foi editada primeiramente em 1890. As citações apresentadas referem-se à quarta edição (s/d). Na “Parte Terceira” de sua gramática – “Lexicologia” –, encontramos referências aos empréstimos lingüísticos em vários momentos. Primeiramente no capítulo IX, intitulado “Da construção do léxico ou vocabulário portuguez”. Segundo o autor, “além do *latim*, que constitue o fundo do vocabulario portuguez, como o de todas as *linguas romanicas*, distinguem-se no nosso vocabulario muitas palavras que lhe provieram de outra fonte e que se lhe implantaram, encorporando-o e enriquecendo-o” (p. 145, grifos do autor). Em seguida, no capítulo X, “Lingua, idioma e dialectos; alterações das línguas; alterações lexicais: archaísmos, neologismos e hybridismos”, comenta que

não há lingua, por mais rica e abundante que seja, que não tenha necessidade de importar de alheios idiomas certas palavras de que carece o seu vocabulário; essa importação dentro em certos limites é uma necessidade fundamental, que se liga á vida mesma das linguas e a que cedem os esforços do exaggerado purismo (p.162).

Também fala sobre a formação dos neologismos, que decorrem ora da combinação de elementos que já existem na língua, ora de elementos das línguas clássicas, que recebem novas combinações; ou têm origem nas línguas modernas; ou ainda, são compostos de elementos híbridos de línguas diferentes, também conhecidos por hybridismos. Segundo Carneiro Ribeiro,

a corrente dos *neologismos* começou dos fins do século 15, tomando desenvolvimento maior e mais rapido no século 16, em que concorreram em muito para augmental-a Camões e os grandes escriptores de seu século, e

continuando a encorpar desde então com o crescente progresso, de que se têm enriquecido sciencias, artes e industrias (p.164).

Apresenta ainda uma lista de neologismos de diferentes formações com a seguinte citação: “O *neologismo* é uma fatal necessidade e os rebates dos puristas não conseguem impedir o complemento natural de uma lei inexorável” (Latino Coelho, *apud* Ribeiro, p. 163, grifo do autor). Entretanto, na “Parte Quarta” – “Da phraseologia ou syntaxe” de sua gramática, no capítulo XVI – “Dos vícios de linguagem”, Carneiro Ribeiro coloca entre estes o barbarismo, dos quais o estrangeirismo é um dos casos.

Collocamos, pois, na classe dos *barbarismos* e *solecismos* todos esses *estrangeirismos* escusados, todas essas palavras e construcções que se não adaptam ao genio do nosso idioma, que tendem a desfigural-o, roubando-lhe a pureza e graça nativa, desvirtuando-o e defraudando-o de suas feições vernáculas (pp. 586-587).

A ambivalência encontrada no trabalho de Carneiro Ribeiro remete aos comentários de José Pedro Machado à *Origem da Língua Portuguesa* de Duarte Nunes. Ao mesmo tempo em que afirmam que as línguas não podem ser isoladas nem puras, não deixam de alertar para os perigos dos termos estrangeiros. Ambos falam das inúmeras importações presentes desde o século XVI e citam Camões para ilustrar a convivência feliz com os “estrangeirismos”. Nem por isso deixam de remeter ao lado obscuro do estrangeirismo ao classificá-lo como um vício de linguagem que pode trazer conseqüências imprevisíveis ao sistema da língua. Embora aponte para os aspectos positivos dos estrangeirismos, Carneiro Ribeiro os mantém sob as classificações de vício e de barbarismo.

Em *Gramática Elementar da Língua Portuguesa* (1ª ed.: 1923), Ali M.Said apresenta os *Vícios de Linguagem* em uma parte distinta da sua gramática, ou seja, não

estão incluídos entre o léxico ou a sintaxe como vimos nos trabalhos anteriores. Segundo o gramático, “é vício de linguagem toda maneira de falar contrária ás regras da gramática ou ao uso geral ou que possa chocar o ouvido” (p.144, grifos do autor). Entre os principais encontram-se o barbarismo e o estrangeirismo, apresentados como formas distintas. O primeiro refere-se “ao emprego erroneo de palavras, podendo o erro consistir na pronuncia, na forma ou na significação” (p. 144); o segundo

ao vocabulo originario de outro idioma (exceptuando o latim e o grego). São sobretudo notorios os provenientes do francez ou gallicismos [...]. Muitos estrangeirismos (gallicismos) foram aceitos e se acham incorporados em nosso idioma. Viciosos são aquelles de cuja desnecessidade temos geralmente consciencia e cujo uso não se generalisa” (p. 144, grifos do autor).

Novamente os empréstimos seguem a classificação de vício apontada nas gramáticas já analisadas. Aqui o gramático esclarece que viciosos só os empréstimos desnecessários. Em outra obra, *Dificuldades da Língua Portuguesa*, primeiramente editada em 1908, de forma bem reduzida, no capítulo XII – “O purismo e o progresso da língua portuguesa”, o gramático tece o seguinte comentário sobre os empréstimos:

Para designar as contribuições adventícias com que se aumenta o léxico de um idioma, servem-se os lingüistas de um termo de extraordinária polidez: ‘empréstimos’, *emprunts* (francês), *loan-words* (inglês), *Lehnwörter* (alemão). Empréstimos que nunca se restituem; dívidas que jamais se resgatam, salvo com outro empréstimo. Na linguagem faz-se isto sem cerimônia. Não se propõe nem se pede. Tira-se (1957: 187).

Entretanto, apesar de Ali M. Said manter os estrangeirismos sob a classificação de “vícios de linguagem”, em outra obra – *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*,

cuja primeira edição é de 1930, eles são tratados como “acquisições novas”, enriquecimentos trazidos de outras línguas. Mantém, portanto, a mesma postura ambivalente de José Pedro Machado e de Carneiro Ribeiro. Em seguida comenta, entre outras coisas, a pouca atenção que se dá à influência das línguas européias, com exceção do francês, “cujo efeito quase sempre se tem por maléfico, ao passo que com bom rosto, ou com indiferença, se vêem os demais estrangeirismos” (1951: 114).

Na *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1ª ed.: 1944 / 6ª ed.: 1963), F. da Silveira Bueno aborda o fenômeno dos neologismos na parte referente à “Lexicologia”, mais especificamente, na “Semântica” e, ainda, na “Sintaxe”, quando trata da sintaxe da colocação, em especial dos vícios de linguagem que “afeiam o dizer, diminuindo-lhe a força expressiva” (p.375).

Na parte que se refere à “Semântica”, divide os neologismos em seis espécies, entre elas as científicas, as populares e as estrangeiras. Os neologismos científicos incluem “todas as nomenclaturas das ciências novas” (p.215); os populares são aqueles instituídos pelo povo, que, “na sua necessidade de expressão, vai criando novos termos ou dando novos significados a termos já conhecidos, num constante trabalho de adaptação” (p.216) e os estrangeiros são as “palavras que *adotamos* de outras línguas por nos faltarem vernáculos” (p.216, grifo meu). O autor aponta como a causa principal do neologismo a “necessidade de expressão”, isto é, quando surgem idéias ou objetos novos, surge também a necessidade de nomeá-los adequadamente. Na falta de um vocábulo que possa ser “adaptado” criam-se “palavras novas” que é como o autor define os neologismos. “Outra causa é a tendência do *espírito humano* para especificar, para positivar as diferenças que entre os seres existem, dando a cada uma delas um nome que corresponda a essa necessidade de clareza e de especificação” (p. 216, grifo meu). O

neologismo também é abordado com relação às “condições de êxito”, ou seja, para que seu uso seja radicado, ele tem de “ser necessário, *corresponder a uma precisão do espírito humano*” (p. 216, grifo meu). Há também o aspecto da “rapidez da expressão”, isto é, no lugar de uma expressão longa aparece uma palavra nova (p.217). Bueno, finalmente, também indaga sobre o tratamento que devemos dar ao neologismo estrangeiro:

São inúmeros êstes neologismos a que muitos dão o nome de *empréstimos*. Temo-los, principalmente, na linguagem técnica, científica, esportiva. Como devemos pronunziá-los e escrevê-los? Conviria traduzi-los? A tendência mais comum é de escrevê-los à portuguesa, conservando entretanto, a pronúncia de origem: *futebol (foot-ball)* [...]. Não devem ser traduzidos porque perderiam tôda a força significativa: enquanto sabem todos o que seja *futebol*, ninguém saberia o que fôsse *pé-bola*. Nem devemos quebrar a cabeça com a preocupação de criar novos têrmos para substituir os empréstimos: *pedibola, pedibolar, pedibolador, locutor*, etc. Os empréstimos fazem parte do comércio vocabular das sociedades, são conseqüências de fatos sociais e devemos aceitá-los como tais (p.217, grifos do autor).

Ao tratar da sintaxe de colocação, Silveira Bueno coloca entre os “vícios de linguagem”, o barbarismo e o neologismo. Para o autor, “todo e qualquer emprêgo *desnecessário* de têrmos, expressões e construções estrangeiras em nosso idioma constitui *barbarismo* ou simplesmente *estrangeirismo*” (p.375, grifo do autor). O barbarismo divide-se segundo a origem da palavra. Assim, os anglicismos são formações neológicas provenientes da língua inglesa. Já o neologismo é definido como “o têrmo novo, ainda não aceito no geral da língua, mas já correntemente empregado pelo povo” (p.378).

Quando coloca como condição para o neologismo se radicar na língua “ser necessário e corresponder a uma precisão do espírito humano” (p.216), Silveira Bueno,

por exemplo, deixa implícita a crença num significado transcendental, imanente, independente do contexto. Quando defende a não tradução do neologismo estrangeiro “porque perderiam toda a força significativa” (p.217) também remete ao sentido das palavras em termos de imanência e estabilidade. Se por um lado diz que não “devemos quebrar a cabeça com a preocupação de criar novos termos para substituir os empréstimos” (p.217), por outro os condena como “vícios de linguagem que afeiam o dizer, diminuindo-lhe a força expressiva” (p.375, grifo do autor). Assim, na gramática elaborada por Silveira Bueno, o empréstimo seria permitido semanticamente, mas com relação à sintaxe da língua seria visto como vício. Essa ambivalência encontrada em alguns compêndios gramaticais, em que a palavra estrangeira é ao mesmo tempo condenada e aceita, é um exemplo da dificuldade de fixar um centro estável e pacífico para o par língua materna e língua estrangeira.

R. F. Mansur Guérios, em *A Nomenclatura Gramatical Brasileira Definida e Exemplificada* – a primeira edição é de 1960 – apresenta a “nova nomenclatura” por ordem alfabética. O termo empréstimo é definido como “uma expressão estrangeira”:

O empréstimo pode ser de uma língua a outra, de um dialeto a uma língua (dialeatismo), de uma língua a um dialeto, de um dialeto a outro. Explicam-se os empréstimos em geral pelo prestígio de uma civilização ou cultura sobre outra. Às vezes essa influência manifesta-se apenas em determinado ramo cultural. Favorecem os empréstimos a vizinhança entre países, relações comerciais, literárias, científicas, etc., a novidade de certos objetos, fatos, instituições, etc., e mesmo a atração, admiração despertada pelos estrangeirismos (1960: 41).

Entre os exemplos, o autor cita os empréstimos árabes, franceses, espanhóis e italianos. Vale notar a ausência dos ingleses, e como a hegemonia da língua inglesa ainda não tinha se instaurado formalmente. Por neologismo entende-se toda “expressão nova,

ou velha com sentido novo. [...] São também neologismos os empréstimos recentes” (p.45). Embora também faça uso da nomenclatura proposta pelos lingüistas – empréstimo, ainda classifica os termos emprestados sob a forma de vícios ou barbarismos.

Na *Moderna Gramática Portuguesa* (11ª ed.: 1967, 1ª ed.: 1961), Evanildo Bechara apresenta os estrangeirismos sob o título “vícios e anomalias de linguagem”, e os coloca sob a categoria do “barbarismo”. São definidos pelo gramático como termos e expressões alheios ao nosso idioma. Aponta ainda para o aspecto social dos empréstimos:

Os estrangeirismos que entram no idioma por um processo natural de assimilação de cultura assumem aspecto de sentimento político-patriótico que, aos olhos dos puristas extremados, trazem o sêlo da subserviência e da degradação do país. Esquecem-se de que a língua, como produto social, registra, em tais estrangeirismos, os contactos de povos. Êste tipo de patriotismo lingüístico (Leo Spitzer lhe dava pejorativamente o nome de *patriotite*) é antigo e revela reflexos de antigas dissensões históricas. [...] o que se deve combater é o excesso de importação de línguas estrangeiras, mormente aquela desnecessária por se encontrarem no vernáculo vocabulários e giros equivalentes (p. 407).

Bechara apresenta a mesma a postura ambivalente de outros gramáticos analisados: ao mesmo tempo em que mantém a classificação de vício e anomalia e atenta para o cuidado com que os estrangeirismos devem ser tratados, fala do exagero desnecessário dos puristas de plantão.

Enéas Martins de Barros, em *Gramática da Língua Portuguesa* (1ª ed.: 1985), no capítulo “Vícios gramaticais”, esclarece que os “vícios gramaticais são todos os desvios da norma gramatical vigente. São, principalmente, de dois tipos: barbarismos e

solecismos” (p. 264). Constituem barbarismos léxicos “os empréstimos supérfluos”.

Segundo o autor,

corre o empréstimo paralelo à importação de utilidades que uma sociedade recebe de outra. São resultantes do intercâmbio, das relações mantidas entre as nações. Aquele país que manifestar, na época, maior desenvolvimento, que ofereça à sociedade humana novas manifestações de progresso e criatividade, será, sem dúvida, a fonte a que recorrerão os menos desenvolvidos. Junto a essas utilidades, idéias, modismos, criações ou inovações surge a palavra, o empréstimo, ou o estrangeirismo, tão combatido pelos puristas (pp. 317-318).

Para o gramático, os empréstimos devem “quando indispensáveis, ser recebidos e mantidos, sujeitos, quanto possível, à estrutura da nossa língua. *Os inadapáveis, se mantidos, devem ser grafados em negrito ou itálico ou colocados entre aspas*” (p. 318. *ibid.*, grifo meu). A “carência” não só determina os empréstimos, mas também está entre os fatores que mais os difundem. Daí a necessidade de nomear as novas idéias e conceitos. Assim, os “empréstimos são *aceitáveis* quando enriquecem o léxico com alguma contribuição nova sem correspondente no vernáculo. Mas *evitáveis*, quando supérfluos, e *condenáveis* se tentam penetrar no sistema fechado da língua” (p.319, grifos meus). Segundo o gramático, o “sistema fechado da língua” seria a gramática e o “sistema aberto”, o léxico:

Dada a mobilidade lexical – sistema aberto – não raro aparecem linguagens fechadas, técnicas, próprias de pequenos grupos, que buscam (parece) os empréstimos visando a mistificar suas idéias e princípios, como se, traduzidos estes em vernáculo, viessem a perder seu mérito e seu valor. Lançam mão, assim, da mais total inacessibilidade à compreensão pela maioria dos falantes e, *nesse afã de mistificação, chegam a usar empréstimos inteiramente*

*supérfluos, que com mais clareza e propriedade poderiam ser traduzidos pelo vernáculo* (id.ibid., grifo meu).

Dessa forma, Barros explica o surgimento do *economês*, que, para seus usuários, revela cultura e favorece o status social. Para o gramático, essa falsa cultura seria a causa fundamental desse comportamento lingüístico, revelador não apenas da “subserviência” e da “submissão” do usuário, mas também da sua “incapacidade de criação”.

No volume V das Obras Completas de Mário Barreto – *De Gramática e de Linguagem* (1ª ed.:1922), mais especificamente, no capítulo I “Das traduções”, a tradução é tida como a causa da entrada de termos estrangeiros em nosso idioma. Em virtude disso, deixei esta obra por último, ainda que sua apresentação não siga a cronologia das demais. As primeiras palavras já indicam o teor das relações que o autor estabelece entre os estrangeirismos e a prática tradutória: “as más traduções do francês de que anda infestada a nossa língua contribuem desmedidamente e despejadamente para a corrupção do idioma” (1955: 11). Para Barreto, a tradução é a responsável pelo “contrabando da barbárie”(p.11). O perigo da tradução como veículo de introdução de estrangeirismos atinge até grandes escritores como Camilo Castelo Branco. Em “suas versões de obras francesas, topamos com incorrecções, galicismos e demais barbarismos em que raras vezes ou nunca incorria quando compunha livros de seu próprio engenho e sem ter diante o modelo francês” (p.11). Contudo, no capítulo “Galicismos e barbarismos de escrita ou cacografias de Camilo”, atenua sua crítica e deixa transparecer uma posição ambivalente:

Em matéria de galicismos, meu senhor, todos pecamos, porque os mamámos com o leite. Ainda sabendo que são galicismos, êles escorrem-nos pela pena sem darmos fé. Nem os escritores mais puros logram livrar-se do extenso contágio francês que nos rodeia. Não podemos ser inimigos sistemáticos do

galicismo. Alguns são necessários, e outros, menos úteis, estão já tão difundidos que hão de sobreviver aos furibundos puristas que os condenam (p. 311).

Em boa parte das gramáticas analisadas, os empréstimos aparecem com a denominação de estrangeirismos – a opção dos lingüistas pelo termo empréstimo chega, inclusive, a ser criticada, como já foi citado, por M. Said Ali na obra *Dificuldades da Língua Portuguesa*, publicada no início deste século. São, também, apresentados sob o estigma dos “vícios de linguagem” — como tal, deveriam ser evitados, pois contaminariam a pureza da língua, mas, por outro lado, isso nem sempre seria possível. Alguns gramáticos, ao mesmo tempo em que condenam, sentem-se na obrigação de defendê-los. Afinal, grandes nomes da literatura brasileira e da portuguesa sucumbiram a esse vício. Mas todo cuidado parece ser pouco, pois junto com os comentários mais permissivos fica sempre a sombra das metáforas – *barbarismo*, *vício*, *anomalia* –, usadas para classificar o acontecimento dos empréstimos nos tratados gramaticais. Nota-se, também, pouca mudança entre os trabalhos elaborados no final do século passado e início deste. Embora alguns gramáticos contemporâneos usem o termo empréstimo, no geral os termos importados são tratados como estrangeirismos, ou ainda, barbarismos e aparecem sob a classificação de vícios ou anomalias da linguagem. Essas metáforas destacam o aspecto nocivo do termo estrangeiro e corroboram a polarização entre o par língua materna e língua estrangeira, mantida ora pela preocupação com a integridade da língua portuguesa ora pelo tratamento que os termos estrangeiros recebem nas gramáticas.

Entretanto, procuro defender que o empréstimo é um acontecimento que encena a mistura dentro de um sistema e, assim como a tradução, destaca que, em vez de antagônicas, as línguas são pólos complementares. “Há um jogo de implante e enxerto

entre as línguas que evidencia o fato de que há línguas, que há uma permissão para que as línguas se misturem como já são misturadas num único sistema lingüístico” (Ottoni, 1998a: 13). A abundância e a naturalidade com que os termos de informática circulam entre as línguas comprovam o movimento e a reciprocidade entre elas. O descompasso encontrado em algumas gramáticas, que ora admitem ora recusam a possibilidade de a língua materna absorver palavras alheias ao seu sistema, aponta para o *double bind* do tradutor, que pende entre seguir os vínculos das normas gramaticais e aceitar as regras instituídas pelos usuários da ciência que traduz.

### 1.3 A lingüística e os empréstimos

Com a lingüística, os termos estrangeiros perdem o estigma de vício, recebem a denominação de empréstimos e passam a fazer parte dos estudos sincrônicos e diacrônicos da linguagem. Os lingüistas vão procurar no acontecimento dos empréstimos elementos para refletir sobre o contato entre línguas e culturas. O objetivo desta parte é fazer um levantamento do lugar desse acontecimento da linguagem nas reflexões desenvolvidas no âmbito da lingüística moderna. Embora longe de ser exaustivo, o *corpus* observado representa uma parcela significativa dos estudos lingüísticos dos empréstimos. Dou continuidade, assim, à trajetória iniciada com os gramáticos para ver como a distinção língua materna e língua estrangeira está sedimentada pelo tratamento dado aos empréstimos nos trabalhos analisados. Nesse contexto, a oposição entre as línguas é constitutiva da definição de empréstimo. Procuro, na medida do possível, associar a reflexão desses

lingüistas com o que se passa no acontecimento da linguagem de especialidade da informática, no português do Brasil.

Embora alguns lingüistas afirmem que a oposição sincronia/diacronia já havia sido concebida em trabalhos de dialetologia, foi com Saussure, e sua “obra póstuma” – *Cours de linguistique générale* – publicada em 1916, que ocorreu a sistematização, a formalização e a autonomização da lingüística como ciência. Durante muito tempo, a “Gramática Comparada” recorreu à analogia e ao empréstimo para explicar o desenvolvimento das línguas e o relacionamento entre elas, em especial para justificar as causas das mudanças lingüísticas e as exceções das leis fonéticas. A investigação sincrônica, entretanto, “rompe com a postura dos comparatistas e da filosofia clássica, baseada na busca de sucessivos *empréstimos*, dos diversos estratos na constituição das línguas” (Dosse, 1993: 69, grifo meu).

Saussure faz referências aos empréstimos em vários momentos do *Curso*, mas não há um capítulo específico para tratar desse acontecimento da linguagem. Eles aparecem sempre em meio a outros temas, como quando fala sobre os elementos internos e externos da língua para explicar que sua definição da língua “supõe que eliminemos dela tudo o que lhe seja estranho ao organismo, ao seu sistema, numa palavra: tudo quanto se designa pelo termo ‘Lingüística externa’” (1971: 29). Embora não refute a importância dos fenômenos lingüísticos, Saussure não os vê como imprescindíveis para o conhecimento do “organismo lingüístico interno”. No entanto, o empréstimo será importante na medida em que provocar alguma mudança no sistema. Ou seja, quando deixar de ser uma questão de natureza externa ao sistema e passar a ser de natureza interna. Para Saussure “o termo emprestado não é considerado mais como tal desde que seja estudado no seio do sistema; êle existe somente por sua relação e oposição com as palavras que lhe estão associadas,

da mesma forma que qualquer outro signo autóctone” (Id., *ibid.*, p.31). Saussure também encontrou nos empréstimos uma das causas da impossibilidade de acreditar “que as línguas fossem uma fonte inesgotável de documentos acêrca dos povos que as falavam e de sua pré-história” (Id., *ibid.*, p.262). Para o lingüista genebrino, uma língua não é capaz de tal empresa devido “à incerteza da etimologia”. É difícil estabelecer a origem das palavras; devido ao fato de que “os significados das palavras evoluem” e finalmente, porque os empréstimos desestabilizam a crença de que estaria “na ausência de uma palavra a prova de que a civilização primitiva ignorava a coisa designada por essa palavra” (Id., *ibid.*, p.263). Há referência aos empréstimos, ainda que implícita, quando Saussure fala do *espírito de campanário* e da *força de intercurso*, duas forças que “na propagação dos fatos de língua [...] agem sem cessar simultâneamente e em sentidos contrários” (Id., *ibid.*, p. 238). A primeira mantém uma comunidade lingüística fiel às tradições e cautelosa diante das novidades, e a segunda faz com que os homens interajam: “é ao intercurso que se deve a extensão e a coesão de uma língua”(Id., *ibid.*, p. 239). Em suma, em Saussure os empréstimos aparecem quando dizem respeito a algum fato relevante ligado ao sistema interno da língua.

Cinco anos após a primeira edição francesa do *Curso*, no início da década de 20, mais precisamente em 1921, Edward Sapir tem seu livro *Language: an Introduction to the Study of Speech* publicado. Segundo o lingüista, “o tipo mais simples de influência que uma língua pode exercer em outra, é o ‘empréstimo’ de vocábulos. Sempre que há empréstimo cultural, há probabilidade de empréstimo para os têrmos correspondentes” (1971;193). Para Sapir, a língua de um país considerado um centro cultural encontra-se em situação privilegiada, pois tem mais chances de exercer influência sobre as demais

línguas. Daí a influência ser com freqüência unilateral. Os movimentos culturais é que determinam a incidência de termos emprestados.

Ao indagar sobre a possibilidade de haver algum tipo de resistência ao empréstimo que seja de caráter intrínseco, o autor conclui que, via de regra, o empréstimo depende do intercâmbio cultural. Acrescenta ainda que a reação de uma língua diante da presença dos empréstimos, ou seja, se os rejeita, traduz ou os aceita com naturalidade, é reveladora das “tendências formais inatas” dessa língua.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), Bakhtin critica a noção de língua enquanto um sistema de normas imutáveis, objetivas e incontestáveis, pois até mesmo as normas sofrem evolução ininterrupta. Segundo o autor, “a lógica da história da língua é a lógica dos erros individuais ou dos desvios” (p.81) e, com o tempo, esses erros ou desvios acabam tornando-se a nova norma lingüística. Portanto, é necessário também perceber o caráter de novidade da “forma lingüística” e não apenas o de conformidade à norma. “*A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida” (p.95, grifo do autor). É nesse contexto ideológico que Bakhtin trata da palavra estrangeira. Sua importância para o pensamento filosófico-lingüístico remonta à antigüidade.

O fato de que a lingüística e a filologia estejam voltadas para a palavra estrangeira não é produto do acaso ou de uma escolha arbitrária da parte dessas duas ciências. Não, essa orientação reflete o imenso papel histórico que a palavra estrangeira desempenhou no processo de formação de todas as civilizações da história. Esse papel foi conferido à palavra estrangeira em todas as esferas da criação ideológica, desde a estrutura sócio-política até o código de boas maneiras. A palavra estrangeira foi, efetivamente, o veículo da

civilização, da cultura, da religião, da organização política (os sumérios em relação aos semitas babilônicos; os jaféticos em relação aos helenos; Roma, o cristianismo, em relação aos eslavos do oeste, etc.). Esse grandioso papel organizador da palavra estrangeira – palavra que transporta consigo forças e estruturas estrangeiras e que algumas vezes é encontrada por um jovem povo conquistador no território invadido de uma cultura antiga e poderosa (cultura que, então, escraviza, por assim dizer, do seu túmulo, a consciência ideológica do povo invasor) – fez com que, na consciência histórica dos povos, a palavra estrangeira se fundisse com a idéia de *poder*, de *força*, de *santidade*, de *verdade*, e *obrigou* a reflexão lingüística a voltar-se de maneira privilegiada para seu estudo (p.101, grifo do autor).

Para Bakhtin, a complexidade do estudo da linguagem como objeto específico reside, portanto, na inserção deste objeto “num complexo mais amplo e que o engloba, ou seja: na esfera única da relação social organizada” (p.70). Assim, segundo o autor, a filosofia da linguagem e a lingüística não perceberam a abrangência do aspecto ideológico da palavra estrangeira e de como a noção do “cruzamento” de línguas, ou seja, da interferência lingüística, representa um aspecto fundamental da evolução das línguas.

Uma obra de referência para o estudo dos empréstimos lingüísticos é *Language* de Leonard Bloomfield, publicada em 1933. O autor divide os empréstimos em culturais e dialetais. Os primeiros são os empréstimos de línguas estrangeiras e os segundos, os realizados dentro de um mesmo idioma. Os empréstimos culturais representam o que uma nação teria para ensinar à outra: alguns dos empréstimos do francês para o inglês referem-se à moda feminina e aos cosméticos, por exemplo. Os termos emprestados do alemão estão ligados à culinária, à filosofia e à ciência. Para Bloomfield, o empréstimo só é unilateral quando uma nação tem mais a contribuir do que a receber. Do contrário é uma troca mútua. O autor também distingue o empréstimo cultural do que chama de

empréstimo íntimo. Normalmente unilateral, esse tipo de empréstimo ocorre em situações de migração. A língua do país dominante é considerada *superior* e a dos imigrantes *inferior*. Assim, é a língua inferior que empresta mais da superior.

J. Mattoso Camara Jr. (1941) marca o nascimento da lingüística no Brasil, com a publicação de *Princípios de Lingüística Geral*, em que aborda a questão dos empréstimos lingüísticos em dois capítulos especialmente dedicados ao assunto e ainda no capítulo que trata do conceito da evolução lingüística. Segundo o autor, “a lingüística firmou-se, no século passado, na base do reconhecimento da mudança contínua da língua. Opôs-se de chofre e radicalmente à concepção estática da gramática dos séculos anteriores, que se deixara iludir por uma fixidez aparente” (p.36). O termo mudança lingüística, entendido dentro do conceito de evolução, não implica necessariamente a idéia de progresso, mas sim de um processo dinâmico, gradual e coerente. A evolução distingue-se dos empréstimos na medida em que os segundos referem-se ao “conjunto de mudanças que uma língua sofre em contato com outras” (p.192). Trazem para a língua tradicional novos traços lingüísticos, por meio da renovação lexical, cuja continuidade acaba sendo suspendida com freqüência. O autor ressalta que “nunca há uma anexação pura e simples de um elemento estranho aos elementos nativos” (p.261). Uma língua emprestaria termos de outra mas sempre mantendo sua identidade, daí a necessidade de às vezes haver uma reinterpretação e uma adaptação do termo estrangeiro à estrutura da língua importadora.

Na área da informática, os termos emprestados ora são integrados aos processo morfológicos e às categorias gramaticais da língua portuguesa, como é o caso de *escanear*, *deletar*, *printar*, entre tantos outros, ora são anexados pura e simplesmente ao sistema da nossa língua. É o que acontece, por exemplo, com uma infinidade de termos como *bug*, *site*, *clock* etc. O *Dicionário Folha/Webster's* apresenta um “Glossário de

Termos de Informática” com mais de 300 exemplos, que são apresentados como “as principais expressões geralmente usadas em inglês” pelos usuários da informática, da multimídia e da Internet. Esse e outros fatos nessas áreas expressam as mudanças que os empréstimos, e conseqüentemente, a relação entre as línguas, vêm sofrendo nas vésperas do terceiro milênio, uma era em que o transbordamento entre as línguas tende a aumentar.

De acordo com Camara Jr., no que concerne às adaptações fonéticas, ainda que o termo chegue por vias orais, seus fonemas não são preservados. “Em regra, nos empréstimos vocabulares há uma adaptação ao sistema de fonemas da língua importadora, reproduzindo-se a matéria fônica do vocábulo importado dentro das regras fonológicas dessa língua” (Weinreich, 1953, 14, citado por Camara Jr., p. 262). Acrescenta, ainda, que mesmo quando o empréstimo predomina nas classes mais letradas, em que há uma preocupação em manter os aspectos fônicos do termo importado, há, inegavelmente, uma adaptação fonética.

Mais uma vez, o empréstimo na área da informática evidencia a complementaridade entre as línguas via enxertos e implantes sem rejeições. É possível encontrar exemplos em que, embora não haja exatamente um empréstimo de fonemas, visto que na língua portuguesa os mesmos já existem, há casos em que o sistema fonético-fonológico do inglês é preservado em alguns termos emprestados, não seguindo exatamente as regras gráfico-fonético-fonológicas do sistema comum à língua portuguesa, como é o caso de *site*, *drive*, *browser*. O fonema para o grafema “i” nos dois primeiros exemplos segue o sistema fonético-fonológico inglês. O mesmo acontece com o fonema referente ao grafema “o” do terceiro exemplo, ainda que com outras adaptações fônicas próprias do português.

Para Camara Jr., há, entretanto, uma resistência de ordem lingüística que muitas vezes diminui a intensidade dos empréstimos devido à complexidade da estrutura lexical da língua que importa, o que explica a dificuldade de o vocábulo estrangeiro se conformar ao sistema mórfico interno. Há casos, porém, em que tal resistência pode ser contornada por meio da tradução dos vocábulos estrangeiros. É o que acontece no âmbito da escrita devido à

repugnância à adaptação gráfica sistemática dos termos estrangeiros [...]. O conflito entre a grafia adaptada à nova pronúncia e uma grafia originária – do qual não toma conhecimento evidentemente o empréstimo feito por via oral – é resolvido pelo processo da tradução. É o que explica a tendência de Cícero a traduzir para o latim os termos filosóficos gregos (p.271).

A tradução do termo estrangeiro seria, assim, uma espécie de empréstimo indireto. Com relação aos aspectos sociais do empréstimo, Camara Jr. segue a distinção proposta por Bloomfield ao dividi-los em “culturais” e “íntimos”. Nos primeiros, estão englobadas todas as importações decorrentes das relações comerciais, culturais e políticas com falantes de outras nações. Já os empréstimos íntimos são decorrentes da existência simultânea de duas línguas no mesmo ambiente social. A tendência é que a cultura do colonizador faça desaparecer a cultura do colonizado. “Nestas condições, os empréstimos vocabulares refletem as *experiências novas* da nação imigrante e certa adaptação dos seus costumes a um meio físico que lhe era estranho” (p.274, grifo do autor). Nota-se, também, que “muitos dos empréstimos culturais são importados para um vocabulário profissional e em seguida generalizados no emprego” (281). É o caso do termo *delete*, que virou *deletar* e atualmente é aplicado em situações que extrapolam o âmbito da

informática; seu uso tem sido bastante comum entre falantes leigos quando se referem a algo ou alguém já não é mais necessário.

Embora no século passado houvesse uma tendência a considerar os empréstimos como “perturbações anômalas da evolução das línguas” (p.287), Camara Jr. conclui afirmando que as mudanças decorrentes dos empréstimos devem ser consideradas normais, liberando-os do estigma de anomalia e vício sedimentado pela gramática. Entretanto, em sua análise, os sistemas lingüísticos dificilmente absorvem os termos estrangeiros sem transformá-los conforme sua estrutura, prevalecendo a idéia de sistemas lingüísticos estanques e autóctones.

Um importante trabalho para a reflexão sobre os empréstimos foi realizado por Einar Haugen em 1950. Há em sua análise uma preocupação com relação ao uso de uma nomenclatura para os empréstimos lingüísticos que enfatize o processo e não o fenômeno em si. Examina inicialmente o termo “mescla” – uma construção metafórica cunhada popularmente e adotada pelos lingüistas mais antigos –, muito comum entre os falantes de línguas imigrantes na América. Entre os exemplos citados pelo autor, há o caso dos falantes de norueguês americanos quando dizem *han mikser* (*he mixes* / ele mistura), em que o termo emprestado é ao mesmo tempo uma descrição e um exemplo do processo. Entretanto, esclarece que alguns lingüistas do início do século XX, tais como Sapir e Bloomfield, já vistos aqui, abandonaram a metáfora por a considerarem desvantajosa em alguns aspectos, em especial por passar a idéia de um coquetel de línguas. Para Haugen, o perigo de usar a metáfora da “mistura das línguas” estaria no fato de que, salvo algumas exceções, os falantes dificilmente recorrem livremente a duas línguas de uma só vez. O que geralmente acontece é que, embora haja uma mudança rápida de uma língua para outra, os códigos não se misturam, mesmo quando os falantes fazem uso desse recurso

como um auxiliar para a comunicação. Portanto, segundo, Haugen, a introdução de termos de uma língua em uma outra significaria apenas uma alteração da segunda língua e não uma mistura. Mesmo porque se a língua resultante fosse chamada de “mista” ou híbrida, esse fato implicaria a existência de outras línguas que seriam “puras”, algo tão difícil de encontrar quanto uma “raça pura”. Além disso, o termo “mistura” seria ambíguo, pois se refere não só à adoção de termos estrangeiros num passado remoto, como também demonstra a existência de termos inconsistentes na estrutura atual da língua em função de tal adoção. Haugen lembra, também, que um grande número de palavras da língua inglesa que foram um dia adotadas são praticamente imperceptíveis em uma análise sincrônica. Mesmo assim, argumenta o autor, há teóricos que insistem que as línguas são todas misturadas, dando ao termo uma conotação tão generalizada que provoca uma redução na caracterização de línguas individuais. Além do mais, em alguns lugares, os termos “misturada” ou “híbrida” adquiriram um sentido pejorativo tal que desencadearam uma preocupação com a purificação das línguas.

Ao discutir sobre o termo “empréstimo”, Haugen admite que esta metáfora também parece bastante inadequada e absurda já que o empréstimo lingüístico ocorre sem o consentimento ou a consciência de quem dá emprestado (além do mais, aquele que toma emprestado não vai precisar devolver posteriormente). Chega até a sugerir a denominação de furto para o empréstimo, mas logo rejeita a idéia visto que não há queixas de parte do proprietário. Segue em sua busca por um termo adequado sugerindo possibilidades como adoção, que também é rejeitada, pois ficaria esquisito chamar uma palavra que foi adotada de adotiva. Assim, para o autor, a vantagem do termo “empréstimo” se resumiria ao fato de o leigo não fazer uso do termo, que permaneceria, portanto, sem ambigüidade na discussão lingüística. Além, é claro, de que nenhum outro

termo mais adequado foi até então inventado. Para o autor, a nomenclatura usada pela lingüística ainda é a melhor até o momento. Ele descarta de antemão as associações populares, tais como o termo “mistura” citado anteriormente. Esclarece, ainda, que sua definição de empréstimo estaria centrada na “*tentativa de reprodução em uma dada língua de estruturas já encontradas em outra*” (p.212, grifo do autor), e que tal definição não leva em conta as razões do falante e se este é consciente ou não do que faz.

Segundo Haugen há dois tipos distintos de empréstimo: a importação e a substituição. O primeiro ocorre quando o empréstimo é tão semelhante ao “modelo” que o falante nativo o reconhece como sendo próprio da sua língua. Poderíamos relacionar essa tipologia com alguns exemplos básicos encontrados na área da informática tais como: *link, site, browser etc.* O segundo tipo, segundo o autor, é a “substituição”, ou seja, quando há uma reprodução inadequada de uma forma semelhante da língua daquele que empresta. Aqui também encontramos correspondentes na área da informática; é o caso de termos como *deletar, escanear, atachar*, entre outros.

Para Haugen, o perigo representado pelos empréstimos estaria em sua instabilidade de classificação. É muito difícil classificá-los de imediato em categorias como gênero e número, por exemplo. Esse é um aspecto bastante comum nos empréstimos do português do Brasil. Segundo Nelly Carvalho,

de um modo geral, o falante da língua portuguesa tem uma sensibilidade ou intuição para considerar como marca de gênero feminino a terminação *a*, do gênero masculino a terminação *o* e como marca de plural a terminação *s*. Além do mais, todo verbo que entra na língua toma como paradigma a primeira conjugação (1989: 22).

Na hora de aplicar essa “sensibilidade ou intuição”, a tendência do falante brasileiro é pelo masculino. “Via de regra, a maioria dos nomes é integrada ao léxico português no gênero masculino, já que é esse o gênero não marcado na nossa língua” (Biderman, 1978: 165). Os exemplos são abundantes na área da informática, seja na mídia especializada ou não. Em um glossário vendido como parte integrante da *Revista do CD-ROM*, encontram-se vários: “Controlador IDE – placa que controla *os* drives do seu computador [...]”; DOT PITCH – [...] Quanto menor *o* “dot pitch”, melhor a resolução da imagem; AUTOEXEC.BAT – *Um batch* [...] que contém os comandos para o “carregamento” do que o computador precisa para funcionar[...] etc. (Ano 1, nº 10, grifos meus). No jornal *Folha de S. Paulo*, os exemplos também são abundantes. Entre eles, destaco o seguinte cabeçalho: “*O* bug do milênio nos pega de calça na mão” (7/12/98, Ilustrada 6-9). Os verbos seguem a tendência apontada por Carvalho, ou seja, a primeira conjugação. Cf.: *delete* – deletar; *scan* – escanear etc. De acordo com Haugen, algumas línguas importam o morfema completo, outras substituem por seus próprios morfemas, mas todas recorrem aos empréstimos quando há alguma razão social para fazê-lo.

Outro aspecto tratado por Haugen pertinente a este trabalho refere-se à identificação dos empréstimos. Para o autor, os estudos até então realizados não distinguem o problema histórico do problema sincrônico. Segundo sua definição, “o empréstimo é um processo histórico e, portanto, é para ser identificado por métodos históricos somente”(p.227). A dificuldade em identificar uma palavra emprestada por meio de uma análise sincrônica, especialmente quando seu uso atingiu um índice de frequência bastante elevado, leva Haugen a restringir o uso do termo empréstimo e de vocábulos afins à lingüística histórica e a concluir que não há língua na civilização moderna cuja estrutura seja tão simples a ponto de ser enquadrada em um conjunto de

categorias que possa descrevê-la exaustivamente. Essa afirmação do autor pode ser associada com o fenômeno dos empréstimos na área da informática. Uma criança brasileira, por exemplo, não alfabetizada, que já usa o computador para brincar, dificilmente identificará em termos como *mouse* ou *joystick* características estrangeiras – salvo se alguém lhe chamar a atenção para o fato. Além do mais, num futuro não muito remoto, muitos outros termos atualmente identificados como estrangeiros nessa área podem deixar de sê-lo, dada a frequência de seu uso. Assim, da mesma forma que o significado, o sentido, não está depositado no significante, na palavra em si, a nacionalidade de uma determinada palavra independe das fronteiras lingüísticas e geográficas. O significante em si não guarda nenhuma característica que o identifique como nativo ou estrangeiro; é o uso dado às palavras que confere a elas o efeito de estranhamento ou não.

Tal efeito pode ser observado com a reação dos usuários de informática diante da tradução de softwares como o AutoCAD, cujo aprendizado e uso sempre se deu com base na versão em inglês<sup>6</sup>. Por já estarem familiarizados com o jargão emprestado, esses usuários demonstram uma certa dificuldade para entender os comandos agora traduzidos para sua língua materna. Os termos em português é que acabam causando um estranhamento para esses usuários, ao passo que os termos emprestados do inglês é que lhes são familiares. Assim, seria possível dizer que a facilidade com que leigos e profissionais da informática recorrem ao uso de termos ingleses parece ser um indicativo de que estão seguindo “o adágio aplicado por Wittgenstein à linguagem: ‘não procure sua significação, procure seu uso’” (*apud* Mounin, p. 211).

---

<sup>6</sup> Conforme depoimento do professor responsável por esta disciplina na PUC-PR

Os exemplos apresentados apontam para a dificuldade de delimitar linhas claras e precisas entre o que é materno e o que é estrangeiro quando diferentes línguas estão em contato. Estranho e estrangeiro é o que não conhecemos e não, necessariamente, o que está escrito em línguas institucionalmente consideradas estrangeiras. O usuário da informática, por exemplo, seja ele leigo ou não, ao acrescentar ao seu vocabulário termos em princípio estrangeiros, estaria incluindo novos termos e não termos estrangeiros. Ou seja, essas palavras são como uma extensão da sua língua, um acréscimo, um suplemento, “um significante disponível que se acrescenta para substituir e suprir uma falta do lado do significado e fornecer o excesso de que é preciso” (Silviano Santiago, 1976: 88). Não há no contexto em que são aplicadas nada que faça reconhecer nelas elementos estrangeiros no sentido comum dessa palavra. O estrangeiro passa a ter outra conotação, perde o sentido de outra fronteira e adquire sentido dentro de uma nova região, onde a língua estrangeira e a língua materna transformam-se, mesclam-se, sem que se possa mais estabelecer limites rígidos entre elas. Como diz Bakhtin, “para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível” (p.93). Isto é, do mesmo modo que o significante não é um receptáculo que guarda o significado e o sentido daquilo que expressamos por seu meio, também não encontramos nele nenhuma característica intrínseca que nos leve a reconhecê-lo como um termo estrangeiro ou materno. Emprestamos essas “formas lingüísticas” estrangeiras porque o uso e a fronteira são bem mais variáveis e flexíveis.

Há teóricos da tradução, inclusive, que demonstram um cuidado com relação ao uso dos termos língua materna e língua estrangeira. Francis Aubert (1993), ao refletir sobre as relações entre os participantes do ato tradutório, refere-se à língua materna como

“a língua de domínio mais ativo”, não deixando, entretanto, de explicar em nota ao leitor o porquê dessa opção:

Evitamos, deliberadamente, o emprego da expressão *língua materna*. Com efeito, com a progressiva globalização cultural e os crescentes movimentos migratórios, que mudam de direção mas não parecem decrescer em intensidade, são cada vez mais encontradas as “biografias lingüísticas” em que, em algum momento do percurso vital do indivíduo, ocorre uma mutação mais ou menos radical nas suas diversas competências lingüísticas (p. 54).

O cuidado de Aubert ao falar em termos de “língua de domínio mais ativo”, deixa implícita a dificuldade de estabelecer fronteiras rígidas e bem definidas entre o par língua materna e língua estrangeira e, também, aponta para a flutuação e o deslocamento entre os signos e os códigos. A impossibilidade de identificar os empréstimos sincronicamente, ou mesmo as mudanças de códigos tão freqüentes nos falantes bilíngües, já havia sido apontada por Haugen na década de 50. Tais comentários vão ao encontro da hipótese defendida aqui de que assim como o significante não é um receptáculo de significados, também não é capaz de, por si só, garantir perenemente sua nacionalidade, ou seja, não guarda em si o caráter de nativo ou estrangeiro. Manter o empréstimo, portanto, não o isenta do movimento do jogo de significação entre as línguas <sup>7</sup>. O falante não sabe muitas

---

<sup>7</sup> A dificuldade de reconhecer num significante sua origem, ou seja, se é nativo ou estrangeiro, pode ser observada em um termo já consagrado em uma comunidade do sul do Brasil em que há forte influência da imigração alemã, a saber, a cidade de Curitiba. Muito antes de o brasileiro importar do americano o gosto pelo cachorro-quente, a salsicha já era bastante consumida pelos curitibanos devido à influência da cozinha alemã. O embutido era conhecido pelos imigrantes alemães como Wiener-Wurst, mas os habitantes nativos foram logo facilitando seu uso até chegar à forma *vina*, ou seja é um caso de empréstimo. Entretanto, recentemente, o jornal *Folha de S. Paulo* (18/01/99), no *Folhateen* — caderno elaborado especialmente para jovens e adolescentes —, apresentou esse termo como se fosse uma gíria. Tratava-se de uma matéria — de capa —, em que um breve inventário das gírias mais recentes e comuns em diferentes capitais brasileiras era apresentado sob a forma de glossário. No quadro sobre as gírias mais corriqueiras em Curitiba, constava o termo *vina* — salsicha. É ao mesmo tempo curioso e intrigante ver um termo cuja trajetória como empréstimo deve beirar os 50 anos ser apresentado como um neologismo do tipo gíria. Tal fato não é de todo inusitado, uma vez que as gírias são freqüentemente baseadas em metáforas, ou ainda em empréstimos, dando aos termos estrangeiros um valor melhorativo ou pejorativo.

vezes se está diante de um termo estrangeiro e, por isso, o empréstimo também não escapa das malhas da significação.

Embora toda a análise elaborada por Haugen tome por base os estudos do bilingüismo, em especial quando falantes bilíngües reproduzem estruturas de uma língua em outra, algumas de suas reflexões podem ser aplicadas ao que vem ocorrendo na área da informática no português brasileiro. O fato de a língua inglesa ser usada em determinados setores da nossa sociedade, como o tecnológico, o científico e o econômico, ainda que com uma incidência bastante significativa, não inclui o Brasil entre os países considerados multilíngües, como é o caso da Índia, da Nigéria, da Suíça, do Canadá etc. Entretanto, recentemente, uma revista de grande aceitação nacional, em sua seção de “Educação”, publicou uma matéria em que parte do cabeçalho dizia o seguinte: “*Num país com um pedaço bilíngüe*, já se faz exame de língua (inglesa) até em concurso público” (Veja, 28/10/1998, grifo meu). Falar em termos de “um pedaço bilíngüe” pode não passar de mais um recurso de retórica para chamar a atenção do leitor, mas também pode indicar uma transformação no interior da linguagem e propiciar outras leituras para o fenômeno do empréstimo além das realizadas no âmbito da lingüística, seja ela social ou estrutural. Pode-se dizer, portanto, que há no trabalho de Haugen alguns pontos que contrastam com o que se passa no âmbito da informática e outros que são semelhantes. Os contrastes residem tanto no fato de os falantes brasileiros recorrerem a termos ingleses sem necessariamente dominarem a língua inglesa, quanto no fato de o discurso de um usuário da informática não parecer muito diferente do que alguns teóricos chamam de um “coquetel de línguas”, pois os termos estrangeiros se misturam tanto no discurso oral

---

Contudo, o que quero ressaltar aqui é que para o leitor dessa matéria fica realmente impossível perceber no significante *vina* qualquer característica estrangeira. Passa, portanto, tranqüilamente como uma gíria, pois não há nada intrínseco a esse termo que remeta ao termo alemão Wienerwurst (Wiener-Wurst, literalmente, salsicha de Viena).

quanto no escrito. As semelhanças, por sua vez, estariam na preocupação com uma espécie de purificação das línguas, mais comum entre usuários esporádicos ou pessoas não diretamente envolvidas com a informática. O que me parece interessante observar no acontecimento da linguagem operado no âmbito da informática é o deslocamento do empréstimo para um lugar onde o contato entre as línguas<sup>8</sup> é marcado por implantes e enxertos decorrentes do transbordamento entre elas. Um lugar que aceita a diferença sem hierarquizá-la e que abre espaço para retirar desse acontecimento da linguagem o estigma de anomalia e vício difundido na maioria dos compêndios gramaticais.

---

<sup>8</sup> Há, portanto, um distanciamento da reflexão para além do bilingüismo tal como apresentado por Haugen e talvez uma aproximação com o que se passa com as línguas *pidgin* e creoles examinadas pela sociolingüística. Entre os acontecimentos relativos às mudanças e às situações de contato entre as línguas, a sociolingüística tem dedicado especial atenção às línguas *pidgin* e crioulas e, também, à Língua Franca ou *sabir* – línguas resultantes do contato entre grupos cultural e lingüisticamente diferentes e que encontraram na mescla lingüística a solução para seus problemas emergenciais. Normalmente, surgem “em contextos em que dois pólos sociais – um dominante (o superstrato) e outro dominado (o substrato) – estruturam a ordem da relação de contato” (Tarallo & Alkimin, 1987: 96). No geral, o grupo europeu representa o pólo dominante.

## CAPÍTULO 2 – A TRADUÇÃO E OS EMPRÉSTIMOS

### 2.1 Duas vertentes teóricas dos estudos da tradução

O empirismo marcou a reflexão sobre a tradução por muito tempo, em especial da sua possibilidade ou não, uma questão “originada na clássica dúvida, religiosa e psicológica, se deveria haver qualquer passagem de uma língua para outra” (Steiner, 1992: 251). É exatamente nessa questão da possibilidade ou não de os tradutores encontrarem equivalentes que configura a associação entre o acontecimento do empréstimo e a tradução, em especial nas teorias de orientação lingüística. Empréstimos porque não encontramos o significante que leva à passagem de uma língua para outra. O empréstimo poderia ser visto, então, como a marca dessa impossibilidade, a representação lingüística dos limites da tradução. Entretanto, a tradução é um fato, e os empréstimos de hoje acabam muitas vezes encontrando tradução amanhã. Na área da informática, são comuns conceitos que, na época de sua introdução, não encontraram tradução e que, com o domínio da tecnologia e do conhecimento, foram sendo traduzidos. É o caso de termos<sup>9</sup> como “browser, navegador; bus, barramento; e-mail, correio eletrônico; mailbox, caixa de correio; server, servidor; link, ligação; password, senha; spreadsheet, planilha; user name, nome do usuário”, que podem criar confusões terminológicas ausentes na língua de origem, visto que muitas vezes aparecem tanto em

---

<sup>9</sup> Todos esses exemplos foram retirados do *Dicionário Folha / Webster's* e aparecem no “Glossário de Termos de Informática”, com a seguinte observação: “quando existe um termo equivalente em português, o mesmo aparece separado da palavra em inglês por uma vírgula e grafado em negrito” (p. 634).

textos da mídia quanto em textos especializados em ambas as formas (a materna e a estrangeira). Há ainda casos como “flash memory, memória flash; login name, nome de login; mail gateway, gateway de correio; printer driver, driver de impressão”, em que a tradução é uma mescla do termo estrangeiro com o materno.

Este capítulo vai tratar a questão da tradução ou não dos empréstimos com base na análise de alguns trabalhos teóricos de orientação lingüística e também de trabalhos em que a prática tradutória é abordada sob uma perspectiva pós-estruturalista dos estudos da tradução. Em linhas gerais, as teorias de cunho lingüístico têm como ponto central de sua reflexão a noção de equivalência que acabamos de ilustrar, marcando o deslocamento, segundo Mary Snell-Hornby (1988), do “enfoque da teoria da tradução para além da dicotomia tradicional de ‘fiel’ ou ‘livre’” (p. 15). Foi a própria crença na impossibilidade da tradução devida às “teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes” (Mounin, 1975: 19), que motivou alguns lingüistas a refletirem sobre o assunto. Para muitos tradutores, a tradução deixou de ser, graças aos lingüistas, uma prática desempenhada de maneira instintiva. “Alguns consideram até mesmo que a grande contribuição da lingüística à tradução é no sentido de sistematizar a equivalência” (Rodrigues, 1998: 18). Georges Mounin foi um dos primeiros a publicar um estudo lingüístico da tradução. Em seguida, vieram os trabalhos de Nida e Catford, entre outros.

A outra vertente que interessa a esta pesquisa é a dos estudos pós-estruturalistas da tradução, em especial os pós-colonialistas, cuja preocupação básica reside nas relações de poder subjacentes ao ato tradutório, mais especificamente nas relações assimétricas entre as línguas e as culturas do “original” e da tradução. Os teóricos que seguem essa vertente dos estudos da tradução lembram que “a negação da diferença implícita em todo projeto com pretensões universalistas tem sido uma estratégia eficiente daqueles que detêm o

poder, para justificar e legitimar não só suas preferências e visão de mundo, como também a violenta exclusão do outro” (Arrojo, 1997: 14). Esses teóricos, portanto, procuram encontrar pontos de contato entre os projetos de colonização e os das teorias de tradução que denunciem em ambos a violência e o desrespeito implícitos na pretensa superioridade da língua, da cultura e do povo que detém o poder e, conseqüentemente, no tratamento negligente com relação à cultura do outro. Entretanto, segundo Arrojo,

a questão da assimetria na tradução não se limita apenas à maneira com que o colonizador trata a cultura ou a linguagem do colonizado. Nem se limita às traduções das línguas mais “fracas” para as línguas mais “fortes”. As implicações da violência colonizadora da tradução têm um alcance especialmente extenso, uma vez que envolvem não apenas a imagem que o colonizado faz de si mesmo, mas também a imagem do colonizador que o colonizado será “autorizado” a cultivar (1997: 15).

Assim, a análise dos trabalhos apresentados na segunda parte deste capítulo terá como objetivo mostrar que o tradutor realiza, como não poderia deixar de ser, uma prática interventiva, subjetiva e circunstancial. Traduzindo ou não os termos emprestados, o tradutor estará produzindo significados e não meramente reproduzindo o significante estrangeiro na língua da tradução. Procuro, também, salientar a forma hierarquizada com que a diferença é tratada quando há contato entre línguas e culturas distintas.

## 2.2 A vertente lingüística da tradução

Foi somente na década de 50 que a tradução passou à “condição de objeto distinto, ou de domínio distinto, de estudo científico” (Mounin, 1975: 23). Por cerca de dois milênios, os tradutores só puderam contar com testemunhos, “inventários de experiências e receitas artesanais”, nada além do que “um empirismo da tradução” (Id., *ibid.*, p. 23). *Os Problemas Teóricos da Tradução*, de Georges Mounin (1963/1975), surge no cenário dos estudos da tradução como um trabalho pioneiro: “pela primeira vez entre nós um lingüista dá aos tradutores a honra de levar a sério sua atividade” (Id., *ibid.*, p.8). Para o autor, a tradução é um “contato de línguas”, um “fato de bilingüismo” e o tradutor seria o lugar desse contato. Segundo Mounin, a influência da língua do tradutor

sobre a língua para a qual traduz pode ser identificada graças a interferências particulares que, neste caso preciso, constituem erros ou falhas de tradução, ou então por alguns comportamentos lingüísticos bastante acentuados entre os tradutores: *o gosto pelos neologismos estrangeiros, a tendência a empréstimos, a decalques, a citações não traduzidas, em língua estrangeira, a preservação no texto traduzido de palavras e fraseados não traduzidos* (Id., *ibid.*, p. 16, grifo meu).

Em seu livro o autor não trata especificamente do acontecimento do empréstimo lingüístico. Este surge em meio a discussões sobre a linguagem e a tradução. Quando trata dos universais lingüísticos – traços comuns a todas as línguas –, os empréstimos surgem como evidência da “convergência das línguas modernas dos países ditos civilizados” (Bally, apud Mounin, p. 200). Mounin encontra nos empréstimos uma das manifestações da “identidade do espírito humano, da universalidade das formas de conhecimento e de pensamento” (p.246) e, portanto, uma evidência da possibilidade da

tradução dada a convergência das línguas e das culturas. O uso dos empréstimos asseguraria um espírito comum e a existência de universais lingüísticos que, por sua vez, assegurariam a comunicação e finalmente a traduzibilidade. Entretanto, em outras correntes teóricas da tradução, em especial as contemporâneas, parece ocorrer o oposto. Alguns teóricos defendem que é a instabilidade da linguagem que assegura a traduzibilidade.

Antoine Berman (1984/1992) refere-se aos empréstimos quando procura esclarecer a posição da lingüística em relação aos estudos da tradução. O autor cita Mounin e as dificuldades apontadas no trabalho deste no que diz respeito aos aspectos morfológicos, sintáticos e léxicos da linguagem que levam à impossibilidade da tradução.

Face a uma multiplicidade de termos sem equivalência em sua própria língua, o tradutor terá a sua frente diferentes escolhas: galicismos [...], empréstimos [...], ou semigalicismos [...]. A intraduzibilidade alegada dissolve-se em uma traduzibilidade total pelo simples recurso aos procedimentos que, naturalmente, existem entre as línguas, mas adaptados nesse caso às demandas da tradução de um *texto*: empréstimos e neologismos para o domínio lexical. É a própria estrutura do texto que irá ditar o que deve ser “traduzido” ou “não-traduzido” (no sentido comum), *a não tradução de um termo é considerada como um procedimento de tradução iminente* (Berman, 1992: 189).

Por conseguinte, os empréstimos surgem como procedimentos técnicos diante da tradução de determinados conceitos que não existem na língua da tradução. Em alguns casos, o empréstimo ocorre quando o tradutor não encontra equivalentes na língua de chegada (a alternativa que lhe resta, então, é a de manter o termo tal e qual aparece no texto de partida). Entretanto, nem sempre ocorrem porque são intraduzíveis: para alguns

tradutores da área da informática (vide nota 1), muitos termos são mantidos em sua forma estrangeira porque traduzi-los seria torná-los ininteligíveis para o usuário da área.

J. C. Catford (1965/1980) remete aos empréstimos quando fala sobre os “limites da possibilidade de tradução”. A impossibilidade cultural surge quando não há correspondentes conceituais, contextuais ou institucionais na cultura da LM (língua meta). O termo finlandês *sauna* é um dos exemplo citados por Catford para mostrar que a solução normalmente encontrada pelos tradutores nesses casos é a de transferir o termo da LF (língua fonte) para o texto da LM. O autor aponta também para a possibilidade de usar termos que já se “naturalizaram” ingleses como empréstimos e que, embora na LF tenham significados distintos daqueles que possuem na LM, podem funcionar como uma alternativa para introduzir “cor local” no texto da LM. Cita como exemplo o termo japonês *yukata*, que se refere a uma peça de vestuário e que muitas vezes é traduzido por *kimono*, um outro termo japonês cujo empréstimo já está configurado na língua inglesa. O empréstimo é definido como transferência e resulta em tradução parcial. Vale notar que para Catford, “esse processo de transferir itens lexicais da LF para um texto da LM é mais complexo do que parece à primeira vista, e só aproximadamente é verdade que permanecem “não traduzidos” (p. 23, grifo meu). Essa afirmação é confirmada pelo que acontece em alguns trabalhos de tradução na área da informática. A permanência de termos ingleses nesses textos não significa necessariamente que não houve tradução, pois os termos estrangeiros não exercem um efeito de estranhamento para o usuário da área. Pelo contrário, como já foi dito anteriormente, muitas vezes a tradução propriamente dita é que acaba provocando o efeito de estranheza comumente atribuído à palavra estrangeira. No caso do termo finlandês *sauna*, encontramos um exemplo da dificuldade já apontada por Haugen com relação à identificação de um empréstimo. Sauna é um

desses termos que um jovem falante tanto de português quanto de inglês dificilmente identificaria como estrangeiro, ou seja, é um fato da língua que torna a distinção língua materna e língua estrangeira menos clara e menos rígida. E quando a barra que normalmente separa esse par dicotômico é removida, a opção por este ou por aquele procedimento passa a ser norteadada pela força do uso e não por instituições formais da língua.

Os empréstimos são considerados por teóricos como Catford e Geir Campos (1986) como procedimentos técnicos dos tradutores diante de palavras que não encontram equivalência lingüística ou cultural. Segundo Campos, o empréstimo lingüístico seria “o único empréstimo [...] que enriquece a língua que o recebe sem tornar mais pobre a língua que o cede” (p.35). Enquanto o empréstimo não está naturalizado (no nosso caso, aportuguesado) é considerado um estrangeirismo. Há ainda os casos em que o empréstimo vem via tradução literal, ou decalque, como é comumente denominado.

Na área da informática, os vários conceitos e seus respectivos termos introduzidos a todo momento representam um impasse para o tradutor. Segundo profissionais dessa área (vide nota 1), embora a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e empresas, como é o caso da Telebrás – que recorrem com freqüência à tradução de textos técnicos –, mantenham um certo controle sobre o uso da terminologia na área, por meio de glossários e bancos terminológicos, nem sempre as soluções catalogadas por essas instituições são as que estão em uso pelos técnicos e usuários em geral. Quem vai decidir, em última análise, entre as soluções terminológicas sugeridas por essas instituições e a manutenção de estrangeirismos ou empréstimos dos termos em questão é o usuário desses termos. Assim, quando o texto é de uso exclusivo da Telebrás, o tradutor costuma realizar seu trabalho com base nos glossários autorizados pela empresa. Quando o usuário

extrapola essa comunidade, a opção pelo estrangeirismo é a mais comum. Um dos motivos para manter o termo estrangeiro, apresentado por um dos tradutores entrevistados (vide nota 1), é que o inglês técnico é carregado de metáforas. O fato já apontado por teóricos da tradução de que “as expressões metafóricas usadas em terminologia também encobrem ciladas: onde o inglês fala em cotovelo, o russo fala em joelho” (Paulo Rónai, 1987, p. 77) tem representado uma das dificuldades mais freqüentes nos textos de informática. O termo *handshaking*, literalmente “aperto de mãos”, remete a uma situação em que o contato entre as partes interessadas foi efetivado; na informática é usado para indicar a “troca de sinais que autoriza a comunicação entre dois dispositivos” (cf. *Dicionário Folha/Webster's*, p.637). Nas traduções para o português, mantém-se o termo em inglês. Outro exemplo é o do circuito “watchdog”, próprio para alertar o usuário de qualquer problema, também mantido em inglês. São vários os exemplos nessa área que provocam a opção pelo termo estrangeiro, nem sempre devido à introdução de um novo conceito, mas devido às expressões metafóricas tão comuns na terminologia técnica. Entre as opções de explicar a metáfora da língua de partida ou criar outra metáfora na língua de chegada, usuários e tradutores optam pelo empréstimo, uma solução imediatista e conseqüentemente mais econômica.

Para Vinay & Darbelnet (1958/1995), o empréstimo, o decalque e a tradução literal são os três tipos de tradução direta considerados os mais simples entre os procedimentos apresentados. São normalmente usados “para superar uma lacuna, normalmente metalingüística (por exemplo, um novo processo tecnológico, um conceito desconhecido)” (p. 31); ou ainda para criar um efeito estilístico e conferir ao texto de chegada um sabor próprio da cultura de partida. Os autores lembram também que determinados empréstimos, por serem amplamente usados, deixam de ser vistos como

tais e passam a fazer parte do léxico da língua de chegada. Já o decalque seria um tipo especial de empréstimo que consiste na tradução literal da expressão emprestada. Pode ser decalque de expressão ou de estrutura, ou seja, ora introduz uma expressão nova na língua de chegada, ora uma nova construção sintática.

Ao falar dos princípios e dos procedimentos envolvidos na tradução da Bíblia, Eugene Nida (1975) recomenda o uso de empréstimos quando não há na língua do receptor nem o termo nem o referente da língua do emissor. “Em tais circunstâncias, o *tradutor é obrigado a emprestar palavras estrangeiras* (com ou sem termos classificadores) ou empregar expressões descritivas” (p. 45, grifo meu). Entretanto, em sua definição de tradução, o ideal é encontrar o equivalente mais próximo e natural, privilegiando primeiramente o significado e, em segundo, o estilo. Embora reconheça a impossibilidade de correspondências absolutas, explica que “por ‘natural’ quer dizer que as formas equivalentes não deveriam ser ‘estrangeiras’, nem na forma (exceto, é claro, em casos como os de nomes próprios em que são inevitáveis), nem no significado” (Id., *ibid.*, p. 33). Para Nida, um bom texto traduzido é aquele que não deixa transparecer que partiu de uma fonte estrangeira. Finalmente, quando apresenta um esboço histórico do envolvimento da lingüística com as missões cristãs, os empréstimos aparecem como uma das idéias por meio das quais a lingüística estrutural contribuiu para o trabalho missionário cristão do século 20, com “o estudo da dinâmica de interação entre as línguas, com os conceitos de empréstimos, línguas de prestígio etc. Conceitos esses desenvolvidos especialmente por Haugen e Weinreich” (Id., *ibid.*, p. 222).

Os empréstimos, juntamente com o decalque e a tradução literal, são procedimentos que fazem parte do que Peter Newmark (1988) denomina tradução semântica, em que a ênfase está na língua de partida ou no autor. Segundo Newmark, “o

teórico da tradução está envolvido com todo tipo de procedimento” (p. 30), entre os quais a transcrição, que engloba os empréstimos, a transferência e a adoção (os empréstimos, diferentemente das palavras adotadas que ficam permanentemente na língua de chegada, são considerados passageiros). A transcrição é recomendável no caso de nomes próprios, de lugares, de instituições públicas e privadas; termos peculiares da cultura geral da língua de partida que não encontram equivalentes na cultura da língua de chegada; títulos de jornais, periódicos, peças, livros, filmes, artigos, músicas etc. O autor sugere, ainda, que o tradutor adicione uma tradução ou glosa, caso julgue de alguma ajuda para o leitor (cf. Newmark, 1988: 154).

Em sua nova proposta de modalidades tradutórias, sustentada no modelo de Vinay e Darbelnet, Francis Aubert (1984) mantém o empréstimo, o decalque e a tradução como procedimentos próprios da tradução direta. Entretanto, diferentemente da visão de Vinay e Darbelnet, em que “o empréstimo seria uma mera transcrição de um segmento do original, ‘a negação da tradução’” (apud Aubert, 1984: 74), no modelo proposto por Aubert, o empréstimo, além de enriquecer o léxico da língua de chegada – “veja-se, por exemplo, a utilização em grande escala em textos de informática em língua portuguesa de termos não traduzidos como “software”, “feedback”, “bug”, etc.” (Id., *ibid.*, p. 74) –, é também uma forma de tradução.

De fato, é preciso distinguir o caso de introdução na LC [ língua de chegada] de um termo novo da pura *transcrição* de segmentos, tais como nomes próprios, algarismos, fórmulas, cópias de referências bibliográficas, etc., muitos dos quais não constituem sequer unidades lingüísticas privativas da LP [língua de partida] e sim universais (símbolos matemáticos e similares). O termo novo na LC constitui, já, *um processo efetivo de tradução*, freqüentemente acompanhado de alterações grafêmicas, transliteração, grifos,

aspas, notas ou expansões explicativas, e se não apresentam uma alteração sensível do original, apresentam-se sempre como *um desvio* em relação à LC (Id., *ibid.*, p.76, grifos meus).

As lacunas provenientes da instabilidade das línguas e que muitas vezes culminam na criação neológica, muito freqüente nas linguagens de especialidade, deixam poucas opções para o tradutor, entre elas as paráfrases complexas, a “criação por assim dizer ‘nativa’, isto é, empregando elementos presentes no próprio código, como também a inserção de elemento de origem externa a esse código (empréstimos, decalques e traduções literais)” (Aubert, 1996a: 13). Entretanto, como lembra o autor, não termina aí o dilema do tradutor. Na busca pela padronização terminológica, ele depara-se com diferentes comunidades de usuários, sejam elas de especialistas ou de leigos, cada qual com sua necessidade. “Assim, o que é facilmente aceitável para o engenheiro pode afigurar-se como rebarbativo para o operário e totalmente inadequado para os propósitos do publicitário” (Id., *ibid.*, p.14). Fato também lembrado por um dos tradutores aqui entrevistados (vide nota 1), que relatou que, quando a tradução é para uso restrito do cliente (no caso a Telebrás), ele é obrigado a usar a terminologia padronizada por essa empresa; quando é para uso geral de engenheiros ou operários de outras empresas, ele prefere a criação neológica por empréstimo ou decalque já consagrada por esses usuários. Vale lembrar que a normalização manifesta-se em diferentes níveis, entre eles o da empresa, caso da Telebrás, um dos exemplos de “uma empresa ou grupo de empresas que têm a preocupação de elaborar normas através de acordo entre seus diversos departamentos” (Cunha, 1996: 50). Entretanto, alerta Aubert, essas empresas de grande porte “tendem, não raro, a desenvolver um subjargão interno, um dialeto terminológico próprio” (1996b: 41). Por outro lado, as normas técnicas

expedidas “pela ABNT e congêneres não são necessariamente representativas do uso efetivo” (Id., *ibid.*, p.41). Aubert ressalta, mesmo assim, a necessidade da padronização, “pois a homonímia e a parassinonímia podem fugir do controle social e frustrar a inter-inteligibilidade dos usuários, tanto em situação monolíngue quanto, com maior razão, em situação bilíngue (tradução técnica e contextos similares)” (1996a: 14). Ainda que tal padronização necessite de permanente renovação e adequação devido às instabilidades, às mutações e às transformações políticas e socioeconômicas e ao constante desenvolvimento científico e tecnológico.

Aubert também aponta para a assimetria comum das relações científicas e tecnológicas entre os países de língua inglesa e portuguesa e suas traduções:

Esse fato manifesta-se, por exemplo, na utilização relativamente comum de *empréstimos* (isto é, de termos mantidos em sua forma lingüística original) na tradução técnica do inglês para o português, como substitutivo aceitável, para o usuário final do texto traduzido, do equivalente vernáculo, desconhecido do tradutor ou, mesmo, efetivamente inexistente, enquanto que a aplicação do mesmo recurso no sentido inverso (português → inglês) apresenta uma incidência menor e, quando utilizado, será portador de uma outra intenção comunicativa (indicação de peculiaridade cultural, ‘exotismo’ e similares) (1996b: 17, grifo do autor).

Entretanto, lembra o autor, não podemos esquecer que o inglês ocupa hoje o lugar que o latim ocupou outrora, ou seja, é uma espécie de *sabir*<sup>10</sup> das relações internacionais da atualidade. Essa preocupação de Aubert com a dissimetria com que os empréstimos ocorrem entre as línguas dos países dominantes e as dos dominados, passa a ser o ponto

---

<sup>10</sup> A Língua Franca ou *sabir* teria surgido no tempo das Cruzadas, tendo sido, portanto, a língua de contato entre muçulmanos e cristãos. Segundo Tarallo & Alkimin, “em sua versão mais moderna, a Língua Franca,

central do trabalho de alguns teóricos da tradução que serão analisados na segunda parte deste capítulo, entre os quais está Lawrence Venuti (1995).

Fica difícil negar o papel agressor das culturas dominantes nos contatos entre línguas, mas a cultura do outro, do dominado, não deixa de colocar sua marca, sua transformação nesses contatos. No caso dos empréstimos presentes no português brasileiro, em especial na área da informática, o usuário brasileiro não se intimida com tantos termos estrangeiros e os usa como uma forma de comunicação econômica e rápida. Em geral não é tomado por sentimentos de preservação da pureza de sua língua materna, usa a mescla que vem configurando-se nessa área no português brasileiro sem qualquer preocupação ou sentimento de ameaça. Simplesmente recorre a essa situação lingüística para acompanhar mais de perto as mudanças na área. Assim como “não há nenhum mistério especial quanto às formas em que os *pidgins* surgem – eles são simplesmente as reações normais e facilmente previsíveis a conjuntos de circunstâncias especiais” (Nida, 1975:138), não vejo no uso dos empréstimos em si, na área da informática, nenhuma ameaça à produção nacional como alguns autores que tratarei a seguir parecem pensar. A ameaça está, sim, na falta de conscientização das relações assimétricas de poder subjacentes a esse uso. Portanto, eliminar os termos estrangeiros seria apagar o remanescente dessas mesmas forças de poder. No nosso contexto, o processo é inverso. Mesmo assim, é possível transformar o empréstimo no remanescente proposto por alguns teóricos pós-estruturalistas. Nida, ao falar da inviabilidade do monolingüismo em várias partes do mundo, recomenda que “a utilização otimizada das línguas existentes é bem mais importante do que qualquer supressão forçada de qualquer um desses meios de comunicação” (1975: 171). Do

---

esse *pidgin* medieval, ficou conhecida [...] como *sabir moderno*” e atualmente diz respeito “a um fenômeno mais amplo; a mescla de contato para intercomunicação em situações bilíngües e plurilíngües” (1987: 90).

mesmo modo, a otimização do uso dos empréstimos nas traduções técnicas ou no uso das linguagens de especialidade retira destes o estigma do desvio lingüístico, da ameaça cultural. Mesmo porque “o monolingüismo numa sociedade não garante de modo algum a uniformidade política ou o acordo social” (Id., *ibid.*, p.171).

### **2.3 Os estudos da tradução sob uma perspectiva pós-estruturalista**

Para os autores que analiso a seguir, a tradução deixa de ser vista como transferência e substituição de significados e passa a ser reconhecida como uma atividade eminentemente produtora de sentidos. O tradutor deixa de ser invisível e passa a assumir com responsabilidade a inevitável transformação subjacente a todo processo tradutório devido à interferência das circunstâncias. Entre elas, destacam-se as relações assimétricas de poder entre as línguas da tradução, principalmente quando as línguas envolvidas estão tradicionalmente colocadas em pólos distintos, sendo um dominante e o outro dominado. Lawrence Venuti (1995), por exemplo, argumenta que a hegemonia da língua inglesa pode ser vista como uma nova expressão de colonialismo. Para o autor, “todo uso da língua é, portanto, um lugar de relações de poder, visto que a linguagem, em qualquer momento histórico, é uma conjuntura específica de uma variedade de maior prestígio dominando as variáveis de menor prestígio” (p. 1).

Essa inevitável relação de poder subjacente à linguagem aponta para as relações assimétricas entre as línguas de qualquer ato tradutório. Segundo Venuti, a tradução não pode ser entendida como um ato comunicativo realizado entre iguais, pois todo projeto de tradução é norteado por interesses e por uma postura etnocêntrica ou, para ser mais específico, anglocêntrica. Normalmente, nos projetos tradutórios em que a língua da

tradução é o inglês, ocorre uma domesticação da língua e da cultura do original; há uma cooperação com a cultura doméstica em detrimento da cultura estrangeira. A tradução resulta em um texto homogêneo, domesticado, projetado para manter a imagem hierarquizada que o público leitor euroamericano tem da cultura dos países considerados subalternos. O ideal para Venuti é desenvolver um trabalho de “pesquisa e treinamento que produza leitores de traduções e tradutores que tenham consciência crítica, e não predispostos a normas que excluam a heterogeneidade da linguagem” (p.25). Em outras palavras, produzir um texto inteligível sem necessariamente apagar o que é estrangeiro para a cultura alvo.

Para Venuti (1996), a influência da língua inglesa nos países do terceiro mundo é um exemplo dessa nova expressão de colonialismo, ou seja, desse neocolonialismo, comumente denominado pós-colonialismo. O autor discute as relações assimétricas subjacentes à tradução em relação à economia global, assim como as formas de inovação e resistência assumidas pela tradução em contextos de dependência. Apresenta um levantamento estatístico das publicações traduzidas nos Estados Unidos e nos países do Terceiro Mundo, entre eles o Brasil, em que 60% das novas publicações são traduções, sendo que 75% destas têm a língua inglesa como língua fonte. Venuti interpreta esses dados como fatores que desestimulam a produção literária doméstica e limitam o desenvolvimento da língua nacional. O domínio dos editores americanos no mercado editorial interno abre espaço para que outras indústrias encontrem consumidores em terras brasileiras. Cita como exemplo uma propaganda de página inteira que a empresa americana Parker Pen publicou nas principais revistas do mundo (no Brasil, o anúncio saiu na revista *Veja*, 26/7/95, p.6). O que chamou a atenção do autor foi que a propaganda “ao mesmo tempo que explora, também reforça o multilingüismo do

português brasileiro” (1996:12). Refere-se, ainda, à hegemonia da língua inglesa na economia cultural brasileira, ao observar as traduções de manuais de instrução de computadores americanos, que também são multilíngues.

A maior parte do texto foi traduzida para o português. No entanto, certos comandos básicos como ‘delete’ provavelmente foram mantidos em inglês porque aparecem em inglês no teclado do computador. O vernáculo, conseqüentemente, está repleto de neologismos, versões aportuguesadas do jargão de informática inglês – até mesmo quando o brasileiro que usa o computador não leu o manual. Secretárias e auxiliares de escritório que recebem instruções de como operar os computadores de colegas e não de manuais, produzem suas próprias traduções quando usam expressões do tipo ‘dar um del’ (literalmente, ‘to give a del’) para descrever o uso da tecla ‘Delete’, ou quando recorrem a decalques como ‘deletar’, ‘printar’, ‘debugar’ (Id., *ibid.*, pp. 12-13).

Para o autor, os termos ingleses implantados nas traduções brasileiras não representam nenhuma hierarquia entre os consumidores, ou seja, não é um comportamento exclusivo de uma elite que fala inglês, até porque as formas aportuguesadas são extremamente populares. Contudo, há manifestação de uma relação hierárquica entre o Brasil e os Estados Unidos, na qual fica sugerida a dependência do português brasileiro das culturas de língua inglesa.

A relação entre colonizador e colonizado é a tônica dos trabalhos desenvolvidos pelos teóricos da tradução influenciados pelos estudos pós-colonialistas. Os estudos literários divergem no que diz respeito à dimensão do termo pós-colonialismo. Segundo alguns teóricos, o ‘pós-colonialismo refere-se somente ao período após as colônias terem se tornado independentes’ (Ashcroft, Griffiths and Tiffin, 1995: xv, apud, D’haen, 1997:

12). Para outros, representaria o período desde “o momento da colonização até os dias de hoje, uma vez que o colonialismo não acaba com o simples fato da independência política e continua numa espécie de neocolonialismo em vigor em muitas sociedades” (id. *ibid.*). Além do mais fica difícil delimitar em ex-colônias como a Austrália, por exemplo, a condição pós-colonial e a neocolonial. Sob a perspectiva da influência exercida pelas relações exteriores com as potências mundiais, sejam elas econômicas ou culturais, são vistas como pós-colônias. Já do ponto de vista de suas relações internas, no caso da Austrália com relação aos aborígenes, podem ser vistas como neocolônias quando pensamos em “suas políticas e suas atitudes para com seus respectivos povos nativos, ou em suas tentativas de disfarçar regras próprias do homem branco com uma demonstração de tolerância para com as diferenças étnicas” (Huggan, 1997: 22).

Contudo, os estudos pós-colonialistas não compreendem somente a literatura produzida após o período de colonização, mas principalmente a que “examina minuciosa e criticamente a relação colonial... são escritos que, de um modo ou de outro, surgem para resistir às perspectivas colonialistas” (Boehmer, *apud* D’haen, 1997: 13). Além disso, procuram desestabilizar o discurso anticolonial fundamentado em distinções claras e objetivas. Não dá para separar o mundo tranqüilamente em países colonizadores e países colonizados. O neocolonialismo implícito em toda situação pós-colonialista é um exemplo da fragilidade de qualquer tentativa de bipolarização. O próprio anglocentrismo de grande parte da crítica literária torna-se um agravante da condição pós-colonialista, visto que contribui para que a cultura euroamericana mantenha-se como o centro e as demais continuem marginalizadas. “A ‘teoria’ também tem sua própria agenda potencialmente imperialista; ela também pode dominar, mesmo que professe abrir o debate crítico” (Huggan, 1997: 24) Embora bastante polêmicos, os estudos pós-

colonialistas representam um espaço acadêmico e editorial de resistência ao imperialismo cultural nesses tempos de globalização; favorecem línguas, culturas e literaturas além do eixo euroamericano, viabilizando, assim, outras alternativas para o cânone ocidental. Para Homi Bhabha, “a crítica pós-colonialista presta testemunho às forças, desiguais e assimétricas, da representação cultural envolvida na disputa pela autoridade, política e social, na ordem do mundo moderno (1992: 437, *apud* Jussawalla, 1997: 32).

A tradução entra nesse contexto como mais um espaço para a língua e a literatura das culturas menos privilegiadas. Sendo a linguagem uma forma de autoridade cultural, os falantes das línguas dominantes estão, conseqüentemente, em posição de vantagem. “Para aqueles que se sentem marginalizados pelos códigos autoritários da cultura ocidental, a tradução permanece como ‘uma metáfora para suas experiências ambíguas na cultura dominante’” (Castelli 1990; 25, *apud* Simon, 1996: 135). Assim, a tradução é uma prática que desestabiliza as identidades culturais e que torna visíveis as pressões políticas que ativam os pontos de contato entre as culturas.

As teorias de tradução de cunho pós-colonialista vêem a tradução como uma prática cultural que cria oportunidades para que outras identidades culturais e outros sujeitos encontrem espaço para se manifestarem, sem terem de, necessariamente, passar por um processo de domesticação. Em outras palavras, o que Lawrence Venuti chama de práticas tradutórias mais “resistentes” e menos “fluentes”. De acordo com Sherry Simon, é possível observar nos projetos tradutórios de Gayatri Spivak (1988), por exemplo, o peso político da linguagem, em especial da hegemonia da língua inglesa. “Os termos ingleses que aparecem no original bengali são mantidos em itálico na versão inglesa, para chamar atenção para o legado do inglês colonial no vernáculo bengali” (Simon, 1996: 148). Essa prática tradutória de Spivak faz parte do seu projeto pedagógico pós-

colonialista: “situar o projeto de tradução crítica dentro dos parâmetros de uma relação sempre desenvolvida ente pólos culturais” (Simon, 1996: 151).

A tradução deixa de desempenhar o papel tradicional de meio de comunicação e passa a ter um papel criativo no processo de transmissão cultural. Já não é mais possível falar de uma nação, cultura, língua ou sujeito de forma estável. Tais termos estão envoltos pela lógica da diferença em que o único processo viável é o da negociação do significado. “As grandes migrações do pós-colonialismo produziram uma nova situação sociodemográfica: todas as nações ocidentais da atualidade têm populações cada vez mais misturadas” (Simon, 1996: 152). Como consequência desses contatos étnicos dentro de uma mesma nação, muitas culturas falam uma língua atravessada por outros códigos. Segundo Simon, essa condição lingüística já aparecia na estética da modernidade, em especial em autores como Joyce e Beckett.

Os textos modernistas usam o plurilingüismo para desestabilizar fronteiras nacionais, para desafiar as ideologias de pureza e raízes, para questionar a segurança de identidades comuns. A justaposição de línguas e discursos sugere a natureza incompleta das trocas culturais, a falta de reciprocidade total entre sistemas de significado” (p.158).

Embora o papel transformador e politizado conferido à tradução pelos teóricos pós-colonialistas tome como exemplo os enxertos das línguas subalternas sobre as línguas dominantes, encontro nessa discussão espaço para falar do acontecimento da linguagem na área da informática do português brasileiro, ainda que aqui os termos que marquem a diferença venham da variante dominante. Se o efeito de manter os termos estrangeiros é o de influir e marcar a existência de outras culturas, no caso da linguagem de especialidade da informática, a marca continua sendo da cultura dominante. Há, portanto, uma inversão

nos efeitos da política tradutória defendida por Gayatri Spivak; permitir a entrada indiscriminada de termos ingleses no idioma português seria por essa lógica manter a influência das culturas dominantes sobre a dos subalternos. Assim, segundo a proposta pós-colonialista, a incidência de termos ingleses no português do Brasil seria entendida como algo que pudesse interferir de forma negativa na língua e na cultura nacional, pois estaria corroborando a hegemonia da língua inglesa. Tal visão é compartilhada por Lawrence Venuti (1996), que vê esses enxertos como uma forma do domínio da cultura angloamericana sobre a cultura brasileira.

Contudo, esses acontecimentos da linguagem em que uma língua estrangeira é enxertada no discurso materno têm transformado a visão tradicional da tradução. Nesses contextos multilíngues, a prática tradutória tem se mostrado potencialmente criativa e transformadora, “longe do ideal de tradução humanista que serve à criação de ‘uma cultura ocidental comum’, apoiada por um sujeito universal” (Simon, 1996: 164). Já não é mais possível conceber a tradução como uma ponte entre fronteiras nitidamente demarcáveis, uma vez que os mundos que a tradução procura ligar já estão contaminados pela pluralidade. “Em vez de confirmar as fronteiras que separam as nações, culturas, línguas ou os sujeitos, a tradução mostra como elas são instáveis” (Id., *ibid.*, p. 165). Sob essa perspectiva, o acontecimento dos empréstimos nas linguagens de especialidade corrobora a visão da tradução como uma atividade que evidencia a dificuldade de manter uma relação estável entre pólos culturais diferentes e antagônicos. Os diferentes universos dentro de uma mesma nação, língua e cultura já estão saturados de uma multiplicidade de discursos, registros, variáveis lingüísticas e, neste mundo pós-colonial, cada vez mais envolvidos por uma pluralidade de línguas.

O ideal tradicional da tradução como fonte de união, por meio de um sistema de transmissão de significado coerente e linear, já não é mais viável atualmente. “Os modelos de universalidade refletem com muito mais frequência a imagem da dominação” (Id., *ibid.*, p 166). O ideal de universalidade acabou camuflando o processo de exclusão da cultura do outro ao silenciar ou hierarquizar as diferenças. Devido ao fato de “as culturas nacionais contemporâneas serem cada vez mais plurais e habitadas por diversas línguas, não é surpresa que códigos misturados – e outras formas de tradução incompleta – tenham se tornado proeminentes na literatura contemporânea” (Id., *ibid.*, p.161). Nesta associação entre a condição pós-colonial dos estudos literários e dos estudos da tradução, seria possível encontrar alguns pontos de convergência com o que se passa na tradução dos termos emprestados no campo da informática. Tanto nas traduções quanto nos textos produzidos em português, há uma mistura de códigos e traduções incompletas. Entretanto, a não tradução dos termos ingleses no caso de uma linguagem de especialidade como a da informática pode simplesmente corroborar a forte tendência das teorias tradicionais e do senso comum de que o significado estaria depositado no texto, já que muitos tradutores (vide nota 1) preferem manter os termos no original de forma a tornar o texto inteligível. Com certeza, não há no projeto desses tradutores nada que se assemelhe ao projeto político de tradutores como Gayatri Spivak. Primeiro, porque a língua portuguesa está sendo contaminada por termos de uma língua dominante e não de línguas e culturas consideradas subalternas, como acontece nos textos de Salman Rushdie, por exemplo. Segundo, porque não há da parte dos tradutores nenhuma preocupação política ou social explícita quando optam por manter os termos em inglês. Além do mais, se tal preocupação existisse, teria de haver uma atitude exatamente inversa, ou seja, evitar que a língua do outro, nesses caso um outro dominante, tivesse

influência sobre sua cultura. Portanto, as associações possíveis com as teorias de tradução pós-colonialistas e o acontecimento dos empréstimos no português brasileiro só podem ser feitas do ponto de vista de que essa condição pós-colonial da multiplicidade de línguas é um movimento da linguagem que ocorre tanto do lado do colonizador quanto do lado do colonizado. Essa afirmação confirma a impossibilidade de refletir sobre a linguagem dentro de uma visão polarizada, com base em conceitos de nação, cultura, língua e sujeito estabelecidos clara e objetivamente. Tais conceitos não podem mais ser concebidos “em uma lógica da ‘diversidade’ ou da ‘pluralidade’ (a cultura como objeto de um saber empírico, como uma totalidade fechada, um pacote que engloba e explica comportamentos e idéias) mas em uma lógica da ‘diferença’, como um processo de negociação” (Simon, 1996: 152).

No caso dos empréstimos na linguagem de especialidade da informática no Brasil, um acontecimento da linguagem tão abundante quanto inevitável, é favorável evitar posturas que recaiam em um dos pólos da lógica da “diversidade”. Considerar os empréstimos como vícios de linguagem tal qual os gramáticos fazem, ou uma ameaça para a cultura e a língua nacionais, mantém a reflexão atrelada a um centro estável e imutável, em que as línguas e as culturas podem permanecer soberanas, puras, intocáveis e delimitadas por fronteiras rígidas e claramente detectáveis. Por outro lado, se deslocarmos a reflexão para dentro da lógica da *différance* derrideana, em que o jogo entre os pólos é inevitável, partiremos para uma nova condição, em que não há um centro, um ponto fixo, estável e perene, que sirva de porto seguro para descansar enquanto nos movimentamos de um lado para o outro, uma condição que só se mantém pelo jogo da diferença. “É tratando distintamente *cada língua*, enxertando *as línguas umas nas outras*, jogando *com a multiplicidade das línguas [...] que se pode lutar [...]*

*contra o princípio colonizador [...]”* (Bennington & Derrida, 1996: 244, grifos do autor). E não tratando esses enxertos ou empréstimos como um mal que deve ser evitado para que a língua e a cultura materna se mantenham puras. O contato entre as nações está cada vez mais informatizado e, por conseguinte, cada vez mais rápido e constante. Contudo é preciso estar consciente das relações de poder subjacentes em todo acontecimento da linguagem, em especial em se tratando de tradução. “Em lugar de procurar obter uma transparência domesticadora e um estrangeirismo disfarçado, é preferível que o tradutor deixe o leitor consciente das diferenças culturais e da pluralidade dos significados” (Koskinen 1994: 451, apud Wolf, 1995: 132). Perceber a linguagem e a tradução como expressões eminentemente produtoras de significados é uma maneira de se manter ciente dos acontecimentos da linguagem (como os empréstimos) de forma politizada e crítica. Evitar os empréstimos não eliminaria nem reduziria as relações de poder entre as línguas de uma tradução, ou entre as diferentes culturas e nações, apenas camuflaria a hegemonia anglo-americana. Mantê-los, por outro lado, seria uma forma de expor as relações assimétricas entre as línguas da tradução. Entretanto, admitir a assimetria dessa relação não significa aceitar uma condição subalterna ou dominante, mas sim manter tradutores e leitores conscientes e atentos de que, nas relações entre um “Terceiro” e um “Primeiro Mundo”, os sistemas de significados são marcados por relações de poder, que podem se manifestar de diferentes formas. Uma posição nacionalista pode ser uma armadilha, pois não significa, necessariamente, uma posição de resistência.

Segundo Tejaswini Niranjana (1992), “tanto o discurso nacionalista quanto o nativista tendem, portanto, a uma aceitação do paradigma da representação fornecido pela cultura colonizadora” (1992: 167). A autora aconselha o tradutor pós-colonial a ter

cautela contra o essencialismo das narrativas anticoloniais e tentar desconstruí-las para, então, procurar desvendar a cumplicidade destas com as narrativas do imperialismo.

Essa é uma tarefa crucial, especialmente em uma época em que os mitos do nacionalismo – secularismo, tradição, soberania, cidadania – são evocados para ocultar a heterogeneidade em um país descolonizado como a Índia, por exemplo. O tradutor deve participar do que Fanon falou de ‘um debate rigoroso sobre a situação colonial’, e isso inclui o reexame do nacionalismo liberal, assim como da nostalgia por origens perdidas; nem um nem outro fornece modelos de práticas intervencionistas ou ‘elementos’ para a produção ideológica que desafiem interpretações hegemônicas da história (p.167).

Da mesma forma, no que diz respeito aos empréstimos, traduzi-los simplesmente ou procurar diferentes procedimentos técnicos que possam dar conta desses acontecimentos da linguagem em uma tradução (como a teoria tradicional de tradução aconselha), evitá-los e estigmatizá-los como vícios de linguagem (como a gramática sempre fez), ou ainda analisá-los sincronicamente (como faz a lingüística estrutural), pode levar à fórmula imperialista combatida pelos teóricos pós-colonialistas.

A reflexão de teóricos não essencialistas procura desvendar as inevitáveis intervenções de qualquer acontecimento da linguagem, seja em uma tradução ou em uma linguagem de especialidade. Não há inocência ou neutralidade no uso de termos ingleses na área da informática. Evitar seu uso, seja por meio da tradução ou por simples xenofobia, acaba camuflando a inevitável e assimétrica relação de poder subjacente a todo acontecimento da linguagem. Manter os termos estrangeiros, entretanto, não significa alimentar a hegemonia da língua e da cultura inglesa, mas sim tornar leitores e tradutores conscientes dessa condição, hoje representada pela língua e pela cultura anglo-

americana, no passado pela língua e pela cultura latina e, no futuro, pela língua da cultura que detiver o poder.

Embora os estudos da tradução de cunho pós-colonialista não tratem da questão dos empréstimos diretamente – eles surgem por meio do papel intervencionista do tradutor e são representados pela multiplicidade das línguas em uma tradução, caso dos textos de Salman Rushdie e das traduções de Gayatri Spivak, por exemplo –, é possível aprender com a reflexão desses autores. Em especial, que a representação da língua e da cultura dos países considerados do Terceiro Mundo é mais um produto forjado pelo colonialismo ou neocolonialismo. Tal representação, defendida como transparente e despojada de interesses, somada a uma concepção de tradução que pressupõe a invisibilidade do tradutor, pode tornar-se uma arma fatal contra a identidade cultural e lingüística das nações que estão fora do eixo euroamericano. Para Niranjana, o fato de a tradução ser “extremamente determinada pelos discursos religiosos, raciais, sexuais e econômicos [...] nos permite qualificar a tradução como uma influente tecnologia da dominação colonial” (1992: 21). A tradução no contexto pós-colonial deixa de ser, portanto, uma atividade transparente e invisível para mostrar as inevitáveis interferências do sujeito em qualquer produção literária, inclusive de textos técnicos e de suas traduções.

Segundo Gayatri Spivak (1988), muito do que se produz intelectualmente no Ocidente está de acordo com os interesses econômicos internacionais:

Uma compreensão das relações de poder contemporâneas e da atuação intelectual ocidental no interior delas requer um exame da interseção de uma teoria da representação e da política econômica do capitalismo global. Uma teoria da representação aponta, por um lado, para o domínio da ideologia, do

significado e da subjetividade, por outro lado, para o domínio da política, do estado e da lei (1988: 271).

Para a autora, embora a investigação ocidental sobre a reprodução ideológica das relações sociais, em especial das culturas consideradas subalternas, pretenda-se transparente, ela está inevitavelmente marcada pelos interesses, desejos e poder da hegemonia econômica das potências imperialistas atuais. Estando a produção intelectual ocidental comprometida com seus próprios interesses, sua representação do “outro” acaba sendo a sombra do seu “eu”. Spivak ressalta o desejo de transformar o “outro” segundo sua própria imagem no projeto britânico de educação durante o período de colonização da Índia. Também é possível notar no exemplo apresentado pela autora o poder subjacente a acontecimentos da linguagem como os empréstimos, por exemplo:

No momento, devemos fazer o melhor para formar uma classe que possa servir de intérpretes entre nós e os milhões que governamos; uma classe de pessoas, de indianos no sangue e na cor, mas ingleses no espírito, nas opiniões, na moral e no intelectual. Podemos deixar essa classe refinar os dialetos vernáculos do país. *Enriquecer esses dialetos com termos científicos emprestados da nomenclatura ocidental [...]* (Macaulay apud Spivak, 1988: 282, grifo meu).

Para Spivak, essa forma de apropriação ainda caracteriza as ciências humanas que tratam das questões do Terceiro Mundo nos Estados Unidos. Falar da experiência do “outro” como algo concreto, passível de ser representado objetivamente e com isenção, faz parte da agenda tanto do imperialismo territorial do século XIX quanto da hegemonia do liberalismo econômico do final do século XX. Em ambas as agendas há dissimulação ideológica em prol de uma política econômica imperialista. O perigo de se apropriar do

“outro” por assimilação, adverte Spivak, está no fato de que, uma vez assim representado, o subalterno fica impossibilitado de falar.

Michael Cronin (1995), por sua vez, critica os teóricos pós-colonialistas que generalizam seus estudos contra a hegemonia ocidental, reduzindo a Europa a dois países, França e Inglaterra, e esquecendo-se de que também há assimetria e desigualdade entre os povos, as culturas e as línguas dentro do próprio território europeu. Para o autor, todas as línguas são potencialmente menores, já que “o status de língua maior é determinado por forças políticas, econômicas e culturais que raramente são estáticas” (1995: 87). Assim, as línguas hoje dominantes podem se tornar as línguas menores de amanhã e, portanto, conhecer a experiência histórica de uma língua menor pode ser de grande utilidade para a teoria e a prática da tradução. Além do mais, a discrepância com que se traduz de uma língua maior para uma língua menor deve ser analisada a partir da perspectiva de ambas as línguas. Finalmente, os estudos da tradução não deveriam ser vistos “como um luxo esotérico alimentado pelos mandarins das línguas maiores, mas como um meio crucial para entender a posição dos falantes de línguas menores nas relações de linguagem e de poder” (Id., *ibid.*, pp. 88-89).

Segundo Cronin, a relação das línguas menores com a tradução é bastante paradoxal. São línguas que funcionam em um mundo multilíngue, em que a informação parte das línguas dominantes, e por isso têm de traduzir constantemente para se manterem vivas e relevantes.

Os tradutores de línguas menores encontram-se, portanto, em um *double bind* clássico. Se eles traduzem permitindo que toda a diversidade da língua dominante surja na tradução, estimulando em vez de eliminando os anglicismos de suas traduções irlandesas, então a língua para a qual eles traduzem torna-se cada vez menos reconhecível como uma entidade lingüística

distinta capaz de desenvolvimento futuro e torna-se, em vez disso, uma imitação pálida da língua fonte na língua do tradutor. Por outro lado, se eles resistem à interferência e optam por traduções comunicativas orientadas para a cultura alvo, que domesticam o texto estrangeiro, o perigo é o de uma paralisia complacente. A tradução deixa de funcionar como uma agente de regeneração na língua alvo (Id., *ibid.*, p. 90).

Essa situação de *double bind* (duplo vínculo) vivenciada pelo tradutor irlandês pode ser estendida ao tradutor de português que trabalha com textos na área da informática, uma área em que os anglicismos são também constantes. O tradutor que procurar respeitar a integridade da língua alvo estará sujeito “à acusação de ‘purismo’, de ‘expurgação étnica’ da linguagem, de compromisso com um essencialismo originário e atávico” (Id., *ibid.*, p. 90). Por outro lado, aquele que permite os anglicismos é acusado de ser infiel. Por isso, seja ressaltando os estrangeirismos e as diferenças, seja apagando as marcas consideradas alienígenas, o tradutor estará interferindo no texto que traduz e exercendo uma atividade que é produtora de significados e não mera reprodutora de significantes que carregariam consigo um significado original.

Outro aspecto levantado por Cronin com relação às línguas menores diz respeito a uma noção equivocada de que tais línguas não dariam conta da complexidade da tecnologia moderna. Segundo o autor, a linguagem da tecnologia informatizada está mudando nosso conceito de língua menor e gerando o que chama de *diferenciais da tradução*, que podem ser intralinguais e interlinguais. Um exemplo do primeiro caso seria o inglês usado na produção de softwares e CDs. As informações que “podem ser acessadas em CDs como o *Microsoft Bookshelf* são de orientação esmagadoramente norte-americana” (Id., *ibid.*, p.97). Além disso, a Internet e a WEB são dominadas por usuários americanos, o que aumenta ainda mais a forte tendência cultural norte-

americana. Já os *diferenciais de tradução interlingual* surgem quando da necessidade de localização de softwares, um campo de tradução que vem crescendo bastante e que tem gerado alguns problemas, visto que toda a tecnologia é gerada em inglês e há pouca consciência das diferenças lingüísticas. É o caso das línguas que fazem bastante uso de diacríticos como o irlandês. Usar a Internet e precisar acentuar as palavras torna-se penoso para quem escreve e para quem lê as mensagens enviadas pelo correio eletrônico, por exemplo. “Os avanços da informática, da multimídia, da máquina de tradução e da internet têm implicações para a tradução na medida em que criam seus próprios imperativos de tradução” (Id., *ibid.*, p. 97). De acordo com Cronin, tais diferenciais são exemplos do caráter provisório do status das línguas e de como os avanços tecnológicos podem transformar línguas maiores em menores diante da importação cada vez maior de produtos informatizados. O acontecimento dos empréstimos operado pela expansão tecnológica na área da informática confirma a hegemonia da língua e da cultura do país que domina essa tecnologia, no momento, o inglês norte-americano.

O *double bind* (duplo vínculo) do tradutor irlandês é o mesmo de todos os outros tradutores, não importando se traduzem de uma língua maior para uma menor ou vice-versa. Todo ato tradutório é ambivalente, e não há como estabelecer um único e absoluto vínculo em uma tradução sem cair na ilusão da fidelidade. Toda escolha marca uma posição, por mais neutro e transparente que o tradutor pretenda ser em sua busca pela fidelidade. A opção, no caso das traduções para as línguas menores, por um dos vínculos impostos pelo projeto tradutório, seja pelo processo comunicativo da tradução – com o conseqüente apagamento dos estrangeirismos e de tudo o que é estranho à cultura alvo –, ou pelo processo interventivo da tradução e a permanência do que é estranho e alienígena, marca o aspecto eminentemente produtor de significados de qualquer projeto de tradução.

Refletir sobre o projeto tradutório, expor as opções tomadas, ainda que sem garantias, é uma alternativa possível, ao menos para acabar com a ilusão de que não há interferências no processo de tradução. Segundo Berman, “os tradutores têm todos os direitos, contanto que mantenham o jogo aberto.” (apud Simon, 1996: 366). Nesse jogo, a visão tradicional de tradução como uma atividade passiva de reprodução e transmissão, transparente e isenta de interesses, não se mantém. Para Lori Chamberlain (1985/1998), “o motivo pelo qual a tradução é tão fortemente codificada, tão regulamentada, é o fato de que ela ameaça apagar a diferença entre produção e reprodução, essencial para a instituição do poder” (p. 46).

As opções do tradutor serão sempre determinadas, seja ele consciente ou não do papel fundamentalmente produtor que exerce em todo e qualquer ato tradutório. Assim, reconstruir o papel do tradutor no contexto pós-colonial passa, inevitavelmente, pela reconstrução de alguns conceitos pertinentes à reflexão do tradução polarizados pela tradição ocidental. Segundo Simon (1996),

Cada elemento polarizado no processo de tradução é concebido como um absoluto, e o significado é transportado de um pólo para o outro. Mas a estabilidade implícita nas oposições entre as línguas, entre original/reprodução, entre autor/tradutor [...] não pode ser absoluta; esses termos deveriam ser colocados, de preferência, em um continuum em que cada um possa ser considerado em termos relativos (Simon, 1996: 12).

A reflexão sobre o acontecimento do empréstimo com base em uma concepção de linguagem e tradução como expressões dinâmicas e fortemente determinadas pelos sistemas lingüísticos e culturais predominantes no cenário ocidental pode contribuir para tornar o tradutor cada vez mais consciente e responsável, visto que exerce uma atividade

que nem de longe é mecânica e inocente. Embora um acontecimento sutil da linguagem, os empréstimos não são apenas representações inofensivas das lacunas lingüísticas e conceituais nem características intrínsecas a determinados códigos. Não é uma questão de evitar, negligenciar ou privilegiar os empréstimos. No caso da área da informática no português do Brasil, sua incidência é tamanha que conscientizar produtores e tradutores de textos nesta área sobre as relações de poder subjacentes ao uso de qualquer linguagem, inclusive as linguagem de especialidade, ingenuamente consideradas neutras e objetivas, é o mínimo que se pode fazer para manter os usuários da área a par das regras do jogo de que estão, conscientes ou não, participando.

## CAPÍTULO 3 – O TRANSBORDAMENTO DE LÍNGUAS NA TRADUÇÃO

### 3.1 A dicotomia língua materna/língua estrangeira

Como vimos, de acordo com a caracterização tradicional do empréstimo na literatura da área, este resulta do contato entre duas línguas e culturas diferentes e ocorre para suprir uma lacuna conceitual ou referencial. No caso mais específico do empréstimo lingüístico terminológico, a lacuna seria geralmente conceitual. Entretanto, o acontecimento da linguagem operado na área da informática transpõe, como constatamos, essa definição tradicional dada a abundância e a maneira indiscriminada com que os termos são importados, já que nem sempre o termo emprestado deve-se a uma lacuna conceitual. Além disso, o conhecimento sobre informática é de interesse geral da população informatizada, o que de certa forma excede o próprio conceito de linguagem de especialidade, visto que seu uso é indiscriminado, ou seja, leigos e especialistas convivem e usam essa linguagem.

Assim, para refletir sobre o acontecimento lingüístico que se opera no âmbito da informática de maneira distinta da rigidez e da hierarquia das oposições binárias com as quais gramáticos e lingüistas abordam os estrangeirismos ou empréstimos, tomo por base as reflexões de Jacques Derrida para pôr em questão, especialmente, o par língua materna/língua estrangeira. *Grosso modo*, a desconstrução proposta por Derrida visa (nesse caso) a desestabilizar as dicotomias que fundamentam nossa tradição ocidental, ou seja, a

reconhecer que, numa oposição filosófica clássica, não tratamos com uma coexistência pacífica de um *vis-a-vis*, mas com uma hierarquia violenta. Um dos dois termos domina o outro (axiologicamente, logicamente, etc.), ocupa o cimo. Desconstruir a oposição é primeiro, num determinado momento, derrubar a hierarquia (1975: 54).

No caso das formações neológicas por empréstimo, a oposição língua materna/língua estrangeira está entre os pares que sustentam as noções de estrangeirismo e vícios de linguagem. Em toda oposição binária o primeiro termo é central e, por conseguinte, o outro é visto como marginal. O que pertence ao centro, à língua materna, é visto como a única realidade boa, possível e aceitável. Segundo Derrida, essa visão centrada e fixada em um dos pólos das oposições binárias imobiliza o jogo da linguagem ao marginalizar o outro termo da dicotomia, no caso a língua estrangeira. Ao colocar os termos das oposições sob rasura, Derrida ressalta o jogo de diferenças operado em todo acontecimento lingüístico ao mesmo tempo em que o configura fora da centralização e da hierarquia em que a lingüística moderna embasa sua reflexão sobre a linguagem. Desse modo, é fundamental redimensionar o acontecimento tradicionalmente conhecido por empréstimo fora das polarizações em que normalmente é estudado, em especial fora de um sistema que tanto estabelece relações claras, objetivas e estáveis entre os pólos língua materna/língua estrangeira quanto impede que seus termos se tornem complementares. Segundo Derrida, não é o caso de “rejeitar” noções como essas, pois

elas são necessárias e, pelo menos hoje, para nós, nada mais é pensável sem elas. Trata-se inicialmente de pôr em evidência a solidariedade sistemática e histórica de conceitos e gestos de pensamento que, freqüentemente, se acredita poder separar inocentemente (1973: 16).

Embora as dicotomias sejam inevitáveis, é preciso problematizar as relações entre seus elementos para evitar a centralização e, conseqüentemente, a marginalização com que os termos desses pares são normalmente tratados. “Sabe-se quais foram sempre os efeitos *práticos* (particularmente *políticos*) das passagens que saltam *imediatamente para além* das oposições, e dos protestos com a simples forma *nem/nem*” (1975: 54, grifos do autor). Derrida encontra no que chama de “marcas” que ilustram o jogo da textualidade, tanto em textos filosóficos quanto em literários, a oportunidade para falar da indecidibilidade do signo lingüístico e, conseqüentemente, da “disseminação” de significados que transforma o texto num instrumento de significação. O que caracteriza essas “marcas” é o fato de não terem um significado fixo e decidível. O sentido do texto em que se encontram, portanto, também é indecidível, visto que está aberto ao jogo de diferenças e à dispersão de significados que já não podem mais ser reprimidos. Segundo Derrida, são marcas

indefiníveis, isto é, unidades de simulacro, ‘falsas’ propriedades verbais, nominais ou semânticas, que já se não deixam compreender na oposição filosófica (binária) e que todavia a habitam, lhe resistem, a desorganizam mas *sem nunca* constituírem um terceiro termo, sem nunca darem lugar a uma solução na forma da dialética especulativa (o *pharmakon* não é nem o remédio, nem o veneno, nem o bem nem o mal, nem o interior nem o exterior, nem a fala nem a escrita; o *suplemento* não é nem um mais nem um menos, nem um exterior nem o complemento de um, nem um acidente nem uma essência, etc.; [...]. Nem/nem é simultaneamente *simultaneamente* ou *ou*; a marca é também o limite *marginal*, a *marcha*, etc.)” (Id., *ibid.*, pp. 55-56, grifos do autor).

O deslocamento possibilitado por um sistema em movimento faz com que o tradutor sofra e suporte o *double bind*. Segundo Derrida, “por definição um *double bind*

não se assume, só podemos sofrê-lo na paixão; [...] Mas se um *double bind* não se assume, há várias maneiras de suportá-lo” (apud Ottoni, 1999: 2). Quando o tradutor está diante da multiplicidade de línguas com que habitualmente se defronta ao traduzir textos de informática, especialmente diante do jogo de significação e do transbordamento entre as línguas da tradução, o paradoxo entre a tradução e o intraduzível, entre a necessidade e a impossibilidade da tradução, aponta para a impossibilidade de estabelecer relações absolutas e definitivas entre os termos do par língua materna / língua estrangeira. Derrida (cf. 1979) “expõe a inviabilidade do ‘sonho da tradução sem remanescentes’” (apud Chamberlain, 1998: 49). A impossibilidade de traduzir determinadas palavras, de acordo com o autor, “é uma função da lei da tradução, não uma questão de infidelidade ou de papel secundário da mesma. A tradução é regulada por um *double bind* representado pela ordem ‘não me leia’: o texto tanto requer quanto proíbe sua tradução” (apud Chamberlain, 1998: 50). Não há como evitar o *double bind* em qualquer situação de tradução. Seja qual for a atitude tomada pelo tradutor haverá sempre resíduos, ou como define Venuti (1995), remanescentes, sejam eles propositais ou circunstanciais.

Não se está, contudo, negando a dicotomia língua materna/língua estrangeira, mas ressaltando o movimento entre esses pólos e o transbordamento de línguas nos textos produzidos e traduzidos na área da informática, exemplos da dificuldade de traçar uma linha divisória entre os elementos dessa dicotomia tão pouco problematizada, levando em conta outros contextos da reflexão sobre a linguagem. Se tomarmos, por exemplo, o caso de usuários de línguas em contato (vide nota nº 8) como as línguas *pidgin* e crioula e também a Língua Franca ou sabir – línguas que surgiram do contato entre povos distintos que recorreram à mescla lingüística para resolver seus problemas emergenciais –, ou mesmo o caso de falantes bilíngues, poderemos notar que a barra que separa o par língua

materna/língua estrangeira pode, neste caso, ser questionada por não ser tão fixa e definida. Quando se fala que “uma vez instaurado o *pidgin*, as comunidades cultural e lingüisticamente distintas em situação de contato passam, pois, a usá-lo como língua de ninguém” (Tarallo&Alkimin, 1987: 86), pode-se dizer que, de certa maneira, a distinção língua materna e língua estrangeira fica em suspenso. O *pidgin* pode desaparecer ou evoluir naturalmente se nativizando, ou seja, tornando-se um crioulo e passando a ser língua-mãe numa dada geração de falantes. Outro aspecto relevante é que os “falantes do *pidgin* mantêm suas respectivas línguas maternas; eles são portanto, simultaneamente autores e usuários da mescla” (Id., *ibid.*, p. 88). Esse poder autoral, de criação, de fundação subjacente na formação do *pidgin*, por exemplo, pode redimensionar também o caráter transcendental implícito na gênese das línguas naturais, ou seja, uma língua pode ser construída como materna. Em outras palavras, o *pidgin*, pode se nativizar e passa a ser materno de quem o criou. O conceito de língua materna nesse contexto deixa de ser o de uma instituição espontânea e revela-se como mais uma crença construída histórica e socialmente, ou seja, mais uma invenção do homem. A língua materna poderia ser vista também como mais uma instituição geopolítica. Aubert (cf. 1993: 54), citado anteriormente, também alerta para a dificuldade de identificar uma língua como materna em falantes bilíngües. Prefere falar em termos de “língua de domínio mais ativo” e evita “deliberadamente o emprego da expressão *língua materna*” (grifo do autor) por observar “uma certa ‘especialização’ lingüístico-referencial”, que faz com que em determinadas situações uma língua seja mais familiar do que a outra.

Desse modo, a distinção língua materna e língua estrangeira já não se sustenta com a mesma rigidez e clareza proposta pelos puristas. As palavras provenientes de outras línguas transgridem os limites impostos pelos defensores da pureza da linguagem.

Tais palavras são normalmente vistas como elementos deslocados e impuros. Entretanto, a facilidade e a naturalidade com que os termos ingleses na área da informática circulam entre as diferentes línguas marca o movimento entre os pólos língua materna/língua estrangeira, ainda que para os puristas essa mobilidade seja vista como uma perturbação lingüística e uma ameaça à identidade das línguas. Entre esses pólos há movimento, há transbordamento entre suas fronteiras, troca, mescla, hibridização lingüística. O grau desse contato depende do contexto sóciopolítico, econômico e cultural em que as nações pós-coloniais, principalmente, se encontram. Quer sejam países oficialmente multilíngues ou apresentem um multiculturalismo ou multilingüismo sutil e velado, isto é, decorrente da influência ideológica e cultural de nações dominantes – caso do Brasil, que sofre forte influência da cultura anglo-norte-americana –, as línguas se mostram abertas aos termos de outras origens e os absorvem como se não houvesse fronteiras e limites entre elas. No que concerne ao empréstimo lingüístico na área da informática, o significante “deletar”, para tomarmos um exemplo, não é capaz de, por si só, indicar se é nativo ou estrangeiro. Seu uso ultrapassou o domínio da linguagem de especialidade e integrou o termo estrangeiro ao código materno como qualquer outro significante nativo, mostrando a impossibilidade de manter, no caso específico da palavra “deletar”, uma barra rígida e decidível entre o que é materno e o que é estrangeiro. As características que marcam o que é materno ou estrangeiro numa língua, assim como seu significado, são decorrentes de uma instituição humana, pertencem ao domínio da linguagem criada pelo homem e são mantidas conforme os interesses de poder subjacentes ao seu uso. Logo, manter o termo estrangeiro em um texto traduzido não garante o resgate nem o transporte do significado original, visto que todo significante, tenha sido ele traduzido ou mantido em sua língua de origem, está sujeito à interpretação peculiar de cada novo contexto.

Portanto, o deslocamento possibilitado pelo pensamento derrideano permite falar de “um certo sistema aberto algures a qualquer recurso indecível que lhe dá o seu funcionamento” (1975: 11). E é nesse “funcionamento”, em suas “lacunas”, em sua indecidibilidade que o acontecimento da linguagem tradicionalmente tratado por empréstimo lingüístico pode ser entendido em toda a sua extensão, uma vez que “o que é tomado no fechamento de-limitado pode continuar indefinidamente” (Id., *ibid.*, p. 21). Os termos ingleses freqüentes na área da informática apontam para o movimento entre os pólos materno/estrangeiro ao mesmo tempo em que deflagram a dificuldade de identificar as línguas como sistemas puros, estáveis e totais. São termos que por vazarem de uma língua para outra desestabilizam a noção tradicional de identidade lingüística autêntica e inalterável. O transbordamento entre as línguas evidenciado na área da informática excede o conceito tradicional de empréstimo de significantes estrangeiros e de tradução direta difundidos pela teorias de tradução de orientação lingüística e corrobora a noção de enxerto, de produção de novos sentidos a partir do movimento do jogo de significação entre as línguas da tradução.

O que faz com que uma língua seja percebida como materna por seus usuários não é necessariamente sua pureza ou integridade. A familiaridade com que é usada, somada à lei da necessidade, das circunstâncias e dos interesses subjacentes ao seu uso, facilitam ou impossibilitam a absorção das categorias materna e estrangeira de uma língua. Tal familiaridade lingüística, por sua vez, é permeada por interesses políticos e econômicos subjacentes ao uso da língua. Há, juntamente com uma tendência de as línguas se contaminarem, todo um interesse sóciopolítico e econômico que facilita ou dificulta a entrada de termos estrangeiros em uma determinada língua e que faz com que sejam percebidos como elementos estranhos ou não ao seu sistema. No caso das traduções dos

textos de informática, muitos dos termos ingleses são mantidos sem causar um efeito de estranhamento entre seus usuários. O caráter de estrangeiro não se encontra, portanto, na língua em si, não é uma característica lingüística intrínseca, mas uma instituição política e cultural. Fatores geopolíticos e, em algumas regiões, até religiosos, são determinantes das categorias materna ou estrangeira das línguas. Um exemplo típico, é comentado por Derrida (1998), quando fala sobre a marginalização organizada do arábico e do berbere na Argélia, cujo “enfraquecimento [exténuation] era calculado por uma política colonial que fingia tratar a Argélia como um grupo de três departamentos franceses” (p. 38). O autor observa que, embora o estudo facultativo do arábico fosse permitido, isso não significava que fosse encorajado pelas autoridade responsáveis pela Educação Nacional da educação pública na Argélia. Assim, o arábico era oferecido pela

mesma razão, ao mesmo tempo, e sob a mesma forma que o estudo de qualquer língua estrangeira em todos os liceus franceses da Argélia. O arábico, uma língua estrangeira optativa na Argélia! Como se estivessem nos dizendo – e isso, no fim, era o que estavam dizendo: ‘Vejamos, latim é exigido para todo os que estão no 6º ano, claro, sem falar no francês, mas você, além disso, quer aprender inglês, ou arábico, ou espanhol, ou alemão?’ Parece que o berbere nunca foi incluído (Id., *ibid.*, p. 38).

Ou seja, as categorias materna e estrangeiras são mais uma instituição humana a favor dos interesses sociopolíticos da cultura dominante, independentemente do território em que se encontrem. Portanto, não são características lingüísticas intrínsecas nem transcendentais. Assim como o significado não se encontra no significante, mas é produzido pelas circunstâncias em que está inserido, o que vai marcar o caráter de materno ou estrangeiro de uma palavra também dependerá do contexto em que se encontra. Os termos ingleses frequentes nas traduções e na produção de textos na área da

informática são tão familiares para seus usuários quanto qualquer termo português, traduzi-los acabaria por torná-los, nesses casos, estranhos e sem sentido.

### 3.2 Enxertos e transbordamentos: a língua de um na língua do outro

A lingüística estrutural concebe a linguagem como um sistema, um conjunto de elementos cujas relações podem ser analisadas e definidas objetivamente. A partir do momento em que a linguagem deixa de ser vista de forma isolada, já que é plural e saturada de implicações culturais e externas ao seu sistema, passa a ser entendida em toda a sua multiplicidade e heterogeneidade. Apesar de todos os desdobramentos conceituais pelos quais a linguagem vem passando, a concepção de significado essencialista e transcendental é a que impera entre as demais. De acordo com Derrida (1975), quando colocamos em questionamento o significado transcendental e consideramos que todo e qualquer significado só pode ser revelado por meio de outro significante estamos pondo em questão também a distinção entre significado e significante apresentada por Saussure, que se propõe:

a conservar o termo *signo* para designar o total, e a substituir *conceito* e *imagem acústica* respectivamente por *significado* e *significante*; êstes dois termos têm a vantagem de assinalar a oposição que os separa, quer entre si, quer do total de que fazem parte (1971: 81, grifos do autor).

Entretanto, nota Derrida, problematizar o conceito de signo em sua raiz não é uma tarefa simples e requer muita prudência pois envolve a desconstrução

de toda a história de metafísica que impôs e nunca deixará de impor a toda a ciência semiológica esta exigência fundamental de um “significado transcendental” e de um conceito independente da língua; esta exigência não é imposta de exterior por qualquer coisa como “a filosofia”, mas por tudo o que liga a nossa língua, a nossa cultura, o nosso “sistema de pensamento” à história e ao sistema da metafísica (1975, pp. 29-30).

Com base, talvez, na “exigência fundamental de um ‘significado transcendental’ e de um conceito independente da língua”, os tradutores e os usuários das linguagens de especialidade optem pelo empréstimo por acreditarem que o conceito da ciência que traduzem e lêem esteja no significante estrangeiro e que seu significado original possa ser protegido e resgatado de forma clara e objetiva em qualquer contexto e livre de interpretações. Manter o termo estrangeiro seria então a forma de garantir a inteligibilidade do texto da tradução para os leitores da área, como justificam alguns tradutores (vide nota nº 1).

Podemos constatar um certo tipo de paradoxo quando nos deparamos com a incidência de tantos termos ingleses na informática e com a naturalidade com que são usados pela mídia e pelo usuário comum. Por um lado, a permanência da palavra estrangeira corrobora a crença em significados estáveis e passíveis de serem recuperados objetivamente e, por conseguinte, concebe a tradução como se fosse uma substituição inócua dos significantes de uma língua por outra; uma operação neutra e objetiva que pudesse assegurar o transporte dos significados sem a interferência do contexto e da interpretação. Por outro lado, a não tradução do significante estrangeiro deixa implícito o temor pelo caráter transformador da atividade tradutória, normalmente entendido como erro ou incompetência do tradutor dada a crença num significado transcendental e na possibilidade de resgatá-lo fielmente. Assim, a opção pela tradução colocaria em risco o

significado original, supostamente recuperável com base na transcendentalidade do signo. O signo, seja ele estrangeiro ou materno, não é a “representação ‘fiel’ de um objeto estável que possa existir fora do labirinto infinito da linguagem e passa a ser uma máquina de significados em potencial” (Arrojo, 1986: 23). Contudo, prossegue Derrida, ainda que o significado de um significante não tenha outra forma de se manifestar que não através de outro significante, isso não quer dizer que podemos misturar esses dois aspectos do signo aleatoriamente. Esta oposição não é absoluta, mas ainda assim é indispensável, especialmente em se tratando de tradução.

Dentro dos limites em que é possível, em que pelo menos *parece* possível, a tradução pratica a diferença entre significado e significante. Mas, se esta diferença nunca é pura, a tradução também não o é, e temos de substituir a noção de tradução por uma noção de *transformação*: transformação regulada de uma língua por outra, de um texto por outro. De facto nunca temos nem teremos contacto com qualquer “transporte” de significados puros que o instrumento – ou o veículo – significante tivesse deixado virgem e intacto, de uma língua para outra, ou no interior de uma mesma e única língua (1975, p. 30).

Ao mesmo tempo em que o uso indiscriminado desses significantes estrangeiros corrobora a crença no significado transcendental, sua não tradução remete para o temor da interpretação e da transformação que ocorre em todo ato de leitura e de tradução. O empréstimo já é uma tradução, é um signo inevitavelmente envolvido pela cadeia interminável de significantes e de significados. Não há como escapar do jogo da *différance* entre o significante e o significado. Traduzir ou não o termo estrangeiro não garante o resgate de seu significado original neste caso nem impede que o tradutor sofra e tenha de suportar o *double bind* (duplo vínculo), que o leva ora a manter os termos

estrangeiros na língua da tradução, ora a interpretar a língua e transformá-la conforme a estrutura e o contexto de sua língua materna. O termo tradicionalmente concebido como empréstimo lingüístico entra, inevitavelmente, no jogo da significação, já que não é apenas uma referência pura e simples de um conceito e, portanto, não pode ficar de fora da cadeia *ad infinitum* de significados e significantes comum a qualquer ato de leitura e de tradução. Além disso, o termo estrangeiro marca a noção de língua materna como sendo, inevitavelmente, complementar à de língua estrangeira, assim como o transbordamento entre as línguas da tradução desestabiliza a noção de vernáculo, ou seja, de linguagem pura e isenta de estrangeirismos. Um sistema lingüístico constitui-se de várias línguas; a impureza marca toda e qualquer linguagem e ameaça a noção tradicional de integridade dos códigos lingüísticos. E, se a unidade dos sistemas lingüísticos não é uma certeza, então a concepção tradicional de tradução como a passagem de um código para o outro também não é. Segundo Derrida (cf. 1985b: 100), uma vez que há impurezas em todas as línguas, tal fato abala, por exemplo, a noção de integridade dos sistemas lingüísticos sobre a qual Jakobson elaborou a divisão da tradução em três espécies, a saber, a tradução intralingual ou *reformulação* (em uma mesma língua); a tradução interlingual ou *tradução propriamente dita* (entre línguas diferentes) e a tradução inter-semiótica ou *transmutação* (entre signos verbais e não verbais) (cf. Jakobson, 1969: 64-65). Essa noção de integridade lingüística está fortemente radicada nas teorias de tradução de orientação lingüística. Em virtude disso, toda a reflexão em torno da tradução como sendo a passagem de uma língua para outra também passa a ser ameaçada. A tradução deixa de ser vista como uma atividade mecânica, em que há “a substituição de material textual numa língua por material textual equivalente noutra língua” como propôs Catford (1980: 22). Ou ainda segundo Nida, em que “a tarefa do tradutor pode portanto

ser definida em termos da reprodução na língua do receptor do equivalente mais próximo e natural do conteúdo da mensagem da língua fonte”(1975: 190).

A linguagem de especialidade da informática pode ser vista, ainda, como uma *fissura* na rigidez que separa os diferentes códigos com nitidez, um espaço de jogo e de articulação entre qualquer sistema lingüístico. O acontecimento do empréstimo na área da informática não é uma realidade exclusiva do português do Brasil nem das línguas dos países considerados do Terceiro Mundo. No projeto de parceria entre a PUC-PR e uma empresa multinacional alemã (vide nota nº 5), o material produzido na Alemanha está repleto de termos estrangeiros, no caso, ingleses. A tradução desse material para o português marca as várias línguas presentes numa mesma língua: é feita a partir do alemão, no qual se encontram termos ingleses que também são mantidos na tradução para o português. O produto final é uma mescla do código materno com termos de um dos códigos estrangeiros envolvidos, no caso, do inglês. Para Derrida, situações como essa suscitam as seguintes questões para o tradutor: “Como traduzir um texto escrito em várias línguas de uma só vez? Como se deve traduzir o efeito da pluralidade? E se traduzirmos com várias línguas de uma só vez, chamaremos isso de traduzir?” (1985a: 171). Não há soluções definitivas e suficientes para os tradutores; não há respostas absolutas para essas questões. Seja em relação a textos literários ou técnicos o tradutor será, inevitavelmente,

um sujeito que intervém de maneira efetiva na transformação e produção de significados, através de uma espécie de implante, de enxerto, de contaminação entre as línguas envolvidas na tradução e que são expressas pelos tradutores promovendo uma espécie de dupla tradução. Deste modo, língua materna e língua estrangeira enquanto complementares, e não antagônicas, revelam o *double bind* através da dupla tradução (Ottoni, 1999: 2).

Traduzindo ou não a palavra estrangeira, o tradutor estará produzindo significados e realizando um ato tradutório em que há intervenção, transformação e produção de sentido e não meramente reprodução do significante emprestado. Segundo Ottoni, “para a dimensão desconstrutivista, a tradução é um acontecimento que deflagra a língua, está entre as línguas, e faz parte das línguas. O tradutor é aquele que vai [...] produzir outras *impurezas* na língua para a qual traduz”. (1998a: 4, grifo do autor). O tradutor que imagina poder tirar essas *impurezas* e domesticar o texto da tradução para torná-lo familiar ao leitor, acaba por gerar um efeito exatamente oposto, um estranhamento entre esses leitores, para quem os termos estrangeiros já não são mais vistos assim, pois estão integrados ao seu código materno com tal naturalidade que traduzi-los tornaria o texto estranho. A multiplicidade de línguas freqüentes na tradução na área da informática promove, assim, uma espécie de *double bind*, ou seja, a necessidade e a impossibilidade da tradução. O estranho para a comunidade de usuários da área, sejam leigos ou especialistas, passa a ser o texto sem essas *impurezas*, já que os termos estrangeiros são os termos familiares. Os termos “maternos” e as traduções desses termos, já consagrados como nativos à linguagem de especialidade da informática, é que se tornam diferentes, alienígenas ao sistema lingüístico. O que é “estrangeiro” pode tornar-se “materno” e vice-versa, marcando um espaço de jogo, de articulação e de relação entre os termos dessa oposição binária fora da rigidez com que tradicionalmente são tratados. O acontecimento da linguagem tradicionalmente conhecido por empréstimo e operado no interior de várias línguas abala o “acalentado modelo de identidade pura, perfeita e plenamente totalizada” difundido pela lingüística estrutural (Rajagopalan, 1998: 38), ao mesmo tempo em que deflagra “a ligação entre identidade e interesses” (Id., *ibid.*, p. 37). As transformações em curso no meio cultural contemporâneo apontam tanto para a dificuldade de identificar

línguas puras e absolutas, quanto para o crescente multilingüismo e multiculturalismo da atualidade. Os interesses da lingüística dominante em preservar uma identidade lingüística monolíngue, isenta de impurezas alienígenas, estável e total, estão em concordância com os interesses geopolíticos, religiosos e econômicos das nações dominantes. Segundo Rajagopalan, “critérios formais e funcionais (e portanto ‘puramente lingüísticos’) tais como semelhanças estruturais e inteligibilidade mútua mostram-se, como se sabe, lamentavelmente insuficientes quando se trata de distinguir uma língua de outra” (Id., *ibid.*, p. 24). Assim a questão da identidade da língua está diretamente ligada aos interesses e à ideologia subjacentes ao seu uso.

Mais uma vez, no caso específico dos termos ingleses nos textos e nas traduções de informática, embora o termo estrangeiro seja o mais familiar para o usuário da área, sua permanência no texto traduzido não garante a inteligibilidade que alguns tradutores acreditam ser possível atingir. Como vimos no início deste trabalho (vide nota nº 1), alguns tradutores optam pelo empréstimo terminológico por reconhecerem o estranhamento provocado pela tradução de certos termos aos usuários da área. Tal situação é um exemplo do *double bind* comum a todo e qualquer ato tradutório, uma vez que não há um caminho que assegure a inteligibilidade do texto da tradução tal e qual o texto original é lido. Os significantes que não são traduzidos também se encontram no labirinto infinito do processo de significação, e o efeito produzido pela manutenção ou não do significante estrangeiro no texto da tradução vai ser, inevitavelmente, diferente do efeito produzido pelo mesmo significante no texto de origem. Dentro da reflexão sobre tradução, a inteligibilidade de qualquer texto, seja ele totalmente traduzido ou não, passa pela interpretação de uma leitura histórica, política, social, econômica e cultural.

O acontecimento do empréstimo na área da informática, analisado a partir da reflexão sobre a tradução, revela o transbordamento entre as línguas da tradução, além de atestar a multiplicidade de línguas presentes num mesmo sistema lingüístico e, também, da impossibilidade de demarcar fronteiras rígidas e bem definidas entre as línguas. Esse acontecimento da linguagem marca o movimento do jogo entre o par língua materna/língua estrangeira, pólos comumente vistos como antagônicos, mas que são complementares, uma vez que não se pode para reduzir a cadeia de significação a um desses pólos ou privilegiar um em detrimento do outro.

### **3.3 As várias línguas da tradução**

Ainda que a reflexão sobre a multiplicidade de línguas na tradução passe ao largo da tradução dita pragmática, ou seja, não-literária, e tome por base textos filosóficos e literários, encontro nessas reflexões subsídios para falar das várias línguas da tradução e da produção de textos na área da informática e, assim, considerar os termos estrangeiros que são mantidos nesses textos de uma forma diferenciada da que os gramáticos e os lingüistas analisados na primeira parte deste trabalho fizeram. Ou seja, deixam de ser vistos como vícios ou anomalias da linguagem, ou ainda, empréstimos que assegurariam o significado do texto original para serem tratados como um acontecimento da linguagem inevitável quando línguas e culturas estão em contato, dada a permeabilidade e a flexibilidade destas. São termos que transbordam de uma língua para outra e marcam o movimento entre esses pólos tradicionalmente vistos como antagônicos. Quando o tradutor se depara com um texto em que há mais de uma língua, como no projeto citado

na nota nº 5 deste trabalho, elaborado por uma empresa multinacional alemã e depois traduzido para o português devido a uma parceria com a PUC-PR, ou ainda, quando o tradutor parte de um texto monolíngue e acaba produzindo um texto bilíngüe, caso dos textos de informática produzidos em inglês e traduzidos para o português, fica difícil refletir sobre tradução com base numa distinção clara e objetiva entre a língua materna e a língua estrangeira, que pudesse garantir a passagem de significados de uma língua para outra. Como venho defendendo ao longo deste trabalho, os termos ingleses presentes nas traduções de informática já não se enquadram tão facilmente nas categorias estrangeiro e materno, daí o caráter de empréstimo ficar abalado. Questões não só lingüísticas, mas também culturais e políticas marcam as traduções e a produção de textos nessa área. Para Derrida, a concepção tradicional de tradução como “uma operação lingüística que consiste no transporte de significado de uma língua para outra” (1985b: 115) deixa implícito que a identidade e a integridade das línguas estariam protegidas, e que a traduzibilidade e a legibilidade total seriam possíveis, pois traduzir seria o mesmo que transmitir sem perda essencial, sem restos, sem resistências, a mensagem de uma língua para outra. A multiplicidade das línguas coloca em questão a homogeneidade, a identidade e a integridade de qualquer sistema lingüístico, noções que além de fomentar as teses da legibilidade e da traduzibilidade defendidas pelas teorias tradicionais de tradução, ainda encobrem a dominação e a repressão das línguas das culturas dominantes sobre as línguas consideradas menores. As dificuldades encontradas pelo tradutor em seu trabalho não dizem respeito somente às complexidades e às resistências sintáticas e idiomáticas entre as línguas envolvidas, mas também ao efeito da pluralidade de mais de duas línguas envolvidas na tradução, como é o caso dos textos de informática. Segundo Derrida,

uma tradução nos coloca não na presença mas no pressentimento do que é a ‘língua pura’, isto é, do fato de que há língua, de que a língua é língua. Isso é o que aprendemos a partir da tradução, ao invés do significado contido no texto traduzido, ao invés desse ou daquele significado em particular. Aprendemos que há língua, que a língua é língua, e que há uma pluralidade de línguas que têm afinidades umas com as outras por serem línguas. [...]. O compromisso de uma tradução é aquele que nos dá a conhecer esse ser-língua da língua: há língua, e porque há algo como a língua, somos capazes e incapazes de traduzir (1985b: 124).

Os termos ingleses, quando mantidos nas traduções e nas produções de textos de informática, marcam a dificuldade ou a impossibilidade de manter a oposição entre as diferentes línguas da tradução em termos estáveis e permanentes. Encontro nessas marcas uma ilustração peculiar do movimento do jogo entre as categorias língua materna e língua estrangeira e das limitações dessa categorização para a teoria e a prática tradutória. O jogo da indecidibilidade é inevitável. “Se há língua, há *double bind*, e a tradução enquanto deflagradora da multiplicidade de línguas resiste a qualquer tentativa de tornar este acontecimento estável e sistemático” (Ottoni, 1998a: 10).

O *double bind* comum a essas traduções em que mais de uma língua se impõe ao tradutor, ordenando e proibindo que se transponha o texto numa só língua e que faz com que a tradução seja ao mesmo tempo possível e impossível, além de evidenciar as múltiplas línguas da tradução, também possibilita o implante, o enxerto dos termos de uma língua para o sistema de outra. Esse duplo procedimento do tradutor, que ora mantém ora traduz os termos do texto de partida, corrompe as fronteiras e as divisões impostas às línguas e nos força a estender o conceito de tradução para além da noção dominante de passagem de uma língua para outra. Nessas traduções, fica cada vez mais

difícil manter a noção de língua como um sistema finito de signos. Nelas as línguas transbordam e ultrapassam todos os limites que lhes foram até agora impostos ao não se submeterem a uma homogeneidade indiferenciada. “Há um jogo de implante e enxerto entre as línguas que evidencia o fato de que há línguas, que há uma permissão para que as línguas se misturem como já estão misturadas num único sistema lingüístico” (Ottoni, 1998a: 13). Este é mais um contexto em que as línguas se abrem para os múltiplos enxertos inevitáveis quando estão em contato e excedem os limites que foram estabelecidos para que as oposições entre os diferentes códigos lingüísticos fossem mantidas. São limites impostos tanto por interesses internos, criados para defender a integridade, a pureza e a unidade lingüística dos diferentes códigos, quanto por interesses externos, criados para manter a hegemonia das línguas e das culturas dominantes. Segundo Derrida, “no acontecimento trabalhado pela confusão das línguas, a multiplicidade continua ordenada a uma língua dominante, que é o inglês” (1992: 34). Esse mesmo acontecimento pode ser observado nos textos de informática. Independentemente da língua em que são produzidos ou traduzidos, os termos ingleses permanecem e marcam o movimento entre as línguas. Para Derrida, “a ficção da língua estrangeira pretende manter a distância, uma distância realmente infinita, no âmbito de toda reconciliação, aproximação, *appropriation*, apropriação” (1979: 152, grifo do autor).

A permanência do remanescente estrangeiro na tradução pode ser um indicativo tanto do aspecto político implícito ao contato das línguas, quanto do papel interventor do tradutor em função da interpretação, das circunstâncias e de elementos intra e extralingüísticos, que impõem uma “economia” que baliza sua atividade tradutória, uma atividade eminentemente produtora de sentidos e não mera reproduzidora dos significados do texto original. Segundo Ottoni,

na abordagem estrutural e formal, a tradução não só não permite que haja um transbordamento de significados de uma língua para outra como tem que se justificar através do conceito de fidelidade: neste caso a tradução é perda, é traição, já que dificilmente se atinge a fidelidade, se estabelece uma correlação entre as línguas do original e as da tradução (1998a: 4).

Assim, para que a convivência com o *double bind* comum a todo ato tradutório torne-se praticável, que seja simultaneamente sofrível e suportável para o tradutor, já não é mais possível adotar essa concepção tradicional da tradução como passagem de uma língua para outra. É preciso abrir as possibilidades para que o ato tradutório possa ser realizado sob uma perspectiva que conceba a tradução como uma atividade produtora de sentidos. Mesmo se o tradutor reproduzir no texto da tradução alguns termos do texto original, como acontece com frequência nas traduções da área da informática, ele estará produzindo novos significados, pois o termo “emprestado” não escapa do jogo de significação entre as línguas da tradução.

## CONCLUSÃO

Os empréstimos, tal como são tradicionalmente definidos, pressupõem uma visão de linguagem em que é possível identificar as línguas com clareza, objetividade e de forma absoluta. Tal definição implica ainda a idéia de língua como um sistema fechado, que passa a adotar de forma diferenciada, por meio de itálicos, em geral, o uso de termos que são diferentes e estranhos ao seu sistema oficial. Entretanto, esse acontecimento da linguagem que ocorre na área da informática e suas adjacências, não está marcado pelo uso de termos estranhos ou diferentes, mas por termos que passaram a ser enxertados na língua portuguesa e esta, por sua vez, se apresenta como um ambiente fértil para que produzam sentido. Não fosse pela permeabilidade da língua, esses enxertos teriam uma sobrevivência bastante curta. A metáfora do enxerto possibilita estender a noção de empréstimo para uma visão de linguagem em que a estrutura da língua e o contexto em que se insere são abertos, intermináveis e não permitem saturação. Além de apontar para o caráter interativo e permeável das línguas e para a possibilidade de renovação e produção de palavras.

A língua em que os termos de outros sistemas são enxertados pode ser concebida como um ambiente, um ramo ou um tronco lingüístico permeável e aberto; do contrário, o enxerto não se desenvolveria. Há portanto uma interação e uma necessidade mútua de ambas as línguas para que o enxerto produza sentido no novo meio que o recebe. No caso dos termos ingleses na área da informática no português brasileiro, temos os interesses da língua dominante somados aos interesses, anseios e fetiches da língua dominada. Na medida em que esses interesses aumentam ou diminuem, eles favorecem, ou desfavorecem, para a tranquilidade dos puristas, o transbordamento entre as línguas. As

formas de uma língua enxertadas em outra, mesmo que a relação seja entre línguas de culturas dominantes para línguas de culturas dominadas, irão “contribuir para realçar a diversidade, a não universalidade, e que, se percebidas com clareza pela comunidade receptora, irão inversamente contribuir para a manutenção das suas próprias identidades culturais” (Aubert, 1996c: 195). O apagamento dos termos ingleses nos textos e nas traduções produzidos no campo da informática, além de tornar o texto mais estranho aos leitores e aos usuários dessa área, mascara as relações assimétricas de poder subjacentes em todo e qualquer ato de linguagem e de tradução.

Tomando por base uma concepção de linguagem não essencialista, talvez seja possível entender melhor acontecimentos da linguagem como os que vêm ocorrendo com os empréstimos na linguagem de especialidade de informática, seja ela banalizada ou não, isto é, usada pelo leigo ou pelo especialista. Podemos, também, reforçar a hipótese deste trabalho: assim como o sentido não está depositado na palavra, o caráter de estrangeiro também não está e, por conseguinte, manter o termo estrangeiro não garante uma recuperação isenta e objetiva do sentido do texto original. Portanto, qualquer perigo que o uso dos empréstimos possa representar, seja por ser considerado um vício de linguagem, de acordo com os puristas, ou por representar a hegemonia da língua e da cultura anglo-norte-americana, segundo os nacionalistas, não está na coisa em si, e sim na ilusão de que se evitarmos os empréstimos estaremos nos protegendo de qualquer influência alienígena. É preciso saber conviver criticamente com os termos emprestados, chamar a atenção para este acontecimento da linguagem e das relações de poder subjacentes ao seu uso, e não esconder, ocultar a diversidade, a heterogeneidade das línguas e das culturas por meio de uma tradução domesticadora. A linguagem da informática, diferentemente das outras linguagens de especialidade, não atinge apenas técnicos e especialistas, mas toda a

população informatizada. Os termos ingleses na metalinguagem da informática, tanto no português do Brasil quanto nas outras línguas e culturas ocidentais informatizadas, explicitam o transbordamento entre as línguas.

A gramática e a lingüística sincrônica estudam a linguagem como um sistema fechado e delimitado por regras que lhe impõem fronteiras que devem ser defendidas para que o sistema não seja corrompido por elementos estranhos. A linguagem supera essa representação estrutural e transborda dessa condição de sistema limitado e fechado, desestabilizando conceitos e acontecimentos lingüísticos. É nesse transbordamento, nessa contaminação, nesse movimento entre as línguas que os empréstimos deflagram a impossibilidade de estudar a linguagem com base em distinções claras e objetivas, mesmo com relação ao par língua materna e língua estrangeira, visto que o que é materno ou estrangeiro para o usuário da língua não se encontra, necessariamente, na palavra em si. A palavra em si não é uma ameaça, já que “o lugar da origem, do original, da coisa-em-si é sempre outro, sempre transferido através de um substituto que apenas acena com a promessa de uma presença que nunca se apresenta em si e por si mesma” (Arrojo, 1993: 74). Evitar a heterogeneidade lingüística não garante a pureza da língua materna, mesmo porque não se pode falar em línguas puras. O perigo da hegemonia da língua inglesa, portanto, não se encontra nos termos emprestados, mas na falta de consciência do poder subjacente ao uso da linguagem. Evitar os empréstimos seria o mesmo que mascarar as inevitáveis relações de poder que se operam quando as línguas e as culturas estão dispostas assimetricamente e a diferença é hierarquizada.

Por outro lado, o tradutor precisa estar ciente de que se mantém alguns termos ingleses, na linguagem de especialidade da informática, de forma a garantir a inteligibilidade do texto técnico, pode estar reiterando a crença essencialista no

significado transcendental. Acreditar na possibilidade de uma reprodução inócua do significante estrangeiro é o mesmo que dizer que o significado de um termo técnico é estável e permanece depositado no significante. O termo estrangeiro ou o termo técnico emprestado não passa de outro significante, cujo significado está sujeito às circunstâncias e ao tempo de seu uso. A crença em códigos marcadamente maternos e estrangeiros reforça a crença da recuperação do significado de um texto ou de uma terminologia e mantém obscura a rede de significação *ad infinitum* em que todo significante e significado estão envolvidos. Embora um acontecimento sutil da linguagem, os empréstimos de termos estrangeiros implicam formas de poder subjacentes ao seu uso ou à sua rejeição. Não há como fixar o movimento do jogo de significação, assim como não há maneiras de estancar o transbordamento entre as línguas da tradução. Podemos tentar naturalizar, dar uma identidade nacional, oficializar a entrada de termos estrangeiros, mas não temos como impedi-los de passar de um código para o outro.

Segundo a literatura da área, os empréstimos deixam de ser vistos como tais quando dicionarizados. Perdem o estigma de estrangeirismos e são institucionalmente admitidos no corpo da língua nacional. Dicionarizar é um dos artificios de que os puristas lançam mão para controlar o inevitável movimento entre os pólos língua materna e língua estrangeira. Um exemplo recente no cenário brasileiro foi o lançamento, no final de 1998, da 2ª edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborado pela Academia Brasileira de Letras (a 1ª edição é de 1981). O que marca essa última edição é a inserção de cerca de 6.000 novas palavras, entre as quais se encontram vários termos provenientes da língua inglesa, muitos deles relativos à área da informática. Embora os esforços dos órgãos e das instituições competentes em salvaguardar a integridade e a pureza da língua materna não sejam poucos, não são suficientes para impedir ou mesmo

reduzir o transbordamento entre os diferentes sistemas lingüísticos. Na tradução e na produção de textos de informática, os pólos língua materna e língua estrangeira são duas dimensões que coexistem ainda que, dependendo das circunstâncias e dos interesses em jogo, um esteja mais em evidência do que o outro. A ambivalência encontrada nos trabalhos dos gramáticos apresentados no primeiro capítulo desta dissertação, em que vimos que os termos estrangeiros são ao mesmo tempo condenados e aceitos, somada à dificuldade dos lingüistas em identificarem os empréstimos já absorvidos pelo sistema lingüístico receptor, acrescida ainda do *double bind* do tradutor, que convive com o intraduzível e a tradução desses termos, aponta para a impossibilidade de fixar um centro estável e definitivo para o par língua materna e língua estrangeira.

Na perspectiva tradicional, o que não pertence ao domínio da língua materna é visto como artificial e maléfico ao sistema da língua, um vício da linguagem como definem os gramáticos. Tal postura teórica pretende estabelecer uma relação clara e objetiva entre os pólos língua materna e língua estrangeira e acentua a hierarquia entre os elementos dessa oposição. Com base em estudos pós-estruturalistas da linguagem, que defendem o livre jogo dos opostos binários e a não hierarquização e a descentralização de seus termos para evitar a exclusão e a marginalização de um deles, procurei argumentar que os termos ingleses na área da informática no Brasil representam não somente empréstimos lingüísticos, tal qual a gramática e a lingüística estabeleceram, mas também a impossibilidade de estabelecer fronteiras rígidas e fixas entre as diferentes línguas sem que se crie um momento de impasse, o *double-bind* comum a qualquer processo tradutório, o que torna “evidente que não pode haver fórmulas mágicas nem atalhos fáceis para se aprender a traduzir” (Arrojo, 1986:76).

A prática tradutória também é caracterizada por contextos marcados por duas ou mais línguas simultaneamente e não necessariamente por dois códigos lingüísticos que podem ser identificados pacificamente. Não são poucos os textos e contextos em que há várias línguas e o tradutor muitas vezes acaba subestimando a multiplicidade de línguas da tradução e apagando todos os termos estrangeiros em virtude de uma prática tradutória convencional. A domesticação desses termos considerados estranhos ao texto da tradução não necessariamente torna o texto mais ou menos familiar ao usuário. Muitas vezes, apagar o termo estrangeiro, seja em função de uma prática tradutória em que a cultura e a língua alvo são privilegiadas ou ainda em decorrência de uma postura purista, influenciada pelos gramáticos ortodoxos, que ainda hoje classificam esses termos como vícios ou anomalias da linguagem, pode criar um texto ininteligível para os usuários da área em questão. O empréstimo do significante estrangeiro pode levar à ilusão de que seu significado também será resgatado. Tal noção está atrelada à crença de que o significante carrega consigo o significado e que o trabalho do tradutor será o de transportar esse significado de uma língua para outra. Ilude-se o tradutor que, ao não encontrar elementos na língua da tradução, opta pelo empréstimo do significante estrangeiro como se sua presença garantisse o mesmo sentido do texto original.

Os textos traduzidos na área da informática desestabilizam as noções de tradução como transferência ou substituição de uma língua para outra, ao mesmo tempo em que redimensionam as categorias materna e estrangeira das línguas. São textos permeados de termos estrangeiros que, se forem substituídos por equivalentes maternos, poderão ficar sem sentido para o leitor. Entretanto, essas mesmas palavras assumem valores diferentes quando relacionadas ao contexto do leitor brasileiro. O tradutor deve estar consciente de que, mesmo optando por manter os termos estrangeiros, não estará recuperando seu

significado original, uma vez que a opção pelo empréstimo não garante o resgate de um significado estável e livre de interpretações. A repetição do termo estrangeiro, portanto, não está isenta das interferências de um contexto ou de uma interpretação.

O pensamento embasado em oposições subentende a possibilidade de decisão entre um pólo ou outro. Entretanto, na prática tradutória a distinção entre língua materna e língua estrangeira não é necessariamente estável, neutra e passiva. Não há na língua em si ou no texto que traduz nenhuma característica intrínseca que possa indicar ao tradutor a decisão a ser tomada. Os termos ingleses mantidos nos textos e nas traduções de informática marcam as várias línguas da tradução, sua possibilidade e impossibilidade. Assim, a indecidibilidade do tradutor de textos de informática, o *double bind* que sofre e tem de suportar, sempre que precisa se posicionar entre manter determinados termos em inglês ou traduzi-los, rompe a oposição pacífica entre língua materna e língua estrangeira em que o acontecimento do empréstimo é tradicionalmente abordado.

## SUMMARY

This dissertation has as its object of investigation the inclusion of English terms in the Brazilian Portuguese, particularly in the field of computing. The aim is to reflect upon the option of translating or not such terms and its implications for the translation studies.

After a brief introduction of the neologic formations traditionally known as loan words, I go over the contributions of some gramamarians and linguists. The question of translation is considered through the analysis of some linguistics-oriented approaches as well as some post-structuralist works, especially those concerned with post-colonial issues. Finally, I base myself on the works of Jacques Derrida in order to rethink the relation between mother tongue and foreign language, taking into account the play of differences between the languages of translation.

I intend to argue that the strong tendency we found in the field of computing of resisting the translation of some specific terms undermines the stabilization of some notions founded on structural linguistics, in particular the pair mother tongue and foreign language as well as it indicates the overflowing of languages involved in translation. Based on the principle that the signified and its origin are not found in the signifier, I intend to show that the option of the translator for loan words cannot recover the original signified, since the maintenance of the foreign term does not guarantee the recovering of a stable signified free of interpretations.

The multiplicity of languages common to the translation of computing texts imposes on the translator the *double bind*, the necessity and the impossibility of translation. Either translating or not the foreign word, the translator will be producing meanings and also performing a translation act in which there is intervention and transformation; not merely reproduction of the signified because the signifier of the source language was kept in its original form.

Key words: Translation and interpretation. Mother tongue. Foreign language. Foreign words. Computing.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, I.M. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- ARROJO, R. *Oficina de Tradução – A Teoria na Prática*. São Paulo: Ática, 1986.
- \_\_\_\_\_. “A Tradução Passada a Limpo e a Visibilidade do Tradutor.” In *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1993, pp. 72-89.
- \_\_\_\_\_. (org.). “Introdução.” In *O signo Desconstruído – Implicações para a Tradução, a Leitura e o Ensino*. Campinas: Pontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Asymmetrical Relations of Power and the Ethics of Translation.” In *TEXTconTEXT*, 11.1: 5-24, 1997.
- AUBERT, F. H. “Descrição e Quantificação de Dados em Tradutologia.” In *Tradução & Comunicação*. São Paulo, nº 4 – 71-82, jul. 1984.
- \_\_\_\_\_. *As (In)Fidelidades da Tradução: Servidões e Autonomia do Tradutor*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.
- \_\_\_\_\_. “Língua como Estrutura e como Fato Histórico-Social: Consequências para a Terminologia.” In Ieda Maria Alves (org.) *A Constituição da Normalização Terminológica no Brasil*. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 1996a. – (Cadernos de Terminologia, 1).
- \_\_\_\_\_. “Apresentação.” In *Introdução à Metodologia da Pesquisa Terminológica Bilingüe*. São Paulo: Humanitas Publicações–FFLCH/USP, 1996b. – (Cadernos de Terminologia, 2)
- \_\_\_\_\_. “Logodiversity and Translation.” In *Meta* XLI (2): 192-195, 1996c
- AZEVEDO, D. *Gramática Nacional*, 2ª ed., Lisboa: 1881
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARRETO, M. *De Gramática e Linguagem*. Rio de Janeiro; Ed. da “Organização Simões”, 1955.
- BARROS, E. M. de. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1991 (1ª ed. 1985).
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Nacional: 1968.
- BENNINGTON, G. ; DERRIDA, J. *Jacques Derrida*. Trad. Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

- BERMAN, A. *The Experience of the Foreign*. Translated by S. Heyvaert. Albany: State University of New York Press, 1992.
- BIDERMAN, M.T.C. *Teoria Lingüística: Lingüística quantitativa e Computacional*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1961.
- BORMAN, J. L. *Dicionário de Informática for Kids: para crianças – e seus pais*. Trad. De Helena Gomes Klimes. São Paulo: Callis, 1997.
- BUENO, S. F. da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 6ª ed., 1963
- CATFORD, J.C. *Uma Teoria Lingüística da Tradução: um ensaio em lingüística aplicada*. Trad. Centro de Especialização de Tradutores de Inglês do Instituto de Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. São Paulo: Cultrix, 1980.
- CÂMARA JUNIOR, J.M. *Princípios de Lingüística Geral*. 7ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1989.
- CAMPOS, G. *O que é Tradução*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARVALHO, N. *Empr;estimos Lingüísticos*. São Paulo: Ática, 1989.
- CHAMBERLAIN, L. “Gênero e a Metafórica da Tradução.” In Paulo Ottoni (org.) *Tradução – a Prática da Diferença*. Trad. Norma Viscardi. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Fapesp, 1998, pp. 33-53.
- CRONIN, M. “Altered States: Translation and Minority Languages.” In *TTR, Traduction, Terminologie, Rédaction: Études sur le Text et ses Transformations*. Volume VIII, numéro 1, 1er semestre, 1995.
- CULLER, J. “Jacques Derrida.” In John Sturrock (org.). *Structuralism and Since: from Lévi Strauss to Derrida*. New York: Oxford University Press, 1979, pp. 154-180.
- CUNHA, D. “Aspectos do Trabalho Terminológico na Empresa.” In Ieda Maria Alves (org.) *A constituição da Normatização Terminológica Bilingüe*. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 1996 (Cadernos de Terminologia, 1).
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. Trad. Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1973
- \_\_\_\_\_. *Posições*. Tradução para o português de Maria Margarida Correia Calvente Barahona, Lisboa: Plátano, 1975.
- \_\_\_\_\_. “Living on, Border Lines.” In Geoffrey Hartman (org.), *Deconstruction & Criticism*. Nova York: The Seabury Press, 1979, pp. 75-176.

- \_\_\_\_\_. "Des Tours de Babel." In Joseph Graham (org.), *Difference in Translation* Cornell University Press, 1985a, pp. 165-207.
- \_\_\_\_\_. *The Ear of the Other: Otobiography, Transference, Translation*. Tradução de Peggy Kamuf. New York: Schocken Books, 1985b.
- \_\_\_\_\_. "A Diferença." In *Margens da Filosofia*. Tradução de Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães; revisão técnica de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1991 pp.33-63.
- \_\_\_\_\_. *Monolingualism of the Other; or, The Prosthesis of Origin*. Tradução de Patrick Mensah. Stanford, California: Stanford University Press, 1998.
- D'HAEN, T. "What is post/Colonial Literature, and Why Are They Saying such Terrible Things about it?" In *Links & Letters*, 1997, nº 4, pp. 11-18.
- DOSSE, F. *História do Estruturalismo*. Vol. 1: o campo do signo – 1945/1966. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.
- DVORAK, J. C. "A chave para o ano 2000." In *Informática Exame*. São Paulo: Ed. Abril, abr. 1996.
- FERREIRA, A. B. de H. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1988.
- HAUGEN, E. "The Analysis of Linguistic Borrowing." In *Language*, 26: 210-31, 1950.
- HOUAISS, A. (ed.). *Novo Dicionário Folha Webster's*. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A., 1996.
- HUGGAN, G. "The Neocolonialism of Postcolonialism: A Cautionary Note." *Links & Letters*, 1997, nº 4, pp. 19-24
- JAKOBSON, R. "Aspectos Lingüísticos da Tradução, In.: *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969, pp. 63-72.
- JUSSAWALLA, F. "Kim, Huck and Naipaul: Using the Postconial *Bildungsroman* to (Re)define Postcoloniality." *Links & Letters*, 1997, nº 4, pp. 25-38.
- LARSON, M. L. *Meaning-Based Translation: a guide to cross-language equivalence*. New York: University Press of america, 1984.
- LEÃO, D. N. *Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: Pro Domo, 1945 (1.ed. 1606)
- LEITE, P. M. "A febre de aprender inglês." *Veja*, 28 outubro 1998, pp. 72-78.

- MANSUR GUÉRIOS, R. F. *A Nomenclatura Gramatical Brasileira Definida e Exemplificada*. São Paulo: Saraiva, 1960. (1ª ed.).
- MENDONÇA, F. et al. "As gírias nascem no marasmo do verão." *Folha de S. Paulo*, 18 janeiro 1999. Folhateen, 6 pp. 5-6.
- MOUNIN, G. *Os Problemas Teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- NEWMARK, P. *Approaches to Translation*. New York: Prentice Hall International English Language Teaching, 1988.
- NIDA, E. A. *Language Structure and Translation*. Stanford, California: Stanford University Press, 1975.
- NIRANJANA, T. *Siting Translation: History, Post-Structuralism, and the Colonial Context*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1992.
- OLIVEIRA, B. J. de – *Nova Grammatica Portuguesa*. 18ª ed. Coimbra: Livraria Orcei–Casa editora, 1887 (1ª ed.:1862).
- OTTONI, P. (org.) *Tradução: a Prática da Diferença*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, FAPESP, 1998a.
- \_\_\_\_\_. "Tradução Recíproca e *Double Bind* – Transbordamento e Multiplicidade de Línguas". In.: *Revista Internacional de Língua Portuguesa* – número especial sobre Tradução, Lisboa – Portugal: 1998b (a sair).
- \_\_\_\_\_. "A Tradução da *Différance*: Dupla Tradução e *Double Bind*". In.: *ALFA – Revista de Linguística* – UNESP – número especial sobre tradução e pós-modernidade, 2º sem. de 1999 (a sair).
- RAJAGOPALAN, K. "O Conceito de Identidade em Lingüística: É Chegada a Hora para uma Reconsideração Radical?" In Inês Signorini (org.), *Língua(gem) e Identidade: Elementos para uma Discussão no Campo Aplicado*. Trad. Almiro Pisetta. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1998.
- REVISTA DO CD-ROM, Ano 1 Nº 10
- RIBEIRO, C. E. *Serões Gramaticaes*. 4ª ed. Bahia: Livraria Progresso Editora, s/d (1ª ed.:1890).
- RODRIGUES, C.C. "Tradução e Diferença: uma proposta de desconstrução da noção de equivalência em Catford, Nida, Lefevere e Toury." Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 1998.
- RÓNAL, P. *Escola de Tradutores*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

- SAID, M. A. *Dificuldades da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1957 (1ª ed.: 1908).
- \_\_\_\_\_. *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*. S. Paulo - Cayeras – Rio: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1923.
- \_\_\_\_\_. *Meios de Expressão e Alterações Semânticas*. Rio de Janeiro: Edição da “Organização Simões”, 1951 (1ª ed.: 1930).
- SANTIAGO, S. *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco alves Editora S. A., 1976.
- SAPIR, E. *Language – an Introduction to the Study of Speech*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1921.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. 3ª ed.. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SIMON, S. *Gender in Translation: Cultural Identity and the Politics of Transmission*. London, New York: Routledge, 1996.
- SNELL-HORNBY, M. *Translation Studies: an integrated approach*. Amsterdam: John Benjamins, 1988
- SPIVAK, G. “Can the Subaltern Speak?” In Cary Nelson and Lawrence Grossberg, *Marxism and the Interpretation of Culture*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1988.
- STEINER, G. *After Babel – Aspects of Language and Translation*. Londres, Oxford, New York: Oxford University Press, 1992.
- TARALLO, F. & ALKMIN, T. *Falares Crioulos – Línguas em Contato*. São Paulo: Ática, 1987.
- TAVARES, J.F. dos S. *Dicionário Verbo de Inglês Técnico*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1994.
- VASCONCELOS, C. M. *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Martins fontes, 1964.
- VENUTI, L. “Translation, Heterogeneity, Linguistics”. Trabalho apresentado no Congresso de Linguística Aplicada, na UNICAMP, Campinas, 1995, pp. 1-28 (mimeo). Publicado, In: *TTR (Traduction, Terminologie, Rédaction)* 9. 1: 91-116, 1996.
- \_\_\_\_\_. “The Scandals of Translation: The Third World”, 1996. Palestra (mimeo).

VINAY, J-P., DARBELNET, J. *Comparative Stylistics of French and English*.  
Translated and edited by Juan C. Sager; M. J. Hamel. Amsterdam/Philadelphia: John  
Benjamins Publishing Company, 1995.

VOLTARE, E. "Roger dá dicas de sites de rock e jogos". *Folha de S. Paulo*, 17 fevereiro  
1999. *Folha Informática*, 5 p.4.

WOLF, M. "Translation as Process of Power: Aspects of Cultural Anthropology in  
Translation". In: Mary Snell-Hornby, Zuzana Jettmarová and Klaus Kaindl (orgs.).  
*Translation as Intercultural Communication*. Amsterdam, Philadelphia: John  
Benjamins Publishing Company, 1995, pp. 121-133.